

Formulário de Referência

2024



lwsa

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	10
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	34
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	36
1.5 Principais clientes	43
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	44
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	49
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	50
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	51
1.10 Informações de sociedade de economia mista	56
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	57
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	58
1.13 Acordos de acionistas	62
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	71
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	72
1.16 Outras informações relevantes	73
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	74
2.2 Resultados operacional e financeiro	83
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	87
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	89
2.5 Medições não contábeis	90
2.6 Eventos subsequentes as DFs	96
2.7 Destinação de resultados	97
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	99
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	100
2.10 Planos de negócios	101
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	104
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	105
3.2 Acompanhamento das projeções	106

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	107
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	156
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	157
4.4 Processos não sigilosos relevantes	160
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	162
4.6 Processos sigilosos relevantes	163
4.7 Outras contingências relevantes	164
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	165
5.2 Descrição dos controles internos	173
5.3 Programa de integridade	178
5.4 Alterações significativas	182
5.5 Outras informações relevantes	183
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	184
6.3 Distribuição de capital	187
6.4 Participação em sociedades	188
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	189
6.6 Outras informações relevantes	190
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	191
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	201
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	202
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	204
7.4 Composição dos comitês	220
7.5 Relações familiares	231
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	232
7.7 Acordos/seguros de administradores	246
7.8 Outras informações relevantes	247
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	253

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	264
8.3 Remuneração variável	268
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	270
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	310
8.6 Outorga de opções de compra de ações	311
8.7 Opções em aberto	314
8.8 Opções exercidas e ações entregues	321
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	323
8.10 Outorga de ações	325
8.11 Ações entregues	328
8.12 Precificação das ações/opções	329
8.13 Participações detidas por órgão	331
8.14 Planos de previdência	332
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	333
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	337
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	338
8.18 Remuneração - Outras funções	339
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	340
8.20 Outras informações relevantes	341
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	343
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	344
9.4 Outras informações relevantes	345
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	346
10.1 Descrição dos recursos humanos	348
10.2 Alterações relevantes	350
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	351
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	352
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	354
10.5 Outras informações relevantes	355
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	356
11.2 Transações com partes relacionadas	358
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	360
11.3 Outras informações relevantes	362
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	365
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	366
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	367
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	368
12.5 Mercados de negociação no Brasil	369
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	370
12.7 Títulos emitidos no exterior	371
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	372
12.9 Outras informações relevantes	373
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	374
13.1 Declaração do diretor presidente	375
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	376
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	377
13.2 Declaração do diretor presidente	378

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

Data de Constituição do Emissor	23/12/1997
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de sociedade limitada.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/02/2020

A LWSA, antiga Locaweb, é um exemplo de empresa capaz de acompanhar o dinamismo do mercado de tecnologia e e-commerce. Isso pode ser visto pela sua evolução desde a sua fundação no final dos anos 90 e início dos anos 2000, quando passou de uma empresa de Hospedagem, para um modelo de negócio de Software as a Service (SaaS). Posteriormente, após um contexto de IPO e Follow-On para captação de recurso a mercado visando o desenvolvimento de um robusto ECOSISTEMA de E-commerce, avançamos para uma estratégia de integração tecnológica das empresas adquiridas e simplificação da estrutura corporativa da Companhia, visando a consolidação e integração das nossas unidades de negócios ao longo do ano de 2024.

Essa evolução está descrita abaixo:

Fomos a primeira empresa brasileira a oferecer o serviço especializado de hospedagem de sites no Brasil. Fundada em 23 de dezembro de 1997, iniciamos nossas operações com um único servidor alocado no Estado da Califórnia, Estados Unidos, rodando em plataforma Windows. Posteriormente, lançamos o serviço de hospedagem de sites também em plataforma Linux.

Em 1998, entendemos que o mercado de hospedagem de sites cresceria mais se tivéssemos uma rede de parceiros que desenvolvesse o site para as empresas. Nesse ano, iniciamos a Locaweb PRO e começamos um intenso relacionamento e parceria com desenvolvedores de sites e agências digitais. Fizemos o primeiro Encontro de Desenvolvedores Locaweb, com a participação de 20 pessoas.

No início de 1999, migramos nossos servidores para a cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Com o crescimento de nossas operações, no mesmo ano já tivemos que ir para uma estrutura mais robusta e migramos nossos servidores para o data center da Embratel.

Em 2000, na Bolha da Internet, quando muitas empresas não resistiram as especulações do setor e quebraram, seguimos firmes nos nossos planos.

Em 2001 e 2002, inovamos novamente ao lançarmos o serviço de hospedagem de sites com suporte à programação Java e plataforma Java 2 Platform Enterprise Edition (“J2EE”). Também, lançamos serviço de hospedagem de portais de voz no Brasil, o Locavoz.

Em 2003, antecipando a necessidade de clientes que começavam a demandar

1.1 Histórico do emissor

soluções mais robustas, lançamos serviços de data center para atender o mercado de servidores dedicados. Também começamos a oferecer suporte à plataforma NET da Microsoft em todos os nossos planos. Além disso, adicionamos à linha de serviços de data center a oferta de servidores virtuais baseados em plataforma de visualização.

Já em maio de 2004, foram constituídas duas outras empresas do grupo, tendo nossos sócios controladores à época como sócios de tais sociedade: a Locaweb IDC Ltda. e a Locaweb Telecom Telecomunicações Ltda. (“Locaweb Telecom”). Em maio de 2005, lançamos o serviço de revenda que possibilitou aos desenvolvedores e agências digitais, que até então só desenvolviam sites, tornarem-se provedores de hospedagem utilizando nossa infraestrutura. Posteriormente, lançamos os serviços de streaming e hospedagem de aplicativos multimídia com tecnologia Flash e Windows Media. Em agosto do mesmo ano, obtivemos a autorização SCM da ANATEL para prover serviços de comunicação multimídia (VoIP).

Em 2006, migramos nossos servidores, até então hospedados na Embratel, para um data center próprio localizado na cidade de São Paulo. Em junho do mesmo ano, nos tornamos uma das poucas empresas do Brasil a ser homologada pela Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) para registrar domínios “.com” e também nos tornamos distribuidores de domínios “.com.br” homologado pelo órgão oficial brasileiro Registro.br.

Em fevereiro de 2007, lançamos nosso plano gratuito de hospedagem de sites, e o “Servidor Expresso”, possibilitava a contratação de um servidor dedicado a preços competitivos.

Em agosto de 2007, reformulamos portfólio de planos de hospedagem e, lançamos um novo plano, mais barato, considerado como serviço de entrada, a “Hospedagem Expressa”, e agregamos a todos os planos, a capacidade de hospedar múltiplos domínios dentro de uma mesma área, bem como a possibilidade de contratação de nossos planos por períodos mais longos (semestral e anual).

Em setembro de 2007, os acionistas controladores realizaram uma reorganização societária transferindo toda a participação societária que detinham à época na Locaweb iDC e na Locaweb Telecom para a própria Companhia, fazendo com que as mesmas passassem a ser nossas subsidiárias integrais a partir daquela data.

Em setembro de 2008, fomos um dos primeiros serviços de cloud no Brasil ao lançarmos o serviço de Cloud Computing. Até então esse tipo serviço era prestado principalmente por empresas estrangeiras ou revendedores delas no Brasil. O sucesso foi tanto que em apenas um ano atingimos mais de 2 mil clientes.

Em 2009 lançamos o nosso novo data center, localizado na nossa atual sede na cidade de São Paulo. O data center foi implementado no início de 2009 e iniciou suas operações em abril do mesmo ano, contando com ligação direta de fibra ótica com o data center redundante e links de dados de 50 Gbps, geradores diesel e, operando em redundância, com data center e capacidade autônoma para 7 dias de operação ininterrupta. Oferecemos um SLA de 99,99% com uma capacidade para 25 mil servidores, onde já encontram-se cerca de 6 mil em operação.

1.1 Histórico do emissor

Em junho deste mesmo ano lançamos: (i) o nosso serviço de hospedagem de e-mail em plataforma Microsoft Exchange, voltado para o número crescente de usuários de PDAs e smartphones que buscam mobilidade nos negócios.

No início de 2010, lançamos vários novos produtos de software como serviço (SaaS), incluindo WebStore, WebDesk e WebChat, com isso, passamos a estruturar projetos empresariais de maior complexidade.

Em 2010, o Silver Lake Sumeru Investment Fund, maior fundo de investimento em tecnologia do mundo, cuja estratégia integra investir em empresas de tecnologia de médio porte com modelo de negócio estabilizado e altas perspectivas de crescimento, adquiriu 20% do nosso capital por meio do Silver Lake Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“Silver Lake”). O Silver Lake como acionista contribuiu com seu conhecimento especializado em tecnologia e amplo relacionamento na indústria para criar vantagens competitivas em termos de elaboração da estratégia e execução do plano de negócios. Esse foi o primeiro investimento realizado pelo Silver Lake na América Latina.

Em 2011, lançamos o nosso Cloud Hosting, produto que combina as funcionalidades da hospedagem com o poder de processamento do Cloud.

Em novembro de 2012, visando fomentar nosso crescimento em áreas de negócio com alto potencial de expansão, adquirimos 51% das ações ordinárias de emissão da Tray Participações S.A. (“Tray”), bem como a opção de compra dos 49% restantes de suas ações ordinárias. A Tray é uma plataforma de comércio eletrônico com soluções que abrangem a cadeia completa do e-commerce, com ferramentas tecnológicas, publicidade on-line e meios de pagamento.

No mesmo ano, também tivemos o privilégio de, pela primeira vez, entrar no ranking das 150 melhores empresas para se trabalhar, que é organizado pela Você S/A e reconhecido nacionalmente.

Em julho de 2013, com o objetivo de complementar nosso portfólio de serviços de e-mail marketing, adquirimos 100% da All iN Tecnologia da Comunicação Ltda. (“All iN”)¹, que é uma plataforma para envio e gerenciamento de e-mail marketing, com serviços de inteligência adicionais, como o comparador de preços da concorrência e o software de behavioral targeting – “BTG”.

Em novembro de 2015, exercemos a nossa opção de compra dos 49% restantes das ações ordinárias de emissão da Tray e, em contrapartida à parte do pagamento do preço, os vendedores da Tray receberam 2,07% das nossas ações ordinárias, mediante aumento do nosso capital social, bem como celebraram um contrato de opção de venda de ações, por meio do qual, foi permitido aos vendedores, por um determinado período em 2018, a alienação da totalidade de suas ações ordinárias deidas em nosso capital social.

Também em 2016, a Tray fez a sua primeira aquisição, comprando a Fbits, – plataforma de e-commerce corporativa, que posteriormente foi renomeada para Tray Corp. Com isso, a oferta de serviços da Companhia ficou mais abrangente e começou a atender médios e grandes e-commerces.

¹ Em 2022 foi concluída a fusão entre as empresas AllIN e Social Miner – adquirida em 2020.

1.1 Histórico do emissor

A Tray passou por período de bastante crescimento com os serviços plataforma para lojas virtuais e meios de pagamento, que funcionavam principalmente nas lojas próprias. Por conta disso, em 2017 resolvemos fazer um spin-off desse serviço e criamos a marca Yapay², com soluções de pagamentos não mais só para os lojistas da Tray, mas para outras plataformas de mercado e de código aberto, como Magento por exemplo.

Pela primeira vez, ficamos entre as 50 empresas mais amadas do Brasil, de acordo com a Love Mondays. Entramos no ranking das Top 200 empresas do Anuário Informática Hoje e novamente entramos no ranking das Melhores Empresa do Brasil, organizado pela Época Negócios.

Em fevereiro de 2018, os vendedores da Tray exerceram a opção de venda de suas ações, mencionada acima. Nós adquirimos tais ações ordinárias e mantivemos em tesouraria, sem a redução do nosso capital social.

Em maio de 2019, nós adquirimos a totalidade das quotas de emissão de uma sociedade holding que por sua vez é detentora da totalidade do capital social (exceto por uma quota) das seguintes sociedades: (i) Kinghost Hospedagem de Sites Ltda.; (ii) Cyberweb Networks Ltda.; (iii) Unipago Soluções de Cobrança Ltda.; e (iv) IPV6 Internet Ltda., que atuam, dentre outros mercados, na execução das atividades de hospedagem de dados por meio da plataforma online disponibilizada no website <https://king.host/>.

Em setembro de 2019, adquirimos a totalidade das ações de emissão da ITCapital Serviços de Tecnologia S.A. que atua, dentre outros mercados, no desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia sob a modalidade white label (revendido sem divulgação do criador) destinada a bares e restaurantes que realizam entregas, denominada “Delivery Direto” e uma plataforma de avaliações de estabelecimentos por terceiros, denominada “Kekanto”.

Em fevereiro de 2020, finalizamos nossa oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias (“IPO”), perfazendo o recurso bruto total de R\$1.170.257.905,50. Utilizamos os recursos líquidos do IPO para fomentar nossas aquisições e desenvolver novas linhas de negócios.

Em setembro de 2020, nós adquirimos a Etus Social Network Brasil Ltda. (“Etus”)³, fundada em 2015 com sede na cidade de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo. A Etus é uma empresa que oferece uma solução ampla e robusta para gestão e marketing digital em redes sociais, como Facebook, Instagram, LinkedIn, Pinterest e Twitter, entre outras, e conta com mais de 100 mil marcas sendo atendidas. Na plataforma, é possível agendar e impulsionar posts, gerenciar interações com perfis das redes, captar leads, ter relatórios completos de todas as ações, dentre outras funções, em um único ambiente. Possui funcionalidades avançadas para garantir excelente posicionamento, o que contribui para aumentar o sucesso dos clientes, a conversão e melhora no pós-vendas.

Em setembro de 2020, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de quotas para regular a aquisição da totalidade do capital social da Social Miner

² Em 2022 foi concluída a união dos negócios das empresas Yapay e Vindi – adquirida em 2020.

³ Em 2022 a empresa Etus teve sua solução incorporada pela LWSA.

1.1 Histórico do emissor

Internet Ltda. (“Social Miner”)⁴, sendo que a transação foi concluída (i.e., fechamento) em 20 de janeiro de 2021. A Social Miner foi fundada em 2014 na cidade de São Paulo e é uma empresa que oferece plataforma SaaS para E-commerces e varejistas aumentarem suas vendas, engajamento de seus consumidores, conversão de fluxos de seus visitantes para cadastros e/ou compras e diminuir o custo de aquisição de clientes, por meio da utilização de big data e inteligência artificial. A plataforma permite interações em tempo real com os visitantes dos E-commerces, por meio de mensagens comportamentais, web pushes personalizados e outros canais inteligentes, alinhado à estratégia definida pelo cliente. Por meio de inteligência artificial, Big Data e Machine Learning, poderemos definir o melhor momento para impactar o usuário, com o conteúdo individualizado, no canal correto, aumentando com isso as vendas, reduzindo custo de mídia dos nossos clientes e diminuindo o custo de aquisição de novos usuários – ao mesmo tempo que aumentamos o Life Time Value (LTV) dos consumidores. Posteriormente, em 2022, com a integração das soluções da Social Miner, que possui um produto consolidado no mercado, e da All iN, Empresa adquirida pela LWSA em 2013, passamos a oferecer uma suíte completa de serviços que acompanha toda a jornada do consumidor para E-commerces e varejistas de todos os segmentos e tamanhos.

Em dezembro de 2020, nós adquirimos a totalidade das ações de uma sociedade de prateleira (shelf company) denominada N.S.C.S.P.E. Empreendimentos e Participacoes S.A., cuja razão social foi alterada para Locaweb Commerce S.A. (“Locaweb Commerce”), se tornando subsidiária integral da Companhia, na qual concentraremos nossas atividades relacionadas ao segmento de Commerce. Na mesma ocasião, a Companhia realizou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC na Locaweb Commerce no valor de R\$ 90,8 milhões, o qual foi convertido em capital social da Locaweb Commerce em maio de 2021.

Em dezembro de 2020, nós adquirimos, via Locaweb Commerce, a Ideris Tecnologia da Informação Ltda. (“Ideris”), que oferece uma completa plataforma de integração multicanal para operações de varejo. A plataforma oferecida pela Ideris proporciona aos seus clientes soluções para o controle de sua logística interna, unificando a gestão do estoque em todos os seus canais de venda e possibilitando gestão completa de sua operação, de maneira prática e rápida.

Em dezembro de 2020, nós adquirimos, via Locaweb Commerce, a Melhor Envio Ltda. (“Melhor Envio”), que oferece uma plataforma de logística que conecta pequenos e médios vendedores às principais transportadoras e empresas de logísticas do Brasil sem a necessidade de negociar contratos individuais, otimizando assim a gestão da sua logística. Pelo sistema da Melhor Envio, é possível cotar fretes simultaneamente em diversas transportadoras, contratar online o serviço de envio e rastreá-lo de forma inteligente, acompanhando a movimentação do pacote até a chegada ao destinatário. Sem mensalidades, ou qualquer limite mínimo de envios, os lojistas têm acesso a preços diferenciados e competitivos e pagam apenas pelos envios realizados utilizando a plataforma.

Em janeiro de 2021, após a aprovação da realização da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, conforme decisão publicada em 24 de dezembro de 2020, nós adquirimos a Vindi Tecnologia e Marketing S.A.

⁴ Em 2022 foi concluída a fusão entre as empresas AllIN – adquirida em 2013 e Social Miner.

1.1 Histórico do emissor

("Vindi")⁵, que inclui suas 4 subsidiárias integrais Smart Tecnologia S.A., Vindi Eventos e Conteúdo Ltda., Fast Notas Softwares de Gestão Ltda. e Vindi Pagamentos Ltda. A Vindi oferece soluções no modelo de assinaturas (planos e mensalidades) e combina um software de cobrança recorrente com uma plataforma de pagamento. Entre os milhares de clientes que a Vindi atende hoje, estão importantes marcas e os maiores cases de assinaturas do Brasil. A empresa se estabeleceu no mercado ao disseminar o termo "economia da recorrência" (traduzido do termo subscription economy) e em educar o mercado de SaaS (software as a service) e clubes de assinaturas.

Ainda em janeiro de 2021, nós adquirimos a Connectplug Desenvolvimento de Softwares Ltda. ("ConnectPlug"), empresa que oferece uma plataforma SaaS com um sistema de ponto de venda (PDV) e um completo sistema de gestão, com ampla presença no segmento de food services. O sistema da ConnectPlug oferece importantes ferramentas, como a integração de pedidos em diversos marketplaces, plataformas de autoatendimento e soluções para cardápios e comandas digitais totalmente integrados com o sistema de gestão de cozinha (KDS - kitchen display system) e outros segmentos, com foco em pequenas e médias empresas.

Em fevereiro de 2021, nós adquirimos, via Tray, a Credisfera Serviços Financeiros S.A. ("Credisfera"), fintech que oferece soluções de crédito para pequenas e médias empresas. A nossa estratégia ao realizar esta aquisição por meio de nossa subsidiária foi oferecer uma solução integrada unindo a capacidade tecnológica e inteligência de crédito da Credisfera, com a enorme base de clientes que utilizam as nossas plataformas para venderem e receberem online.

Ainda em fevereiro de 2021, nós adquirimos, via Tray, a Dooça Tecnologia da Informação Ltda. ("Dooça")⁶, empresa que oferece uma plataforma de lojas virtuais focada em PMEs, que auxilia o lojista a criar, montar e gerenciar sua loja virtual e vender online. Os planos da aquisição e captura de sinergias, incluem a Dooça no robusto ecossistema de Commerce da Companhia, passando a oferecer para toda a base de clientes da Dooça a solução de pagamentos Yapay, as integrações com mais de 30 marketplaces oferecidas pelo Ideris, soluções de logística do MelhorEnvio, as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi e todo o portfólio de marketing digital com a Social Miner e All iN.

Em março de 2021, nós adquirimos, via Tray, a Samurai Experts Holding Ltda. ("Samurai"), que inclui suas 2 subsidiárias integrais: Samurai Experts Desenvolvimento de Software Ltda. e V.O. Desenvolvimento de Software Ltda. A Samurai é uma empresa de tecnologia que oferece um ecossistema de aplicativos compatível com diversas plataformas do mercado, e sua aquisição reforça nossa estratégia para atender e-commerces de médio e grande porte, somando forças com a Tray Corp e melhorando a nossa capacidade de atender projetos complexos e customizados para otimização de resultados de lojas virtuais.

Em abril de 2021, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações para regular a aquisição da totalidade do capital social da Organisys Software S.A. ("Bling"). O Bling é um sistema de gestão online para o segmento de e-commerce de micro e pequenas empresas, com mais de 200 integrações, que oferece

⁵ Em 2022 foi concluída a união dos negócios das empresas Yapay e Vindi.

⁶ Em 2023 foi concluída a fusão das empresas Dooça e Bagy – adquirida em julho de 2021.

1.1 Histórico do emissor

soluções no modelo SaaS (software as a service) para negócios físicos, virtuais ou híbridos e auxilia na gestão e organização dos negócios por meio de módulos para emissão de notas fiscais eletrônicas, catálogo de produtos, estoques e vendas multicanal, sistema de ponto de venda (PDV), gestão financeira, integrações com plataformas de e-commerce, marketplaces e soluções logísticas, dentre outros. Ainda, o Bling vem ampliando sua integração com o sistema bancário, oferecendo conta digital integrada aos seus clientes e facilitando a emissão de boletos, transferências, pagamentos de contas e conciliações financeiras. Ao concluir esta aquisição, nós reforçaremos o nosso portfólio, deixando-o ainda mais robusto e entraremos no importante mercado de sistemas de gestão.

Ainda em abril de 2021, simultaneamente à assinatura do contrato de compra e venda de ações da totalidade do capital social do Bling, também celebramos um contrato de compra e venda para regular a aquisição da totalidade das ações de emissão da Pagcerto Soluções em Pagamento S.A. (“Pagcerto”). A Pagcerto atua por meio de uma plataforma white label de subadquirência e BaaS (banking as a service), serviços estes que serão integrados e aproveitados pelo Bling. A aquisição da Pagcerto foi realizada indiretamente pelo Bling após a conclusão de sua precedente aquisição pela Companhia. A conclusão da operação de aquisição da Pagcerto também esteve sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, conforme exigido pela legislação vigente; sendo certo que tais aquisições de Bling e PagCerto foram consumadas de forma solene em 09 de junho de 2021 e, recentemente (ref.: Artigo 256 da Lei das SAs), ratificadas no âmbito de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada pela Companhia em 29 de abril de 2022.

Em 12 de julho de 2021, a Companhia adquiriu, indiretamente por meio de sua subsidiária integral Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda. (“Tray”), a totalidade das quotas da Bagy Soluções de Comércio Digital Ltda. (“Bagy”)⁷ de seus sócios. A Bagy é uma plataforma de soluções em Ecommerce.

Em 02 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu diretamente 100% das quotas sociais de emissão da Octadesk Ltda. (“Octadesk”), empresa que oferece soluções de Conversational Commerce, cuja ratificação ocorreu em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2022 (“AGO/E”), nos termos do artigo 256 da Lei 6.404/76.

Em 05 de outubro 2021, a Companhia adquiriu diretamente 100% das quotas de emissão da Squid Digital Media Channel Ltda. (“Squid”), empresa que oferece soluções e plataformas para conectar influenciadores e criadores de conteúdo às marcas; e, ainda, indiretamente adquiriu a subsidiária integral da Squid denominada Duopana Tecnologia e Informática Ltda. (“Duopana”) e que oferece soluções para comunidades on-line, cuja ratificação ocorreu em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada pela da Companhia em 29 de abril de 2022, nos termos do artigo 256 da Lei 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2021, aprovou-se a incorporação da subsidiária integral Social Miner Internet Ltda. pela nossa Companhia, sem aumento e/ou reflexos em nosso atual capital social. Ressaltamos, ainda, que correspondente Contrato de Compra e Venda de Quotas, anteriormente celebrado em 23 de setembro de 2020 e para autorizada aquisição solene da totalidade das quotas de emissão da Social Miner à época, cujo fechamento ocorreu em 20 de janeiro de 2021, permanece vigente e produzindo efeitos entre respectivas partes interessadas.

⁷ Em 2023 foi concluída a fusão das empresas Dooça – adquirida em fevereiro de 2021 e Bagy.

1.1 Histórico do emissor

Em 09 de dezembro de 2021 e para estruturação de programa de investimento em Corporate Venture Capital (“CVC”), a Companhia aprovou, em sede da ata de Reunião do seu Conselho de Administração e também regulamentação aplicável, a constituição do LW Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Lw Ventures FIP”), por meio do qual se pretende investir, durante os próximos oito anos, o valor de até R\$100.000.000,00 em empresas alvos a serem localizadas e definidas por sua própria Administração.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021 por sua subsidiária integral Vindi tecnologia e Marketing S/A, aprovou-se dissoluções/extinções de duas outras subsidiárias, quais sejam: Fast Notas Software de Gestão Ltda. (“Fast Notas”) e Vindi Eventos e Conteúdo Ltda. (“Vindi Eventos”).

Em 20 de abril de 2022 e por meio de sua subsidiária Bling, foi adquirida a empresa Organisys Payments Holding Financeira Ltda (atual razão social de SF 517 Participações Societárias Ltda) para figurar como correspondente holding financeira deste subgrupo econômico (“Organisys Payments”).

Em sede de sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, a Companhia aprovou a incorporação completa e extinção imediata de sua subsidiária integral (holding não operacional) denominada Ananke Participações S/A, sem aumento e/ou reflexos no atual capital.

Em 05 de agosto de 2022, a Tray adquiriu diretamente 100% das quotas sociais de emissão que foi adquirida da Síntese Soluções Produtizadas Ltda. (“Síntese”) plataforma especializada em soluções de omnicanalidade para varejo.

Em 30 de novembro de 2022, Lwk Host Participações Ltda. autorizou a subsidiária direta e integral desta última, a empresa Cyberweb Networks Ltda, promover simultâneas incorporações colaterais de outras 03 sociedades do mesmo subgrupo econômico, as empresas: Kinghost Hospedagem de Sites Ltda; Unipago Soluções de Cobrança Ltda e a IPV6 Internet Ltda.

No ano de 2023, concentramos nossos esforços tanto na integração tecnológica das empresas adquiridas como na simplificação da estrutura corporativa da Companhia, que passou a ser dividida em cinco macro segmentos sob o novo nome do grupo de LWSA. Os cinco segmentos são: (i) Plataforma de E-commerce PMEs; (ii) Plataforma de E-commerce Enterprise; (iii) Gestão e ERP; (iv) Serviços Financeiros e (v) BeOnline / SaaS.

Ainda em 2023, no segmento de Plataforma de E-commerce Enterprise, consolidamos seis marcas e seus respectivos times com a criação da Wake. As marcas que foram consolidadas foram: Tray Corp, Ideris, Samurai, Síntese, All In, Social Miner e Squid.

No ano de 2024, em 26 de junho, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) deferiu o pleito da Pagcerto Instituição de Pagamento Ltda (“Pagcerto”), empresa do

1.1 Histórico do emissor

segmento de Serviços Financeiros da LWSA, para atuar como Instituição de Pagamentos (“IP”).

Em 30 de agosto de 2024 a LWSA realizou a incorporação de três de suas subsidiárias por meio de Assembléia Geral Extraordinária (AGE). As Companhias incorporadas foram: Tray, Etus e Bling.

Em 28 de fevereiro de 2025 a LWSA realizou a incorporação de duas de suas subsidiárias por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE). As Companhias incorporadas foram: LWK Hosting Participações Ltda. e Locaweb Commerce Holding Ltda.

Os principais eventos societários mencionados neste item e referentes aos últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenhamos passado ou qualquer de nossas controladas e coligadas, estão descritos com mais detalhes nas seções seguintes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas – Visão Geral

Com operações iniciadas em 1998, somos uma das empresas pioneiras em soluções *Business to Business* — B2B (negócios entre empresas) para transformação digital de negócios no Brasil. Oferecemos um ECOSISTEMA de soluções digitais integradas, com o propósito de ajudar os negócios de nossos clientes a nascerem e prosperarem por meio do uso da tecnologia.

Atuamos em dois grandes segmentos de negócios, que são subdivididas em 5 macro segmentos dentro da estrutura organizacional da LWSA, conforme abaixo:

- i. BeOnline / SaaS, por meio, principalmente, das marcas Locaweb, Nextios, KingHost e Octadesk;
- ii. Plataforma de Commerce PMEs, por meio das marcas Tray, Bagy e Melhor Envio
- iii. Plataforma de Commerce Enterprise por meio da Wake
- iv. ERP e Gestão com as marcas Bling e CPlug
- v. Serviços Financeiros com as marcas Vindi e Credisfera

Essas frentes de negócios são complementares, geram sinergias operacionais para nós e nossos clientes, formando, juntas, um ecossistema que permite a forte realização de *cross-selling* (venda cruzada) e *up-selling* (venda adicional) dentro da nossa extensa e diversificada base de clientes de, mais de 700 mil clientes ativos, provenientes dos mais variados segmentos da economia, com maior concentração em empresas de pequeno e médio portes.

De forma presente em nosso DNA desde o início de nossas operações, continuamente focamos em inovação buscando antecipar as demandas do mercado e de nossos clientes, situação que cria inúmeros incentivos para que nos aprimoremos e reinventemos via desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos, quer internamente ou por meio de aquisições.

Com relação às aquisições, prática que foi bastante utilizada pela Companhia em 2021 e 2022, buscamos selecionar empresas com ofertas de produtos e serviços estabelecidos, base sólida de clientes e/ou que já tenham desenvolvido uma tecnologia capaz de ampliar ou complementar nosso portfólio de produtos e serviços, acelerando nossa estratégia de crescimento.

Desde 2012, já realizamos inúmeras aquisições, sendo dezesseis realizadas desde o IPO em 2020, que se integraram em nossa cultura operacional e organizacional, as quais estão descritas na item 1.1 deste Formulário de Referência. Todas as empresas que adquirimos estão tendo seus crescimentos e suas margens

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

operacionais impulsionadas por meio das sinergias geradas em nosso ambiente de negócios. Parte de seus fundadores permanecem em nosso grupo como colaboradores ou executivos até a data deste formulário de referência, alguns até como acionistas da Companhia.

Ao longo dos anos e principalmente após os eventos societários de 2020 (IPO) e 2021 (Oferta Subsequente de ações), evoluímos nosso plano de negócio e estratégia para manter intacta a nossa missão da Companhia de ajudar as empresas a nascerem e prosperarem por meio da tecnologia.

O ambiente de e-commerce no Brasil tem se tornando mais complexo e a nossa missão é prover condições para que as PMEs possam ter acesso as mesmas ferramentas que grandes varejistas possuem, além de uma robusta estratégia para clientes maiores, por meio da recém lançada Wake.

A estratégia de Ecossistema, além dos benefícios trazidos na prosperidade dos negócios dos nossos clientes, auxilia a Companhia a ter melhores units economics, que são traduzidos em maior Lifetime Value (LTV) e menor Custo de Aquisição de Clientes (CAC), vantagens competitivas sobre nossos concorrentes e nos abre uma grande oportunidade para cross-leads entre as plataformas e, principalmente, cross-sell entre as empresas.

Conforme apresentado nos materiais de divulgação da Companhia, nossa agenda de integração de aquisições segue apresentando consistentes e importantes avanços.

Nosso processo de integração acrescido da escolha correta das empresas e alto potencial de cross-sell dentro do ecossistema faz com que as empresas adquiridas sejam capazes de acelerar o seu ritmo de crescimento e, principalmente a partir de 2023, aceleração das suas margens operacionais.

Um dos propósitos das integrações é trazer uma jornada de uso dos nossos produtos muito mais fluida, simples e, ao mesmo tempo completa, para nossos clientes. Neste sentido, diversas plataformas terão uma experiência mais conectada e única, não só por meio das disciplinas de UX/UI e design, mas também por meio de integrações mais profundas de software, painéis, billings e cadastros.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Entendemos que a melhor experiência do nosso cliente deve ser baseada em um robusto ecossistema voltado para o produto, que pode ser dividido em três grandes camadas focadas em experiência, integração e sucesso do cliente:

- Ecossistema próprio com experiência e soluções unificadas
- Parcerias e Integrações:
- Educação, Onboarding e Sucesso do Cliente:

Nas soluções integradas relacionadas a Marketing e Vendas, um grande diferencial de nosso ecossistema em relação à concorrência é fazer com que o cliente acelere suas vendas após a contratação da solução. Ao longo dos últimos anos entregamos soluções e integrações com Big Techs que em conjunto são únicas em todo o mercado onde atuamos.

Quando investimos em ecossistema oferecemos uma jornada muito mais integrada para o nosso cliente. Esperamos, também, que a expansão do ecossistema com as novas aquisições vai acelerar o crescimento do nosso segmento de Commerce, uma vez que (i) aumenta o ARPU do cliente, (ii) reduz o churn e (iii) acelera a aquisição de novos clientes.

Em setembro de 2023, o banco Morgan Stanley e a consultoria AlphaWise publicaram uma pesquisa em que avaliaram a qualidade da nossa ferramenta e de nossos principais concorrentes.

Na pesquisa, foram avaliadas as integrações nativas (representadas por círculo na imagem abaixo) e integrações feitas por meio de API (representadas por quadrados na imagem abaixo).



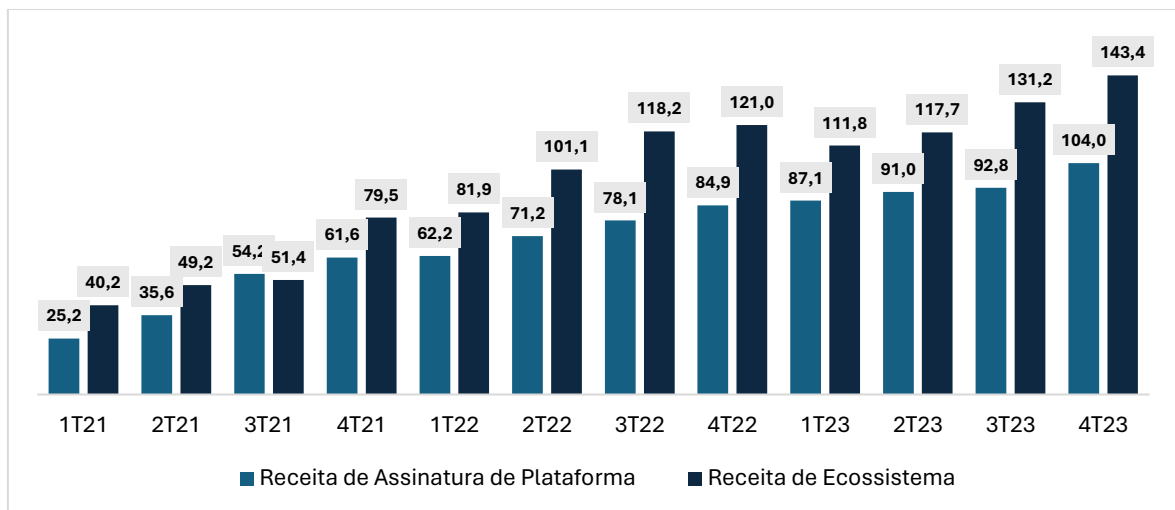
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Outro importante benefício trazido pelas recentes aquisições é o enriquecimento da nossa equipe de empreendedores digitais. Esses empreendedores, em conjunto com os profissionais que atuam na Companhia, compõem um dos mais completos times de tecnologia do Brasil, além de contribuírem com o direcionamento operacional/estratégico da Companhia, estimulam a retenção de talentos e atraem novas companhias para o nosso pipeline de M&A.

Nosso modelo de negócios é baseado em assinaturas com renovação automática que podem ser realizadas em periodicidade mensal, trimestral, anual ou trienal, além de receitas baseadas no GMV dos nossos clientes.

No segmento de Commerce, temos as plataformas de E-commerce e ERP (Tray, Wake, Bagy e Bling) cuja cobrança é feita em modelo de assinaturas mensais, a Vindi tem sua receita gerada sobre um percentual do faturamento de nossos clientes, a Melhor Envio possui uma receita gerada sobre um percentual do frete dos nossos clientes e demais produtos, como Social Miner e Squid que o cliente paga quando utilizada.

O gráfico abaixo apresenta a quebra de receita do segmento de Commerce:



Como reflexo da alta taxa de recorrência em assinaturas, baixo índice de *churn*, força das nossas marcas, que se traduz em capacidade de captar clientes a um baixo custo e por fim, qualidade do atendimento prestado aos nossos clientes, nosso *Life Time Value/Customer Acquisition Cost* - LTV/CAC (receita recorrente/custo de aquisição de clientes) em 31 de dezembro de 2023 era cerca de 10x no segmento Be Online/SaaS e de 12x no segmento Commerce.

A tabela a seguir destaca alguns de nossos principais dados financeiros para os exercícios sociais e períodos abaixo indicados. Informações mais detalhadas estão disponíveis em nossas demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como nas demais informações financeiras apresentadas no Prospecto e neste

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Formulário de Referência.

LWSA	2023	2022	vs 2022
Receita Operacional Líquida	1.296,7	1.135,4	14,2%
Lucro Bruto	601,8	511,2	17,7%
Margem Bruta (%)	46,4%	45,0%	1,4 p.p.
EBITDA	204,6	148,5	37,8%
Margem EBITDA (%)	15,8%	13,1%	2,7 p.p.
EBITDA Ajustado ¹	226,6	169,4	33,8%
Margem EBITDA Ajustada (%)	17,5%	14,9%	2,6 p.p.
Lucro Líquido	(73,7)	28,8	355,6%
Lucro Líquido Ajustado ²	143,5	161,3	-11,1%
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	11,1%	14,2%	-3,1 p.p.
Capex	100,9	100,6	0,3%
Capex sobre Receita Líquida	7,8%	8,9%	-1,1 p.p.
Geração de Caixa ³	125,7	68,8	82,7%
Conversão de Caixa (%) ³	55,5%	40,6%	14,9 p.p.
Dívida Líquida (Caixa)	(1.188,2)	(1.447,8)	-17,9%

¹O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventials e despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

²O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do Lucro (prejuízo) líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (iv) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (v) despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

³Geração de Caixa é medido pelo "EBITDA Ajustado – Capex" e Conversão de Caixa é composto pela divisão do "EBITDA Ajustado – Capex" pelo "EBITDA Ajustado".

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Aquisições: 14 movimentos estratégicos entre 2020 e 2022 para enriquecer o portfólio de soluções aos clientes

Entre os anos de 2020 e 2022 a Companhia fez uma série de aquisições que visaram enriquecer o portfólio de soluções para os cliente e que estivessem em linha com o seu propósito. A seguir trazemos de forma detalhada o racional de cada uma das aquisições à época e seu pontencial de cross sell.

Cabe destacar que, algumas das aquisições passaram por fusões e/ou unificação e já não operam de maneira individual, o que será melhor detalhado mais adiante.

Etus

Racional da aquisição: Empresa que oferece a mais completa e robusta solução para gestão e marketing digital em redes sociais.

A Etus, que já apresentou um crescimento orgânico substancial nos últimos anos, poderá acelerar ainda mais esse crescimento com as sinergias e integrações imediatas com a base de clientes de todas as operações da LWSA: BeOnline / SaaS e Commerce. A aquisição da Etus é consistente com a estratégia da Companhia de oferecer o maior e mais completo ecossistema para apoiar nossos clientes no processo de digitalização dos seus negócios.

Cross-sell: com toda a base de clientes e em todos os touchpoints da LWSA, como carrinho de compra dos produtos; painéis de administração; eventos de upgrade; e campanhas de ativação da marca na base.

Social Miner

Racional da aquisição: Empresa que oferece plataforma SaaS para e-commerces e varejistas aumentarem vendas, engajamento de consumidores, conversão de fluxos de visitantes para cadastros e/ou compras e diminuïrem o custo de aquisição de clientes com forte utilização de tecnologia proprietária de big data e inteligência artificial.

Com a integração das soluções da Social Miner, que possui um produto consolidado no mercado, e da All In, empresa adquirida pela LWSA em 2013, passamos a oferecer uma suíte completa de serviços que acompanha toda a jornada do consumidor para e-commerces e varejistas de todos os segmentos e tamanhos, o que será muito importante para potencializar as vendas dos clientes da nossa plataforma de e-commerce Tray.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Cross-sell: Com a Tray Corp para aumentar a conversão e vendas em grandes e-commerces; e criação de um novo produto focado no aumento de vendas dos pequenos varejistas para oferta em toda base Tray e PMEs.

Ideris

Racional da aquisição: Empresa que oferece uma completa plataforma de integração multicanal para operações de varejo.

Com a aquisição do Ideris, a LWSA que já tem o mais completo ecossistema de soluções para E-commerce, contando com plataforma de lojas virtuais, soluções de pagamentos, recorrência e mais de 500 integrações amplia esse leque e se consolida como a melhor opção para digitalizar o varejista brasileiro.

Cross-sell: Oferecer novos canais de venda de forma imediata; e oferecer integração logística com a Melhor Envio.

Melhor Envio

Racional da aquisição: Oferecer uma plataforma que conecta vendedores às principais transportadoras e empresas de logísticas do Brasil sem a necessidade de negociar contratos individuais. Por meio da plataforma é possível cotar fretes simultaneamente em diversas transportadoras, contratar online o serviço de envio e rastrear de forma inteligente.

Com a aquisição do Melhor Envio, a LWSA que já tem o mais completo ecossistema de soluções para E-commerce, contando com plataforma de lojas virtuais, soluções de pagamentos, integração com marketplaces, gestão de assinaturas e mais de 500 integrações, reforça sua atuação no segmento de logística, e segue se consolidando como a melhor opção para digitalizar o varejista brasileiro.

Cross-sell: Na Tray e Bling, ampliar as soluções atualmente disponíveis aos nossos clientes trazendo maior número de transportadoras disponíveis e preços ainda melhores; tornar a opção preferencial de logística para todos os sellers do Ideris; e tornar a Yapay/Vindi o método preferencial de pagamentos nas compras de etiquetas.

Vindi

Racional da aquisição: Fintech que oferece Gestão de Assinaturas e Cobrança Recorrente.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Cross-sell: Migrar o TPV para solução da Yapay; integrar as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi na Tray (plataforma de e-commerce) e explorar todo o potencial de cross-sell com os demais segmentos de negócios da Companhia (BeOnline, SaaS e Commerce) com a adquirida.

ConnectPlug

Racional da aquisição: plataforma SaaS com um sistema de ponto de venda (PDV) e um completo sistema de gestão. Com ampla presença no segmento de food services, a plataforma oferece importantes ferramentas como a integração de pedidos em diversos marketplaces, plataformas de autoatendimento e soluções para cardápios e comandas digitais totalmente integrados com o sistema de gestão de cozinha (KDS - kitchen display system).

Com a aquisição da ConnectPlug, a LWSA, que já tem o mais completo ecossistema de soluções tecnológicas para PME's e forte atuação no mercado de food services com a Delivery Direto, reforça o seu portfólio e entra para o importante mercado de soluções de tecnologia para o comércio físico, e segue se consolidando como a melhor opção para digitalizar as empresas do Brasil, ampliando as possibilidades de cross-sell com a base de lojistas da Tray.

Cross-sell: Cruzamento de base de cliente com a Delivery Direto; integração de pagamentos para os clientes CPlug com a Yapay/Vindi; e oferta para a base de clientes com lojas físicas da Tray e Bling utilizarem CPlug, com PDV e demais produtos.

Credisfera

Racional da aquisição: Fintech que oferece soluções de crédito para PMEs e permitirá que a LWSA passe a oferecer mais esse serviço para a sua base de clientes de forma integrada.

Cross-sell: Oferecer uma solução integrada unindo a capacidade tecnológica e inteligência de crédito da Credisfera, com a enorme base de clientes que utilizam as plataformas da LWSA para venderem e receberem online.

Dooca

Racional da aquisição: Plataforma de lojas virtuais focada em PMEs, que auxilia o lojista a criar, montar e gerenciar sua loja virtual e vender online. Com a aquisição a Companhia, que já possui papel de destaque e liderança no segmento com a Tray, se consolida neste mercado que apresentou forte aceleração em 2020.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Cross-sell: Oferecer para toda a base de clientes da Dooça a solução de pagamentos Yapay, as integrações com marketplaces e Store-in-Store oferecidas pelo Ideris, soluções de logística do Melhor Envio, as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi e todo o portfólio de marketing digital com a Social Miner e All In.

Samurai

Racional da Aquisição: Empresa de tecnologia que oferece um ecossistema de aplicativos compatível com diversas plataformas do mercado para otimização de resultados de lojas virtuais. A Samurai vem reforçar a estratégia do grupo para atender ecommerces de médio e grande porte, somando forças com a Tray Corp e melhorando a capacidade de atender projetos complexos e customizados.

Cross-sell: Oferecer para toda a base de clientes da Samurai a solução de pagamentos Yapay, as integrações com marketplaces e Store-in-Store oferecidas pelo Ideris, soluções de logística do Melhor Envio, as APIs de pagamentos recorrentes da Vindi e todo o portfólio de marketing digital com a Social Miner e All In.

Bling

Racional da Aquisição: Lançado em 2009 na cidade de Bento Gonçalves, o Bling é um sistema de gestão online, para o segmento de e-commerce e micro e pequenas empresas — MPEs, com mais de 200 integrações, que oferece soluções no modelo SaaS para negócios físicos, virtuais ou híbridos, auxiliando na gestão e organização dos negócios, por meio de módulos para emissão de notas fiscais eletrônicas, catálogo de produtos, estoques e vendas multicanal, PDV, gestão financeira, integrações com plataformas de e-commerce, marketplaces e soluções logísticas, dentre outros.

O Bling vem ampliando sua integração com o sistema bancário, a partir da visão proporcionada pela agenda do Open Banking. Desde 2020 os clientes do Bling já possuem uma conta digital integrada ao sistema de gestão, facilitando a emissão de boletos, transferências, pagamentos de contas e conciliações financeiras. Nos próximos meses serão adicionados novos serviços, como Pix, serviços de aquisição e antecipações de recebíveis, facilitando o acesso das micro e pequenas empresas ao sistema financeiro.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Bagy

Racional da Aquisição: Fundada em 2017 em Belo Horizonte, a Bagy é uma plataforma de e-commerce focada em social commerce, com mais de 13,5 mil clientes ativos e 127 mil seguidores nas redes sociais. Seu objetivo é ajudar PME's, pessoas físicas e influenciadores a montar uma loja virtual de forma rápida e simples. Fazendo o download do aplicativo da Bagy, o usuário consegue criar uma loja em poucos minutos, utilizando o celular para cadastrar os produtos, tirar fotos, determinar os valores e ainda oferecer integração nativa com as principais redes sociais, em especial Instagram e Facebook, além do marketplace Mercado Livre.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Octadesk

Racional da Aquisição: Fundada em 2015 na cidade de São Paulo, a Octadesk é uma plataforma voltada para pequenas e médias empresas se relacionarem melhor com seus clientes em todas as etapas de sua jornada (marketing, vendas e atendimento), em tempo real e em múltiplos canais como WhatsApp, chat, Instagram, e-mail, entre outros, organizando suas interações em um único lugar. Propiciando automação e escala por meio de chatbots, assistentes virtuais pré-programados e tecnologia embarcada em Inteligência Artificial, a plataforma possui capacidade de tornar as conversas humanizadas, melhorando a experiência nas relações com os clientes e potencializando os resultados das empresas em todos os canais digitais.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Squid

Racional da Aquisição: Fundada em 2014 na cidade de São Paulo, a Squid é a mais relevante empresa no segmento de Creators Economy no Brasil e possui as melhores soluções e plataformas para conectar influenciadores e criadores de conteúdo às marcas. A empresa nasceu acreditando na importância da humanização das estratégias digitais e no poder das vozes de empresas e pessoas para o mercado. Por meio do machine learning e uma robusta plataforma, a Squid automatiza todo o processo de identificação, recrutamento, gestão e pagamento de influenciadores digitais, unindo tecnologia e um time especializado, que ajuda

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

marcas e empresas de todos os segmentos e tamanhos a impulsionarem o resultado de suas campanhas, aumentando, assim, a conversão de suas vendas.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Síntese

Racional da Aquisição: Fundada em 2013 em São Paulo, a Síntese é uma plataforma especializada em soluções de omnicanalidade para varejo. Com ampla presença no segmento de moda, a empresa oferece OMS (Order Management System), WMS (Warehouse Management System) e TMS (Tracking Management System), atendendo grandes marcas como Shoulder, Track & Field, Grupo Soma, Aramis e Loungerie, dentre outras.

Cross-sell: Cross-sell com plataforma de e-commerce, integrador com marketplace, PDV, pagamentos, gestão de assinatura, integração logística, marketing digital, dentre outros.

Simplificação da estrutura corporativa

No transcurso das operações da LWSA pós aquisições, a Companhia identificou que algumas das empresas tinham sinergia, não apenas operacional mas como estratégica também. Com isto, foram feitas a simplificação da estrutura corporativa a través da fusão de algumas marcas, como detalhado abaixo:



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 2022 foi concluída a união entre as empresas Vindi e Yapay. Com a união a Vindi cria um ecossistema de serviços financeiros digitais e potencializa a experiência de pagamentos para empreendedores e empresários.

Em 2023 foi concluída a fusão das empresas Dooça e Bagy, passando a operar por Bagy, trazendo o melhor das duas plataformas e potencializando sua sinergia.

Também em 2023 com foco no e-commerce enterprise, foi criada a Wake que consolida seis marcas potencializando da melhor maneira seus serviços. As marcas que foram consolidadas foram: Tray Corp, Ideris, Samurai, Síntese, All In, Social Miner e Squid.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são as seguintes:

Possuímos um conjunto amplo de soluções para ajudar nossos clientes a crescerem.

Nossa oferta de soluções, que incluem soluções de hospedagem e domínio de sites, portfólio completo de soluções Cloud, soluções relacionadas a produtividade, inteligência de mercado e "do it yourself", além das soluções de plataforma de e-commerce e todo o ecossistema de soluções desse segmento, ajuda o nosso cliente a nascer e prosperar por meio da internet.

Esse forte grupo de empreendedores são profissionais que fornecem o direcionamento operacional estratégico, estimulam a retenção de talentos no grupo e nos ajudam a atrair novas companhias para o grupo.

Integração das Empresas Adquiridas.

A estratégia de integração de empresas da LWSA tem como objetivo dar ao empreendedor foco exclusivo na operação, com os benefícios de uma empresa de capital aberto estruturada, como programas de incentivo de longo prazo e programas de *partnership*. O empreendedor continua à frente da coordenação e desenvolvimento de produtos, dos departamentos comerciais, marketing, atendimento, onboarding e customer success, enquanto as atividades financeiras e administrativas passam a fazer parte das rotinas da holding LWSA. Neste sentido, nos posicionamos como uma verdadeira plataforma de aquisição e alavancagem de negócios com altas sinergias e propostas de valor complementares para oferecer a nossos clientes uma oferta completa de soluções para estabelecerem sua presença digital e escalar suas operações de forma sustentável em nosso ecossistema.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Expansão contínua do Ecossistema de Ecommerce.

A Companhia segue atuando fortemente na expansão das integrações oferecidas aos clientes no segmento de Ecommerce e já conta com mais de 800 integrações.

Modelo de negócio que proporciona receita recorrente previsível e sólida performance financeira.

Grande parte de nossa receita decorre do nosso modelo de negócio baseado em assinaturas com renovação automática, que podem ser realizadas em periodicidade mensal, trimestral, anual ou trienal. Essas assinaturas geraram uma receita recorrente de 98% no segmento Be Online/SaaS em 2023. Essa característica, presente na maior parte de nossos contratos, reduz os níveis de inadimplência de nossos clientes, sendo um importante propulsor do nosso histórico consistente decréscimo.

Ampla oferta de produtos e serviços com alto potencial de *cross-selling* e *up-selling*.

Acreditamos que nenhum de nossos concorrentes oferece um ecossistema tão diversificado e integrado de produtos e serviços tecnológicos a seus clientes quanto o que oferecemos aos nossos. Possuímos comprovada capacidade de inovar e desenvolver internamente, ou adquirir de terceiros, novos produtos e serviços complementares àqueles que já oferecemos. O maior exemplo de *cross-selling* que temos existe entre os clientes que contratam nossos produtos e serviços Be Online e os que contratam SaaS produtos e serviços e a penetração de mais de 70% da Vindi como meio de pagamentos das vendas em lojas próprias dos nossos clientes.

Nosso modelo de negócios cria, também, um ambiente sinérgico com alto potencial de *cross-selling* entre todo o ecossistema da LWSA. Nosso cliente de entrada geralmente contrata um plano básico para montar sua loja virtual, cujo custo da assinatura inicial é baixo. Este plano básico lhe dá direito a alguns recursos como número máximo de visitas em sua loja virtual e um certo número de produtos cadastrados e pedidos integrados com o Marketplace da empresa "Mercado Livre".

Conforme esse cliente cadastra mais produtos ou começa a ter mais tráfego em sua loja virtual, com passar do tempo, ele naturalmente migra para planos de maior valor. Além do *upgrade* (aprimoramento) de plano, também oferecemos diversos outros produtos e serviços complementares como ERP, integração logística e soluções de pagamentos online que aumentam o ticket médio de nossos clientes. Como consequência, nossos registros atuais mostram que o *Average*

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Revenue Per User – ARPU (receita mensal média por cliente) do cliente que utiliza serviços de loja própria cresceu mais de seis vezes nos três anos seguintes ao início de suas atividades.

Base de clientes diversificada, altamente fidelizada e parceria sólida com desenvolvedores.

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com uma base de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos fidelizada e diversificada, consistindo em pessoas autônomas e empresas de variados setores da economia e de variados portes. Além de fidelizarmos nossos clientes oferecendo produtos e serviços de qualidade e excelente atendimento pós-venda, vale destacar os riscos e custos envolvidos na migração de uma empresa fornecedora de soluções tecnológicas para outra, que diminuem consideravelmente as intenções de um cliente realizar tal troca.

Capacidade de adquirir e integrar novas empresas.

Aquisição de empresas é atividade estratégica para nós, além de ser um vetor de crescimento, fonte de talentos humanos, novos produtos e serviços e, conseqüentemente, novas receitas. Nos últimos sete anos realizamos inúmeras aquisições, todas bem-sucedidas: Tray, All iN, Fbits, Cluster2Go, KingHost, Delivery Direto, Etus, Social Miner, Vindi, Ideris, Melhor Envio, ConnectPlug, Dooca, Credisfera, Samurai, Bling, Bagy, Octadesk, Squid e Síntese.

Em nossa busca por novas aquisições, não focamos apenas naquelas empresas que apresentam bons resultados financeiros, mas também nas que apresentam as seguintes características: (i) possuem a maior parte da receita recorrente; (ii) terão sinergia de custos com as sociedades de nosso grupo; (iii) têm grande potencial de *cross-selling* com outros produtos e serviços que oferecemos; (iv) possuem fundadores ou colaboradores talentosos; e (v) seus produtos e serviços já estão desenvolvidos ou em estágio avançado de desenvolvimento.

Avaliamos empresas para consolidação da nossa participação nos atuais segmentos que já estamos posicionados ou a entrada em novos segmentos.

Governança estabelecida, administradores experientes no setor, acionistas controladores dedicados e colaboradores capacitados e satisfeitos.

Possuímos alto grau de governança corporativa que vem sendo aprimorado desde a nossa constituição. Nossa auditoria externa é realizada pela KPMG desde 2020 e até 2019 foi feita pela Ernst & Young que auditava a Companhia desde 2006 e, em 2009, integramos nossos departamentos utilizando o sistema SAP (Sistemas, Aplicativos e Produtos para Processamento de Dados). Desde 2012, nosso fundador,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Gilberto Mautner, participa das revisões trimestrais de produtos e serviços. Além disso, contamos com um processo estruturado para definição do orçamento anual envolvendo todas unidades da Companhia. Contamos também com reuniões de planejamento estratégico semestrais e reuniões de acompanhamento de resultados mensais. Possuímos cinco comitês não estatutários: (a) ESG, que se reúne mensalmente e conta com a participação de nosso Diretor Presidente, os membros de nosso Conselho de Administração, Gilberto Mautner e Flávio Jansen, e da Diretora de Recursos Humanos; (b) Recursos Humanos, que se reúne mensalmente e conta com a participação de nosso Diretor Presidente, os membros de nosso Conselho de Administração, Gilberto Mautner e Flávio Jansen, e da Diretora de Recursos Humanos; (c) Auditoria Fiscal/Contábil, que se reúne mensalmente e conta com a participação de membros do Conselho de Administração, além de um conselheiro externo independente e do Diretor Financeiro; (d) Ética e Conduta, que se reúne sempre que há determinada demanda, tendo como membros o Diretor Presidente e os Diretores de Recursos Humanos e Jurídico; e (e) Riscos de Segurança da Informação, que se reúne trimestralmente, tendo como membros o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor de Tecnologia, o Diretor de Unidade de Negócio (Be Online/SaaS), além das principais lideranças técnicas da Companhia. Desde fevereiro de 2020, estamos listados no segmento mais alto de governança corporativa no Brasil, o Novo Mercado, e contaremos com os comitês e políticas obrigatórios para este segmento de governança.

Nosso quadro atual de administradores conta com nossos fundadores e outros profissionais experientes que exerceram cargos relevantes anteriormente em outras companhias relevantes em seus respectivos segmentos, algumas delas dos segmentos de tecnologia, internet e telecomunicações no Brasil.

Os nossos fundadores possuem uma visão empreendedora e inovadora dos mercados de produtos e serviços tecnológicos no Brasil, sendo em grande parte responsáveis por nosso desenvolvimento e sucesso ao longo dos anos e continuarão sendo, logo após a realização de nossa abertura de capital, nossos Acionistas Controladores vinculados por acordo de acionistas. Com o objetivo de reter talentos estratégicos dentre nossos colaboradores e nossa administração, lançamos planos de opção de compra de ações (*Stock Option Plans*), sendo o primeiro de nossos planos implementado em 2009, desenvolvemos programas como o "Quero ser Dev" e o "Quero ser PO" para incentivar os colaboradores que desejam iniciar a carreira no segmento, incentivamos a educação através de parcerias com universidades e escolas, realizamos o mapeamento de talentos para construção de um plano de carreira e sucessão e um programa de desenvolvimento de líderes. A LWSA adota o modelo de carreira em Y, oferecendo liberdade para o profissional planejar a sua carreira e escolher a trilha que atenda

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

seus anseios e necessidade. O profissional pode optar por seguir uma carreira com foco em gestão ou carreira técnica.

Além disso, possuímos um programa de Trainees focado na capacitação de talentos recém-formados para que possam lidar com situações complexas, trazer soluções inovadoras, garantindo a perpetuidade dos nossos negócios. Adicionalmente, contamos com colaboradores capacitados, que são contratados após processos seletivos que demandam alto nível de experiência dos participantes e contam com provas dinâmicas e entrevistas com os gestores e seus times da área. Nossos colaboradores possuem uma grande satisfação em trabalhar conosco, fato este confirmado pelo Guia Você S.A. que em 2012, 2014 a 2018 nos ranqueou como uma das 150 melhores empresas do Brasil para se trabalhar. Valorizamos a diversidade e as relações em nosso dia a dia e oferecemos um ambiente seguro para que a pessoa possa ser exatamente quem ela é.

Atendimento ao Cliente

Entendemos que um bom atendimento ao cliente é uma importante vantagem competitiva. Em nosso grupo, o atendimento ao cliente é feito integralmente por um time próprio de colaboradores (analistas de suporte) que resulta em diversos benefícios aos nossos negócios, uma vez que tais analistas ficam mais próximos de nossos times de produtos e engenharia. Eles também possuem um plano de carreira que os incentiva a sempre buscar excelência e qualidade na prestação de serviços, sendo que esta estrutura faz com que nossos analistas de suporte se identifiquem e se comprometam ainda mais com nossa cultura interna, nossos indicadores e metas de qualidade. Oferecemos variados canais de atendimento ao cliente, sendo que o nível de atendimento oferecido por nós hoje se reflete nos baixos níveis de *churn* que apresentamos. Para auferir a eficiência de nosso atendimento ao cliente, utilizamos o portal Reclame Aqui (RA) onde nossas principais operações como a Locaweb possui o selo RA1000.

Nossa Estratégia

O mercado de tecnologia no Brasil apresenta potencial de crescimento significativo e promissor. Apresentamos abaixo as principais estratégias da Companhia:

Maximizar o aproveitamento de nossa base de clientes.

A Companhia pretende explorar mais intensamente as oportunidades de *cross-selling* e *up-selling* sobre sua base atual de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos, alavancando a venda dos produtos e serviços que atualmente integram seu portfólio, por meio da: (i) migração de clientes para serviços de maior valor agregado; (ii)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares que possam ser oferecidos para os clientes; (iii) atuação mais próxima de desenvolvedores parceiros para identificar, de forma mais rápida e ágil, as necessidades dos clientes da Companhia; e (iv) otimização do fluxo de pedidos online para incentivar a venda de produtos e serviços complementares.

Expandir nosso conjunto de serviços e produtos no segmento de Commerce.

A Companhia acredita que este segmento oferece as necessidades básicas para que qualquer negócio de varejo tenha sucesso no mundo digital com o melhor custo benefício, por isto pretende continuar antecipando tendências e demandas de mercado com o desenvolvimento e ampliação da oferta de produtos e serviços inovadores dentro do segmento de Commerce.

Aquisições para complementação e diversificação de nosso portfólio.

Em decorrência do sucesso das aquisições feitas pela Companhia desde 2012, sempre consistentes com a estratégia de crescimento sustentável e que tiveram sempre os mesmos princípios de receitas recorrentes, sinergia de custos, retenção de talentos existentes, consolidação dos produtos e serviços no portfólio e viabilidade de *cross-selling* e *up-selling*, a Companhia continuará buscando oportunidades de aquisições no setor de tecnologia no Brasil que aumentem ou complementem seu atual portfólio de produtos e serviços.

Pessoas

Na LWSA acreditamos que é a soma das nossas diferenças que transforma nossa empresa em um local melhor, em que cada pessoa se sinta livre e segura para ser de fato quem ela é. Assim, temos Inclusão & Diversidade como um dos cinco princípios que regem nosso negócio e é a partir dele que incentivamos cada colaborador a desenvolver seu potencial completo e a fazer novas ideias nascerem e prosperarem por meio da tecnologia. Construimos nosso time com pessoas que compartilham da nossa paixão por desenvolver, independentemente de gênero, orientação sexual, deficiência, geração, etnia, origem e todas as outras diversidades que nos tornam plurais.

Diante disso, desenvolvemos diversos programas internos e um pacote de benefícios que atendam todas as pessoas, extraíndo o que elas têm de melhor e proporcionando uma experiência positiva para todas as pessoas, independentemente de quem sejam e do cargo que ocupam. Temos trabalhado para humanizar cada vez mais as relações para construir um excelente ambiente de trabalho, atendendo as necessidades de cada colaborador.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Para ajudar as pessoas a entenderem melhor como podem se desenvolver internamente e atingirem o seu potencial máximo, lançamos um e-book de carreira para que as pessoas possam conhecer os princípios que orientam nossa abordagem sobre o assunto e possam projetar seu crescimento profissional, fortalecendo suas habilidades. Para dar ainda mais força ao protagonismo e evolução de carreira individual, também realizamos talks de carreira e para os gestores, oferecemos uma rodada conversa sobre Diálogos de Carreira para que estejam prontos para conduzir a temática junto aos seus colaboradores.

Nosso programa de Gestão de Performance também oferece ferramentas que colaboram para uma jornada repleta de experiências que fortalecem nossa cultura e desenvolvem nosso maior ativo: as pessoas. O Gestão de Performance atua com três ferramentas (1:1; Feedback; Ciclo semestral de avaliação de competências), que geram insumos para líderes e liderados construírem um PDI que maximize os pontos fortes e trabalhe pontos de melhoria.

Também investimos em treinamentos, pois acreditamos que a gestão do conhecimento e capacitação são essenciais para criarmos um ambiente de pertencimento. Nossos treinamentos podem ser categorizados em: treinamentos iniciais, treinamentos técnicos, treinamentos técnicos externos e palestras e workshops.

Estamos comprometidos com a Inclusão & Diversidade em todos os nossos processos, e no terceiro trimestre de 2021 analisamos os dados do 3º censo de Inclusão & Diversidade da companhia, tendo como principais resultados o aumento da presença de mulheres na empresa e em cargos de liderança, pequeno aumento de pessoas pretas e do público LGBTQIA+ que se identifica na pesquisa.

Para minimizar as diferenças na ocupação de cargos de gerência entre homens e mulheres, em 2021, junto ao Comitê de Inclusão e Diversidade, iniciamos um movimento para uma ação afirmativa com o intuito de incentivar que mulheres apoiem, ajudem e empoderem outras mulheres a conquistarem mais espaço em todos os lugares, áreas e cargos. O Mentoring edição Mulheres foi pensado, dedicado e executado apenas por mulheres da companhia, que contou com 21 duplas para uma jornada de descobertas, com base no conceito 70/20/10, com duração de 10 encontros e carga horária de 20h por dupla.

Com foco na saúde integral dos nossos colaboradores, temos o nosso programa de qualidade de vida, o Conexão Saúde, com parcerias e ferramentas que promovem a saúde mental, física e financeira do nosso público interno.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Sustentabilidade

É cada vez mais evidente o papel das empresas para o crescimento sustentável da economia e para o desenvolvimento humano. Como empresa do setor de tecnologia em um mercado emergente, estamos dispostos a participar ativamente da expansão do debate sobre a responsabilidade das empresas em pilares como desigualdade social, desafios ambientais e mudanças econômicas.

Nosso movimento se intensifica conforme vemos a relevância da integração da agenda ESG para a construção de negócios sólidos, resilientes e sustentáveis. Na LWSA, as práticas de ESG estão baseadas em temas como: governança, inclusão e diversidade, responsabilidade social, preservação ambiental e transparência – todos eles pautados por estratégias, dados e indicadores que visam amadurecer a nossa atuação.

A Companhia tem apresentado constante crescimento e sabemos que isto é diretamente proporcional ao poder de transformação na sociedade em que estamos inseridos. Por esta razão, nos dedicamos a trabalhar em prol de um desenvolvimento sustentável não só para a empresa, mas também para a sociedade e o planeta.

Entendemos o ESG da LWSA em quatro pilares, com resultados que gostaria de destacar. No pilar “Cuidado com o colaborador” estão incluídos temas como saúde, diversidade, inclusão, desenvolvimento profissional e benefícios para a qualidade de vida dos nossos profissionais. Dentre todas as conquistas, celebramos o Comitê de Inclusão & Diversidade criado em 2019, pelo qual atuamos em sete frentes descritas neste material para mitigar riscos, resolver conflitos e capacitar pessoas. Entendemos que é importante aumentar a representatividade, bem como fornecer um ambiente seguro para permanência de pessoas sub-representadas na empresa, para que possam se desenvolver, sentirem-se verdadeiramente parte do time e alcancem todo o potencial disponível.

Com o Censo realizado desde o começo da iniciativa, e com participação voluntária do nosso quadro de colaboradores, conseguimos mapear a igualdade de oportunidades no quadro de funcionários e se há uma diversidade interna que reflete a realidade do país. Somado a ele, evoluímos e agora acompanhamos com maior frequência e abrangência os dados da nossa base de funcionários por meio do cadastro de cada pessoa.

Com isso concluímos que aumentamos 0,7 pontos percentuais (pp) na representatividade de mulheres no nosso quadro de colaboradores e 3,2 pp na liderança é feminina, atingindo 39,1% da base total, segundo a fonte da nossa

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

base de ativos, (que considera todas as pessoas que se identificam como mulheres, independentemente do sexo biológico). Fomos reconhecidos pelo Índice TEVA de Mulheres na Liderança e pelo instituto GPTW, na categoria Mulher e Raça (ranking de diversidade).

Nossa convicção na LWSA é que as empresas têm melhor desempenho quando são diversas e multidisciplinares, por isso, investir em capital humano é regra para nós.

Em 2022, no pilar ambiental, dedicamos esforços ao mapeamento de nossos impactos ambientais e definição de até onde conseguiremos mitigar os impactos das nossas operações.

No pilar Social, contribuimos com a formação técnica e a empregabilidade de pessoas com mais de quarenta anos, com o programa afirmativo Quero Ser Dev 40+ e ampliamos os trabalhos na frente de investimento social privado, que alcançou cerca de 4500 pessoas por meio de doações e ações sociais.

No pilar de Governança Corporativa, o destaque está no nosso compromisso ético, que para a LWSA é a somatória da conduta de cada um dos funcionários. No Código de Ética são elencadas as diretrizes para o posicionamento da empresa perante os públicos envolvidos no negócio, é um guia de conduta para a LWSA.

Em 2022 tivemos o lançamento da nossa Política de Responsabilidade Socioambiental, o nosso primeiro Relatório de ESG publicado e nosso Investor Day, evento dedicado aos investidores e em que a pauta ESG ganhou destaque.

São passos importantes na nossa história, mas lembramos que a nossa jornada na agenda ESG começou há mais de 10 anos, antes mesmo da sigla estar em pauta. Em 2021 aderimos ao Pacto Global e firmamos nosso compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e passamos a reportar nossa evolução na comunicação de progresso, no formato Advanced. Atualmente, além de cumprir as principais diretrizes internacionais de prestação de contas, como SASB e GRI, nos orientamos também pelos mais altos padrões de governança do Novo Mercado.

Como reflexo da solidez de nosso compromisso, estivemos entre os destaques do ranking Institutional Investor pela atuação do CEO, CFO, Relações com Investidores e ESG. Também nos destacamos na categoria Tecnologia e Mídia, no prêmio Melhores ESG da Exame 2023.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos que a transparência que temos sobre o assunto no dia a dia do nosso negócio é fundamental para impulsionar a sustentabilidade no setor de tecnologia.

Permaneceremos engajados em ser destaque no nosso setor, tanto em nossa operação e crescimento, quanto na adoção de práticas que impactem positivamente a comunidade. Renovamos o compromisso de manter o mercado e a sociedade informados sobre os avanços de nossas iniciativas e das nossas metas, materializando nossa cultura de transparência e incentivando outros agentes a também contribuírem com essa agenda indispensável.

Aspectos Gerais de Nossos Mercados de Atuação

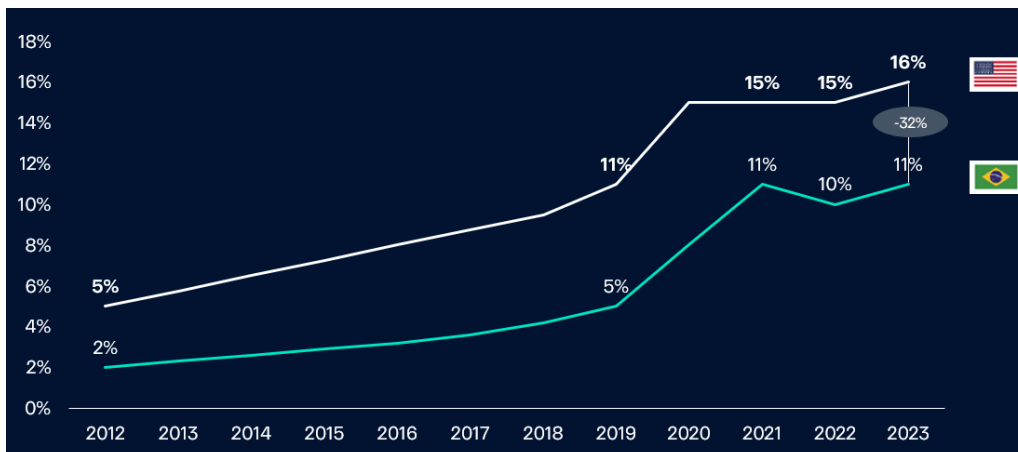
Atualmente possuímos operações em dois segmentos distintos, a saber: (i) Commerce – em que oferecemos aos nossos clientes soluções para viabilizar suas operações de varejo online; e (ii) Be Online/Saas – em que oferecemos soluções que viabilizam a presença digital de nossos clientes.

Em ambos segmentos, nosso foco estratégico é atender microempresários e empresas de pequeno e médio portes. No Brasil, de acordo com o Sebrae, existem hoje cerca de 21,8 milhões de empresas ativas, das quais 93,7% são microempresas ou empresas de pequeno porte. Isso significa que há aproximadamente 20,5 milhões de micro e pequenas empresas em operação no país. Conforme dados do IBGE de 2022, 1,6 milhão de empresas no Brasil possuem atividades de varejo.

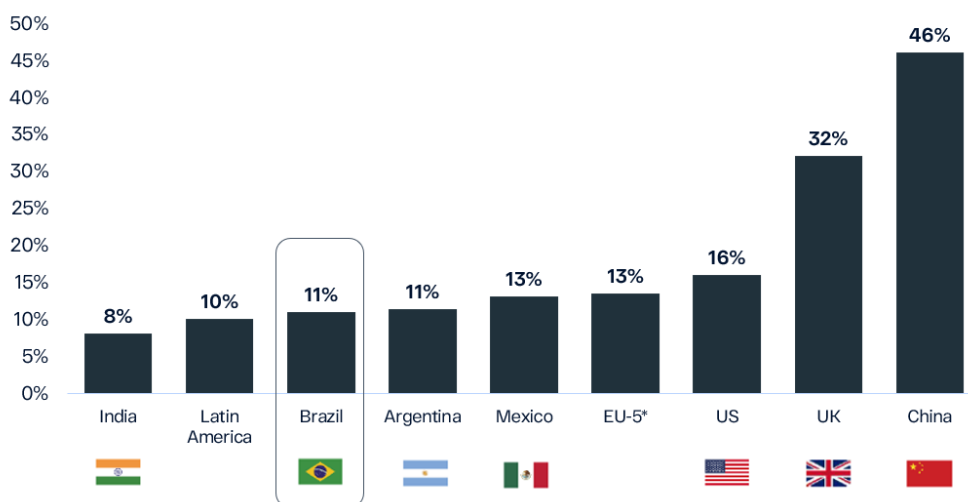
À medida que a economia brasileira se torna mais dinâmica, a tendência de digitalização de empresas de pequeno e médio portes tende a crescer significativamente, ampliando ainda mais nossas oportunidades nos mercados em que atuamos.

Atualmente, de acordo com uma pesquisa realizada pela Atlantico, a penetração do varejo online sobre o varejo total do Brasil é de apenas 11%, o que está, por exemplo, 32% abaixo da penetração do varejo online dos Estados Unidos, que em 2023 foi de 16%, conforme gráfico abaixo:

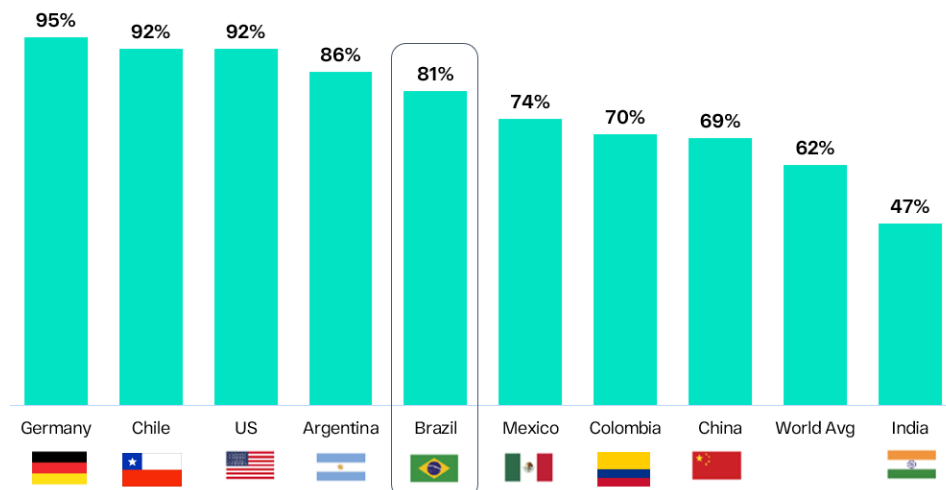
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Ainda de acordo com a mesma pesquisa, a penetração do varejo brasileiro fica abaixo de países como Argentina, México, Reino Unido e China:

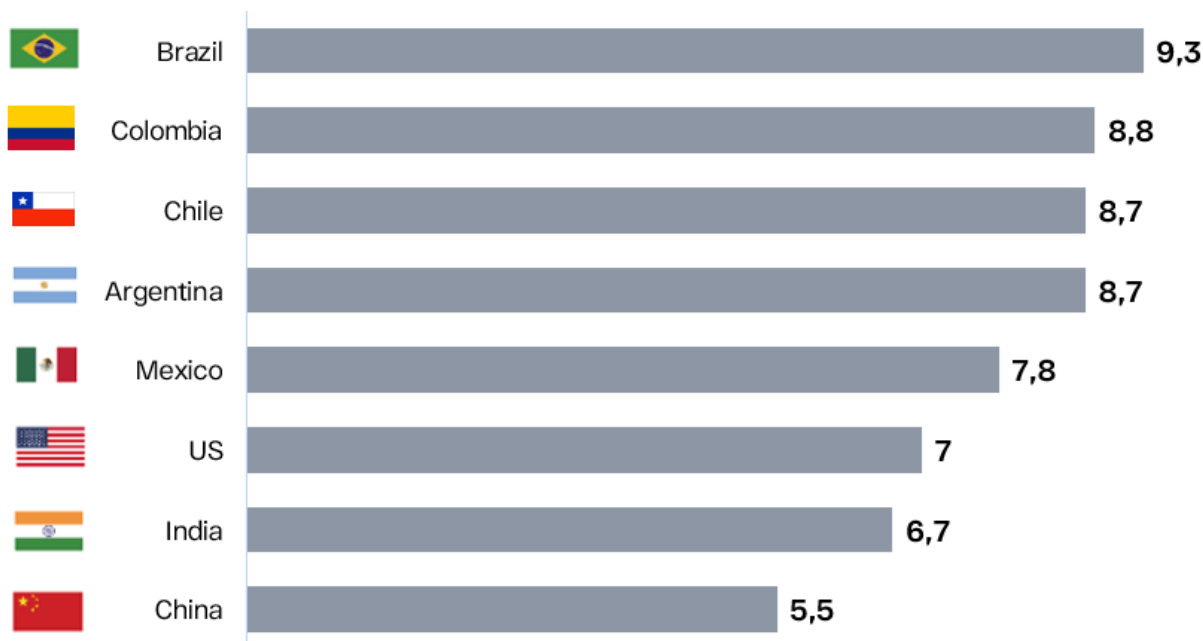


Apesar da baixa penetração do varejo online brasileiro na comparação com outros países, a penetração de internet no Brasil, que atualmente é de 81%, é maior que outros países como China e Índia e do que a média mundial, que está em 62%, conforme gráfico abaixo da pesquisa da Atlântico:

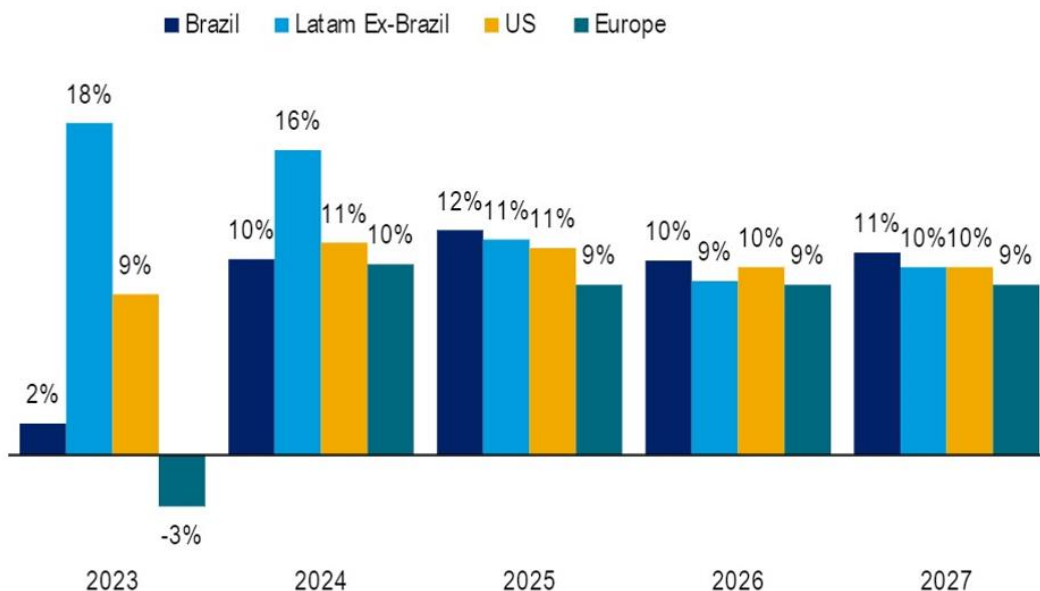


1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Além disso, destacamos que o brasileiro é o líder em horas gastas na internet diariamente, ficando mais de 2 horas a mais que países como Estados Unidos e Índia, conforme aponta a pesquisa da Atlantico:



De acordo com o Bank of America, o varejo online no Brasil deve apresentar maior crescimento que os países da America Latina, Estados Unidos e Europa a partir de 2025, conforme gráfico abaixo:



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Entendemos que alguns fatores podem contribuir para o crescimento do e-commerce no varejo brasileiro:

- Aumento da penetração da internet;
- Crescimento do uso de smartphones;
- Maior confiança dos consumidores em compras online;
- Expansão da logística e dos serviços de entrega;
- Diversificação dos métodos de pagamento;
- Investimento em marketing digital e estratégias de venda online.

Tese de Investimentos

A imagem abaixo apresenta de maneira resumida os principais pontos da tese de investimentos da LWSA:



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações sobre segmentos operacionais

(a) *Produtos e serviços comercializados*

Portfólio. As nossas atividades são exercidas em duas frentes de negócios, *Be Online/SaaS e Commerce*, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras. Corporativamente, dividimos a empresa em cinco grandes segmentos, cujas principais marcas são:

Commerce PMEs	Commerce Enterprise	ERP e Gestão	Serviços Financeiros	BeOnline / SaaS
<ul style="list-style-type: none"> • Principais Marcas <ul style="list-style-type: none"> • Tray • Bagy • Melhor Envio 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Marcas <ul style="list-style-type: none"> • Wake Commerce • Squid by Wake 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Marcas <ul style="list-style-type: none"> • Bling • CPlug 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Marcas <ul style="list-style-type: none"> • Vindi • Credisfera 	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Marcas <ul style="list-style-type: none"> • Locaweb • KingHost • Octadesk

Dentro da frente de Commerce, em que se enquadram os segmentos de Commerce PMEs, Commerce Enterprise, ERP e Gestão e Serviços Financeiros, dividimos o perfil das nossas atividades em “Viabilizadores de Ecommerce” e “Componentes de Ecommerce.”

Viabilizadores de Ecommerce

- Foco: Digitalização do varejo
- Monetização: Subscrição
- Perfil de Clientes

PMEs

- Produtos padronizados
- GMV médio por lojista de R\$ 40 mil por mês
- Varejistas online e offline

Enterprise

- Soluções customizadas
- Clientes mais complexos
- Omnichannel

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Componentes de Ecommerce

- Foco: Aumentar o ARPU da base de clientes
- Monetização: Transacional
- Produtos e Features

Serviços Financeiros

- Pagamentos
- Crédito
- BaaS

Logística

- Vendas
- Integração com Marketplaces
- Influenciadores Digitais

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
(em R\$ milhões, exceto %)						
BeOnline / SaaS	417,5	32%	416,7	37%	403,4	50%
Commerce	875,2	68%	718,7	63%	396,8	50%
Receita Operacional Líquida	1.292,8	100%	1.135,4	100%	800,2	100%

(c) Lucro Bruto resultante do segmento e sua participação no Lucro Bruto do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
(em R\$ milhões, exceto %)						
BeOnline / SaaS	142,5	24%	138,3	27%	134,2	37%
Commerce	455,4	76%	372,9	73%	230,3	63%
Lucro Bruto	597,9	100%	511,2	100%	364,5	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do processo de produção

Enquanto focamos no desenvolvimento de soluções digitais para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que ter nossa própria equipe para implementação, customização, suporte e consultoria para nossos clientes seja um fator crítico de nosso sucesso e vantagem que nos destaca da concorrência. Entendemos que a proximidade com clientes nos permite, não apenas melhorar a qualidade de nossas soluções, como também expandir e melhorar a nossa compreensão acerca dos desafios enfrentados por nossos clientes ao longo de sua jornada no meio digital, que, entre outros são: (i) como começar a vender on-line; (ii) como aumentar as vendas; (iii) como receber os pagamentos on-line; (iv) como estabelecer uma pegada digital; (v) como melhorar comunicação com os clientes; (vi) como expandir os canais de venda; e (vii) como ser mais produtivo nas tarefas diárias.

Como simplificação, nosso processo de produção e desenvolvimento de produtos e novas funcionalidades pode ser dividido em quatro fases distintas, a saber:

(i) Fase de Exploração

Nossos produtos são desenvolvidos internamente. Tendo em vista que nosso mercado de atuação experimenta rápidos avanços tecnológicos, assim como as necessidades de nossos clientes evoluem, para desenvolver novas soluções contamos com nosso time de desenvolvedores e nossa equipe responsável por assuntos referentes à inteligência de mercado, que elaboram estudos de mercado, realizam sessões de discussão sobre inovação, concepção e desenvolvimento de novas soluções.

(ii) Fase de Desenvolvimento

Definido o conceito e escopo de uma nova solução, nossas equipes definem um cronograma para execução do projeto, iniciam os trabalhos de design e arquitetura e elaboram uma estratégia de marketing para lançamento do produto. Criamos um produto MVP (Mínimo Produto Viável) para que clientes e desenvolvedores utilizem o referido produto e, gradativamente, possamos coletar seus *feedbacks* e realizar potenciais ajustes ou evoluções antes de escalar o produto para nossa base total de clientes. Para assegurar o sucesso da etapa de desenvolvimento, contamos com mais de 2.000 profissionais dedicados à tecnologia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(iii) Fase de Venda

Concluída a fase de desenvolvimento e testes, o produto é disponibilizado em nossos canais online de vendas (tanto no Be Online/SaaS, como no Commerce), onde os clientes podem assinar nossos produtos e serviços de forma direta. Em complemento à contratação direta, temos ainda uma equipe comercial dedicada à execução da estratégia de venda pré-definida para produtos que eventualmente requeiram alguma assistência durante o processo de decisão e compra.

(iv) Fase de Operação e Aprimoramento

Lançada a nova solução, nossas equipes iniciam processos contínuos de monitoramento e acompanhamento dos clientes para colher *feedbacks contínuos*, oferecer suporte e gerenciar o ciclo de vida do produto ou serviço para aprimoramentos ou evoluções tecnológicas.

b. Características do processo de distribuição

Nossa estratégia de divulgação e distribuição dos produtos LWSA se baseiam em três pilares principais: (i) aquisição de *leads*; (ii) nutrição de *leads*; e (iii) fechamento de venda.

1) Aquisição de Leads: nossa estratégia de aquisição de *leads* se baseia principalmente em mídia online paga (ex. Google Ads, Facebook Ads) e tráfego gerado de forma gratuita através de acessos diretos, referências em outros sites e acesso direcionados através de busca orgânica. Atualmente, 54% das nossas vendas vêm por meio de mídias não pagas e apenas 46% vêm de mídias pagas.

No que diz respeito às mídias online pagas, nossas estratégias se baseiam tanto na realização de campanhas por produto, quanto na execução de campanhas de *remarketing* (divulgação de anúncios) para *leads* (potenciais negócios).

Já com o tráfego gratuito, temos como destaque o reconhecimento de marca que, por si só, gera um volume considerável de acessos diretos aos nossos sites; parceiros e afiliados que divulgam nossos serviços em seus respectivos sites com links direcionados para nossos conteúdos – a exemplo de artigos especializados sobre as tendências do mercado digital, e novas funcionalidades disponíveis em nossos produtos, - e diversos conteúdos de nossos próprios blogs que são materiais únicos e relevantes que acabam sendo ranqueados de forma gratuita entre as primeiras posições da busca orgânica nos principais buscadores, gerando assim visitas gratuitas a nossos sites.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

2) Nutrição de Leads: nesta etapa, todos os *leads* adquiridos no processo anterior passam a ser monitorados a cada novo acesso a nosso site ou blog. Desta forma, conseguimos oferecer uma grande quantidade de conteúdo relevante sobre e-commerce, marketing digital, produtividade no meio online e presença digital para os *leads* monitorados. Neste contexto, além de conteúdo, em diversas oportunidades oferecemos para os *leads* monitorados o contato de um especialista LWSA para convertê-lo em uma efetiva oportunidade.

3) Fechamento de Venda: Todas as oportunidades são mapeadas e centralizadas em um software especializado em vendas e que faz triagem inicial de acordo com o perfil do cliente e informações coletadas ao longo de suas visitas e em formulários.

Com base nestas informações, nossos sistemas são capazes de qualificar cada oportunidade e direcioná-la ao time de *inside sale* (vendas internas) ou executivos corporativos da Companhia de acordo com o perfil.

Dentro do processo de *inside sale*, nossos analistas identificam as oportunidades de vendas e fazem o processo de venda assistido via telefone. Já no processo de venda corporativa é feita uma proposta sob medida levando em consideração todas as necessidades específicas do cliente e complexidade do projeto.

Em complemento a esse modelo principal de vendas, temos ainda outras fontes adicionais de potenciais clientes, a saber:

i) Eventos próprios e patrocínio em eventos de terceiros: capazes de gerar *leads* ao nosso processo de nutrição, visitas diretas aos nossos sites e ainda oportunidades para o processo de fechamento de vendas.

ii) Afiliados e desenvolvedores parceiros: que indicam clientes de acordo com uma qualificação inicial, sendo a venda realizada de forma direta em nosso site ou através do processo de venda assistida.

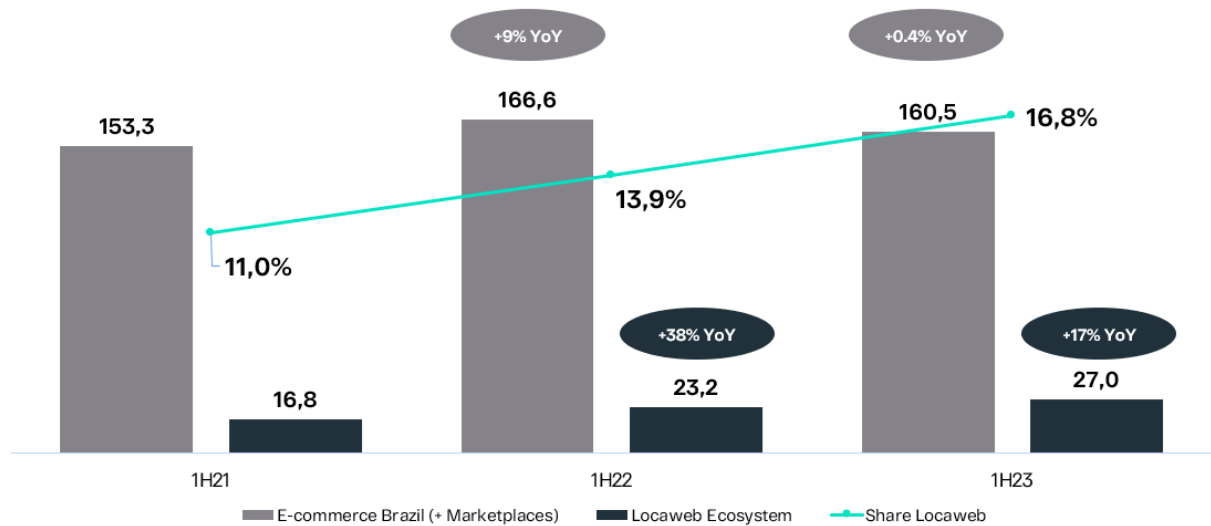
iii) Prospecção Ativa: a partir de determinadas bases de contatos segmentados nossos executivos corporativos podem iniciar uma prospecção ativa através de ligações e contatos diretos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. **Características dos mercados de atuação, em especial: i) participação em cada um dos mercados; e ii) condições de competição nos mercados.**

Considerações Específicas sobre o Mercado de Commerce

Considerando os relatórios Webshoppers 48 e os dados de divulgação do Mercado Livre, entendemos que no primeiro semestre de 2023, o GMV do nosso ecossistema de ecommerce representava 16,8% do total do varejo digital brasileiro, conforme gráfico abaixo:



Considerando apenas as vendas feitas via marketplaces no Brasil, estimamos que a participação do GMV dos nossos clientes no varejo digital brasileiro é de algo próximo a 25%.

Com relação à competição, entendemos que, conforme apresentado no item 1.2 (pesquisa realizada pelo Morgan Stanley), a LWSA é o único competidor no cenário nacional que oferece ao cliente um ecossistema completo de soluções de ecommerce, que permitem ao cliente utilizar das ferramentas necessárias para o seu sucesso digital em um único painel de controle.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Considerações Específicas sobre o Mercado Be Online/SaaS (soluções de hosting e cloud)

Em relação ao segmento Be Online/SaaS, com base em dados divulgados pelo International Data Corporation (“IDC”), nosso mercado em 2020 era de aproximadamente R\$16,5 bilhões considerando as verticais de serviços de *hosting* digital e domínio, com perspectivas positivas de crescimento.

Em razão do potencial de crescimento do segmento, da menor complexidade operacional para ofertar soluções similares ou substituíveis e da baixa necessidade de capital, ao longo dos últimos anos novos competidores nacionais e internacionais surgiram para competir conosco.

Apesar da competição, fatores como: (i) nosso pioneirismo – temos operações no Brasil desde 1998; ii) forte *brand awareness* de nossas marcas – em especial a marca; (iii) qualidade superior de nossos serviços – com diversos canais de atendimento e potencial de customização para clientes; (v) nossa reputação perante os clientes – conforme apontado no índice de reputação “Reclame Aqui”, atestando a solidez de nossas marcas perante nossos clientes-; e (iv) ampla oferta de produtos e serviços complementares, asseguram nossa liderança no segmento com 20% de *market share*.

Considerações Específicas sobre o Mercado de SaaS (soluções de produtividade e marketing)

Em uma economia com forte tendência de digitalização como a brasileira, acreditamos que empreendedores e empresas de pequeno e médio portes cada vez mais atribuirão valor a soluções de produtividade e marketing que lhes ofereçam ganhos tangíveis, potencial de escalabilidade e tempo para focar na execução dos respectivos negócios.

Apesar da grande oferta de soluções de produtividade e marketing para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que este mercado no Brasil ainda apresenta grandes oportunidades. Evidência disto está na indicação do relatório de transformação digital do SEBRAE de que apenas 49% das empresas de pequeno e médio portes utilizam a internet como canal de promoção de sua marca e/ou produto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ao longo dos anos construímos uma proposta de valor única no mercado que combina: (i) preço acessível; (ii) soluções digitais essenciais – a exemplo de *hosting* e domínio; e (iii) acesso a soluções de produtividade e marketing em um único pacote suportado por uma única plataforma.

Com esta proposta, nos vemos capazes de aumentar nossa participação de mercado neste segmento fragmentado.

Considerando a pluralidade de soluções de marketing e produtividade que podem ser ofertadas para as empresas brasileiras, estimar o tamanho do mercado endereçável de SaaS é um desafio na ausência de uma entidade de classe ou órgão que consolide informações setoriais específicas para estes produtos.

Frente a este desafio, a alternativa que consideramos para dimensionar o tamanho da oportunidade de mercado se baseia no potencial máximo de clientes e no nosso potencial de monetização.

Considerando ainda que um mesmo cliente pode adotar diversas soluções de produtividade e marketing de diferentes provedores e que inexistente uma metodologia unificada para comparar os *players* do mercado, discussões sobre a participação de mercado relativa a cada *player* podem ser consideradas inócuas quando consideramos o agregado do mercado.

d. Eventual sazonalidade

Considerando que parte de nossas operações está diretamente relacionada a atividades de varejo, é possível que o resultado do segmento de Commerce, em especial os resultados de operações relacionados à pagamentos e *marketplace*, seja afetado por sazonalidades comuns ao comércio, em especial, nas datas festivas, feriados e épocas de fim de ano.

Em relação aos segmentos Be Online/SaaS, não há sazonalidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e. Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

(i) Os principais insumos necessários para desenvolvimento de nossas operações estão concentrados em:

- **Mão de obra qualificada para desenvolvimento de produtos:** contamos com uma equipe própria de mais de 2.000 profissionais envolvidos com tecnologia, em todo o grupo LWSA, que mantém vínculo empregatício ou societário conosco.
- **Fornecedores de hardware e softwares:** temos uma base restrita de fornecedores de equipamentos e softwares necessários para suportar o desenvolvimento de nossas operações. Em razão de nossa reputação e de nosso longo histórico de operações, conseguimos construir um relacionamento longo e próximo com nossa base de fornecedores para mitigar riscos relativos a suprimento destes insumos.
- **Fornecedores de *Utilities*:** itens como energia elétrica e conectividade à internet são essenciais à manutenção de nossas operações. Temos um universo limitado de fornecedores destes insumos que são regulados por agências como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

(ii) Os preços praticados pela Companhia no segmento Be Online/SaaS não estão sujeitos a variações de mercado ou fatores externos que provoquem volatilidade de preços.

Os preços referentes às operações de pagamento – Yapay, por sua vez, podem ser afetados por aumentos nas taxas pagas pelas empresas que prestam serviços de pagamento com as quais a Yapay possui contratos comerciais, podendo afetar adversamente nossos resultados operacionais.

1.5 Principais clientes

1.5 Principais clientes

(a) **Montante total de receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) **Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação geral:

As nossas atividades estão sujeitas a leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações, alvarás e licenças aplicáveis, dentre outros, à propriedade, à incorporação, ao zoneamento, ao uso do solo, à proteção do meio-ambiente e do patrimônio histórico. Nós somos obrigados a manter atualizadas determinadas licenças e autorizações relacionadas aos seus estabelecimentos, tais como: licença de funcionamento emitida pela Prefeitura local, auto de vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros (AVCB).

Adicionalmente, é importante notar que as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Além disso outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil (e.g. o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet). Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais.

A LGPD, que entrou em vigor em agosto de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia especialmente empresas que tratam um grande volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem por nós observadas. Com a entrada em vigor da LGPD, teremos de adaptar nossas operações e nosso modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, tendo sido regulamentadas em fevereiro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos à incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro, furto, roubo ou vazamentos. O processamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda dados pessoais, além da interrupção da prestação dos nossos serviços, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, funcionários, etc. Ademais, devemos observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais.

Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas.

Apesar de ter concluído o processo de adequação à legislação de proteção de dados, podemos enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, podemos ser alvo de sanções caso não consigamos demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

sujeitando-nos a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os seus resultados financeiros. Em caso de infrações às normas da LGPD, estaremos sujeitos, além da responsabilidade civil, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo limitada, no total, a R\$50,0 milhões por infração; (c) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, em caso de reincidência.

Nossa controlada Yapay está em tratativas com o Banco Central do Brasil para obter autorização para funcionar como instituição de pagamento, nos termos da Lei nº 12.865/13 e demais normas emitidas pelo CMN e pelo Banco Central, conforme solicitação de autorização apresentada ao Banco Central em 13 de janeiro de 2020. Nos termos da regulamentação do Banco Central, as instituições de pagamento e os instituidores de arranjo de pagamento devem pedir autorização para funcionar no prazo de 90 e 30 dias, respectivamente, contados da data em que atingirem determinados volumes de transações de pagamento ou recursos mantidos em conta de pagamento, mas podem continuar operando normalmente enquanto aguardam o deferimento dos respectivos pedidos de autorização.

Após a obtenção de seu registro a Yapay deverá observar a Lei nº 12.865/13 e as demais normas expedidas pelo CMN e pelo Banco Central que definem as regras aplicáveis aos arranjos de pagamento e às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), incluindo aspectos societários, de governança, prudenciais e operacionais, por exemplo, a manutenção de capital mínimo, relação com clientes, cybersecurity, compliance e controles internos, estruturas administrativas e organização societária, dentre outros.

Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das instituições de pagamento de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual não possuímos política ambiental e não incorremos em custos para o cumprimento da regulação ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de dez anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de nossas subsidiárias e filiais, como “LOCAWEB”, “LOCALNET” e “ALL IN”, as quais são bastante relevantes para nossas atividades. Somos também titulares de alguns nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, incluindo, mas não se limitando, ao <locaweb.com.br> e <lwsa.tech>. No plano internacional, possuímos a titularidade de alguns nomes de domínio e registro de marcas, tais como “AMPLIT” na Colômbia, México, Uruguai, Argentina, Chile e nos Estados Unidos e “LOCAWEB” no Chile, México e Estados Unidos.

Nós ainda possuímos programas de computador próprios desenvolvidos internamente pela Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos em 2023.

- (ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras em favor de partidos políticos em 2023.

- (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos em 2023.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país da nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações relevantes em países estrangeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não possuía operações em países estrangeiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Políticas socioambientais

a. divulgação de informações sociais e ambientais

O principal meio de divulgação de informações sociais, ambientais e de governança da LWSA é o Relatório de ESG, elaborado anualmente com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e o framework da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), metodologias internacionalmente reconhecidas.

O Relatório, que é assegurado por terceira parte independente, leva em consideração também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de integrar as ações socioambientais da Companhia com uma agenda de desenvolvimento global. O documento está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia.

Em 2023, a Companhia publicou seu segundo relatório referente aos resultados de 2022. Neste documento, trouxe como marco o primeiro inventário de gases de efeito estufa, contemplando o estudo dos escopos 1 e 2, conforme a metodologia do Greenhouse Gases Protocol (GHG). Além disso, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

No ano de 2021, vivemos um período de consolidação de dados sobre as ações de ESG na LWSA e avaliação do nível de maturidade de cada unidade em relação ao tema. A partir desses dados, foi definida a matriz de materialidade, em que foram levantados os temas mais relevantes de acordo com o nosso setor de atuação (de acordo com GRI e SASB). Com base nesta matriz, o primeiro Relatório Anual de ESG foi desenvolvido.

Desde então, o relatório é elaborado anualmente, com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e da Sustainability Accounting Standards Board (SASB). São considerados também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Para a elaboração anual do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a LWSA utiliza a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório de ESG, onde podem ser encontradas informações do desempenho nos aspectos ASG (ambiental, social e de governança), é verificado e assegurado por entidade independente. Em 2023, a empresa responsável pela verificação e

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

asseguração foi a BDO RCS Auditores Independentes.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório de ESG, referente ao ano de 2022, pode ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia por meio do link: <https://ri.locaweb.com.br/outras-informacoes/sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

No Relatório de ESG de 2022, a LWSA divulgou, pela primeira vez, a matriz de materialidade, que tem como objetivo apresentar os temas de maior impacto e influência para a Companhia e para os diversos públicos de relacionamento, sendo eles: pessoas colaboradoras, fornecedores, parceiros, clientes, investidores, mídia, comunidade, Organizações não Governamentais (ONG's) e organizações sem fins lucrativos.

Foram considerados 10 temas prioritários, validados pelo Conselho de Administração, seguindo os princípios do GRI e correlacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). São eles:

- Segurança, privacidade do cliente e gestão
- Promoção da diversidade e da inclusão na empresa
- Ética, governança nos negócios e competição
- Gestão dos colaboradores
- Desempenho econômico
- Gestão de energia
- Promoção do empreendedorismo nas comunidades
- Preservação ambiental
- Inclusão digital
- Integração de considerações ambientais na gestão dos data centers

Para o relatório de 2023, a matriz de materialidade também será considerada, a qual reportaremos o desempenho ASG relacionados a cada um dos 10 temas materiais. Sua atualização/revisão está prevista para o ano de 2024.

A companhia divulga seus indicadores-chave de desempenho ASG anualmente em seu relatório de ESG, alguns deles são: dados do censo de inclusão e diversidade, reportes financeiros, consumo de energia elétrica, consumo de óleo diesel, emissões

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

atmosféricas relacionadas ao escopo 1 e 2. Em 2024, será realizada uma estruturação de todos os indicadores para que sejam abrangidos e controlados todos os temas materiais da LWSA.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Participante do Pacto Global das Nações Unidas desde 2021, a LWSA comunica de maneira integrada, conforme suas diretrizes, as suas estratégias nos três pilares de ASG, que estão diretamente ligados aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tendo foco nos seguintes ODS prioritários:

- ODS 4 – Educação de Qualidade
- ODS 5 – Igualdade de Gênero
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente a LWSA realiza o preenchimento do questionário referente ao CDP, formulado por investidores institucionais e endereçado às empresas listadas na bolsa de valores, visando obter a divulgação de informações sobre as políticas de mudanças climáticas. Levamos em consideração na estratégia da LWSA os pontos levantados na avaliação.

Além disso, a companhia faz parte do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), o qual demonstra o comprometimento com a transparência de nossas emissões e antecipa a visão de como estamos nos preparando para uma economia de baixo carbono.

A Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2025 o Relatório de ESG irá levar em consideração este framework.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A LWSA realiza um inventário consolidado que abrange todas as suas unidades de negócio, elaborado a partir dos princípios, normas e diretrizes estabelecidos pela metodologia GHG Protocol, divulgados pelo Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), utilizando as suas especificações para contabilização, quantificação e publicação de Inventários Corporativos de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A estrutura do relatório segue as especificações da norma ISO 14.064:2007 - Sistema de Gestão de Gases do Efeito Estufa" – Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007 (ABNT, 2007);

Em 2023, a Companhia publicou seu segundo inventário referente aos resultados de 2022. As emissões totais de GEE foram calculadas conforme a classificação: Escopo 1 (emissões diretas) e Escopo 2 (emissões indiretas por energia adquirida). O resultado deste estudo pode ser verificado através do Relatório de ESG. Posteriormente os gases inventariados foram compensados através da compra de créditos de carbono, de acordo com o registro global VERRA, seguindo as diretrizes do programa Verified Carbon Standards (VCS).

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A divulgação de informações ASG são realizadas conforme mencionado no item 1.9.a. anteriormente apresentado.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A divulgação da matriz de materialidade é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A divulgação do tema é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas são realizadas conforme mencionado no item 1.9.c. anteriormente apresentado

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Conforme mencionado no item 1.9.g., a Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2025 o Relatório de ESG irá levar em consideração este framework.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A divulgação sobre a realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa estão apresentadas no item 1.9.h. anteriormente apresentado.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que nós não somos sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve venda de qualquer ativo relevante ou não relevante, que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

Data de deliberação	Orgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
20/12/2017	Conselho de Administração	22/12/2017	458.850,00	Subscrição particular	87.400	0	87.400	0,093000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/05/2018	Conselho de Administração	25/05/2018	2.430.015,00	Subscrição particular	324.002	0	324.002	4,920000000	7,50	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	27/07/2018	228.356,73	Subscrição particular	52.983	0	52.983	0,440000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	24/07/2018	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	26/12/2018	393.750,00	Subscrição particular	75.000	0	75.000	0,740000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	18/12/2018	1.050.000,00	Subscrição particular	200.000	0	200.000	1,970000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Data de deliberação	Orgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	48.487,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,090000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/01/2020	Conselho de Administração	27/06/2019	459.375,00	Subscrição particular	87.500	0	87.500	0,850000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
04/02/2020	Conselho de Administração	07/02/2020	574.999.994,25	Subscrição pública	33.333.333	0	33.333.333	1.063,073010420	17,25	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
19/02/2020	Conselho de Administração	19/02/2020	1.470.050,00	Subscrição particular	155.000	0	155.000	0,123931710	9,48	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
09/02/2021	Conselho de Administração	09/02/2021	2.346.000.000,00	Subscrição pública	78.200.000	0	78.200.000	15,416103540	30,00	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
07/07/2021	Conselho de Administração	07/07/2021	10.043.262,50	Subscrição particular	4.119.800	0	4.119.800	0,701640230	2,44	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Data de deliberação	Orgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
05/01/2022	Conselho de Administração	05/01/2022	2.821.916,54	Subscrição particular	665.796	0	665.796	0,112870180	4,24	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/07/2022	Conselho de Administração	07/07/2022	3.960.390,00	Subscrição particular	2.263.080	0	2.263.080	0,383412130	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
11/01/2023	Conselho de Administração	11/01/2023	3.495.810,50	Subscrição particular	1.579.650	0	1.579.650	0,266602890	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
30/06/2023	Conselho de Administração	30/06/2023	3.433.763,00	Subscrição particular	1.674.060	0	1.674.060	0,281785540	2,05	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
02/01/2024	Conselho de Administração	02/01/2024	2.476.060,00	Subscrição particular	1.122.320	0	1.122.320	0,188383270	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Redução de Capital								
Data de deliberação	Orgão que deliberou	Tipo de redução	Ordinárias (Unidades)	Redução (Unidades)	Total ações pós redução (Unidades)	Capital social inicial	Valor total redução (R\$)	Capital social após redução
30/04/2024	Conselho de Administração	Absorção de prejuízo	0	0	0	3.016.342.262	71.850.550,89	2.944.491.711,29
24/10/2024	Conselho de Administração	Cancelamento de Ações em tesouraria	596.886.478	34.000.000	562.886.478	3.016.342.262	-	2.944.491.711,29

Incorporações				
Data de deliberação	Tipo de Assembleia	Operação	Incorporada	Incorporadora
29/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Social Miner Internet Ltda	LWSA
29/01/2022	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Incorporação e Extinção	Ananke Participações S/A	LWSA
30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Tray Participações S.A	LWSA
30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Etus Social Network Brasil Ltda	LWSA
30/10/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Organisys Software S.A. ("Bling")	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	LWK Hosting Participações Ltda	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Locaweb Commerce Holding Ltda	LWSA

*Maiores informações disponíveis nos documentos das respectivas assembleias ou reuniões da administração podem ser acessados por meio do site de Ri: <https://ri.lwsa.tech/>

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Acordos de acionistas:

a. partes

Acordo de Acionistas Willians: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo e Willians Cristiano Marques ("Willians, em conjunto com Ricardo, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, "Acionistas do Acordo de Acionistas Willians") e nós como interveniente-anuente.

Adicionalmente, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo são referidos em conjunto como "Acionistas Controladores".

Acordo de Acionistas Família: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel e Ricardo ("Acionistas do Acordo de Acionistas Família") e nós como interveniente-anuente.

b. data de celebração

Acordo de Acionistas Willians: celebrado em 13 de agosto de 2018.

Acordo de Acionistas Família: celebrado em 04 de dezembro de 2019.

c. prazo de vigência

Acordo de Acionistas Willians: 20 anos contados da data de sua celebração (i.e. com vigência até 13 de agosto de 2038), podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento de qualquer parte a ser enviado a partir do último ano de duração do contrato até o último dia de sua vigência.

Acordo de Acionistas Família: O acordo é celebrado sob condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e seguintes do Código Civil e de sua Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas). Na ocorrência de qualquer uma das condições mencionadas na Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas), o acordo entrará automaticamente em vigor, sem necessidade de qualquer formalidade adicional, e permanecerá válido e eficaz por um período de 20 anos a contar da respectiva data ("Data de Término Inicial"), podendo ser automaticamente renovado por períodos adicionais de dez anos ("Data de Término Adicional"), caso nenhuma parte venha a se manifestar de forma contrária a tal renovação, por escrito, com antecedência mínima de seis meses à Data de Término Inicial ou de qualquer Data de Término Adicional.

1.13 Acordos de acionistas

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família obrigam-se a reunir-se previamente à realização de nossas reuniões societárias para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da respectiva reunião societária, de forma a: (i) definir e vincular o teor do voto de todos os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, que será proferido de forma uniforme e em bloco em uma assembleia geral; e (ii) orientar o voto dos membros do Conselho de Administração indicados pelos Acionistas do Acordo de Acionistas Família em uma reunião do Conselho de Administração, conforme o caso ("Reunião Prévia").

Para vincular o voto de todos os Acionistas do Acordo de Acionistas Família em relação a determinada Reunião Societária, as matérias objeto da ordem do dia dependerão da aprovação dos acionistas detentores de 60% das ações vinculadas.

Independentemente da matéria discutida e aprovada em uma Reunião Prévia, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família que não compareceram na referida Reunião Prévia deverão votar de acordo com a deliberação prevista na respectiva ata de Reunião Prévia.

De cada Reunião Prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações às quais os votos dos Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou dos membros do Conselho de Administração por eles indicados, conforme o caso, se vincularão, para fins de determinação de seus votos na Reunião

Societária aplicável ("Ata de Reunião Prévia"). A Ata de Reunião Prévia poderá autorizar e outorgar poderes para um ou mais Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou a um representante legal dos referidos Acionistas do Acordo de Acionistas Família, conforme o caso, para representar os Acionistas do Acordo de Acionistas Família na Assembleia Geral aplicável.

O presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração não computará e nem registrará qualquer voto em desacordo com uma deliberação vinculante de uma Reunião Prévia, sob as penalidades previstas na lei, sendo que qualquer voto em contrário será considerado nulo e ineficaz para todos os efeitos.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, pessoalmente ou por meio de seus representantes legais, comprometem-se a comparecer nas Reuniões Societárias e exercer o direito de voto relativos a suas ações vinculadas, bem como a instruir os membros do Conselho de Administração por eles indicados a comparecer nas

1.13 Acordos de acionistas

Reuniões Societárias e votar conforme orientação de voto prevista acima, sempre de forma uniforme e com estrita observância ao disposto na respectiva Ata de Reunião Prévia.

Na hipótese de, por qualquer motivo, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família deixarem de se reunir previamente à realização de determinada Reunião Societária, mas comparecerem (todos) em tal Reunião Societária e votarem de forma uniforme em bloco, a falta de realização de Reunião Prévia estará devidamente sanada.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Não aplicável.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Acordo de Acionistas Willians:

Restrições à Transferência

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Willians do acordo não podem transferir e/ou onerar suas ações sem observar as disposições de tal acordo.

Será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante a nós e/ou as demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações em desacordo com as disposições do referido acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, sob pena de responsabilidade pessoal.

O Acionista do Acordo de Acionistas Willians que realizar a transferência e/ou a oneração de ações em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito a suspensão de todos os direitos (mas não suas obrigações e restrições) previstos no acordo em favor do Acionista do Acordo de Acionistas Willians, até a data em que a transferência for cancelada nos nossos livros competentes ou as ações forem efetivamente liberadas do ônus.

Direito de Preferência

Caso um acionista minoritário (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) acionista(s) minoritário(s)) ("Acionista Minoritário Ofertante") pretenda transferir as suas ações, no todo ou em parte, para um terceiro, os Acionistas Controladores terão

1.13 Acordos de acionistas

o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações ofertadas pelo Acionista Minoritário Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento de manifestação descrito no referido acordo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, nos termos do acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, conforme previsto no acordo, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 90 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatória, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável, e desde que, concomitantemente a formalização da transferência das Ações da Oferta, o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições do acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Na hipótese de término do prazo indicado no acordo, o Acionista Minoritário Ofertante não tiver transferido as Ações da Oferta, mas ainda pretender transferi-las, ou se a qualquer momento os termos e condições da Oferta de Compra tiverem sido alterados de qualquer forma com relação aqueles estabelecidos na notificação da

1.13 Acordos de acionistas

oferta, nos termos do acordo, então o Acionista Minoritário Ofertante deverá reiniciar os procedimentos descritos no acordo.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along)

Caso um Acionista Controlador (atuando individualmente ou em conjunto com outros Acionistas Controladores), receba uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) parte ou a totalidade de suas ações representando uma transferência de nosso controle ("Ações Tag") a qualquer terceiro ("Ofertante Tag" e "Oferta de Controle", respectivamente), o referido Acionista Controlador deverá notificar os Acionistas Minoritários dando conta de sua intenção de alienar o nosso controle, anexando uma cópia da Oferta de Controle feita pelo Ofertante I ("Notificação de Alteração de Controle"), de maneira que os Acionistas Minoritários terão o direito de optar por transferir a totalidade (e não menos do que a totalidade) de suas ações ao Ofertante I nas mesmas condições da Oferta de Controle ("Direito de Venda Conjunta").

Não obstante o disposto no acordo, os Acionistas Minoritários desde já reconhecem que o Silver Lake é titular de um direito de preferência de primeira recusa (*Right of First Refusal*) outorgado no âmbito do acordo de acionistas principal ("Direito de Preferência Silver Lake"), e que, ainda que iniciado o procedimento de Direito de Venda Conjunta descrito no acordo, tal procedimento será automaticamente cancelado (sem que sejam devidas quaisquer indenizações) caso o Silver Lake exerça o seu Direito de Preferência para adquirir as Ações Tag, tendo em vista que, neste caso, tal transação deverá ser considerada como uma transação permitida.

Caso algum Acionista Minoritário opte pelo exercício do Direito de Venda Conjunta, deverá comunicar por escrito o referido acionista controlador de sua intenção de alienar conjuntamente suas ações ("Aviso de Aceitação da Oferta"), no prazo de 30 dias do recebimento da Notificação de Alteração de Controle.

A falta de envio de aviso de aceitação da oferta, por parte de qualquer Acionista Minoritário a respeito do Direito de Venda Conjunta dentro do prazo estabelecido acima, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Venda Conjunta por tal Acionista Minoritário.

O Aviso de Aceitação da Oferta constituirá obrigação vinculante do referido Acionista Minoritário de transferir a totalidade de suas ações, caso seja efetivada a transferência pelo Acionista Controlador. Por outro lado, feita a opção pelo Direito de Venda Conjunta, a alienação das Ações I pelo Acionista Controlador somente poderá ocorrer caso o Ofertante Tag também adquira as ações do Acionista Minoritário que exerceu seu Direito de Venda Conjunta, pelos mesmos termos e condições ofertados ao Acionista Controlador na Oferta de Controle, o que deverá ocorrer no prazo máximo

1.13 Acordos de acionistas

de 60 dias, a contar do recebimento do último aviso de aceitação da oferta (ou após o fim do prazo para envio deste), sob pena do procedimento previsto no acordo ter que ser repetido, ficando entendido que o prazo de 60 dias previsto no acordo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação definitiva da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias.

O Direito de Venda Conjunta não será exercível nas hipóteses de: (a) transferência de ações que não configurem transferência de controle; ou (b) transferência de ações que seja decorrente de uma oferta pública inicial de ações (IPO) ou oferta pública subsequente de ações (*Follow-on*), primárias ou secundárias, ainda que, nestes casos, ocorra uma transferência de controle.

Direito de Venda Forçada (*Drag Along*)

Caso os Acionistas Controladores (atuando individualmente ou em conjunto) recebam uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) a totalidade das ações detidas pelos controladores para um terceiro ou outro acionista (exceto outro Acionista Controlador ou afiliada do Acionista Controlador) ("Adquirente *Drag*"), os Acionistas Controladores poderão exigir, por meio de notificação por escrito contendo as mesmas informações exigidas para a Notificação de Alteração de Controle, nos termos acima, que os Acionistas Minoritários transfiram, juntamente com os Acionistas Controladores, a totalidade das suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores transferirão para o Adquirente *Drag* ("Direito de Venda Forçada").

Caso os Acionistas Controladores exerçam o Direito de Venda Forçada, os Acionistas Minoritários terão a obrigação de vender ao Adquirente *Drag* a totalidade de suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores irão transferir suas ações ao Adquirente *Drag*.

1.13 Acordos de acionistas

Acordo de Acionistas Família:

Restrições à Transferência de Ações Vinculadas.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família comprometem-se, de forma irrevogável e irretratável, a não transferir e/ou onerar suas ações vinculadas, sem observar as disposições do referido acordo.

Ainda, será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante nós e/ou às demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações vinculadas em desacordo com as disposições de tal acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, e/ou junto ao respectivo agente escriturador, conforme o caso, sob pena de responsabilidade pessoal.

Sem prejuízo as exceções previstas em tal acordo, o Acionista do Acordo de Acionistas Família que realizar a transferência e/ou a oneração de ações vinculadas em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito à suspensão de todos os seus direitos (mas não de suas obrigações e restrições) previstos em tal acordo até a data em que o registro da respectiva transferência for cancelada e as ações vinculadas forem efetivamente liberadas do ônus.

Transferências Indiretas.

As restrições à transferência de ações vinculadas contempladas em tal acordo aplicar-se-ão também a qualquer transferência indireta de ações vinculadas, excetuando-se eventual transferência indireta de ações que se enquadre como uma transferência permitida, nos termos do referido acordo.

Direito de Preferência.

Caso um Acionista (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) Acionista(s) ("Acionista Ofertante") pretenda transferir as suas ações vinculadas, no todo ou em parte, para um terceiro, os demais acionistas terão o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações vinculadas oferecidas pelo Acionista Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta firme ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento descrito abaixo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme disposto no acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo

1.13 Acordos de acionistas

de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, nos termos do acordo.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 180 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de, no máximo, 15 dias e desde que, concomitantemente à formalização da transferência das ações da oferta e o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições de tal acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along).

Alternativamente ao exercício do Direito de Preferência previsto acima, caso um Acionista Ofertante pretenda transferir as suas ações vinculadas para um terceiro, ficará então facultado a cada um dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família, a seu exclusivo critério, o direito de transferir: (i) na hipótese de alienação de ações vinculadas que não representem transferência de controle, a quantidade proporcional de suas ações vinculadas que somadas à quantidade proporcional de ações vinculadas do Acionista Ofertante resultarão no total (e não mais do que o total) de ações vinculadas objeto da proposta do Potencial Comprador; ou (ii) na hipótese de alienação de ações vinculadas que representem transferência de controle, parte ou a totalidade de suas ações vinculadas, a seus exclusivos critérios, conforme o caso, ao Potencial Comprador ("Direito de Venda Conjunta"). O(s) referido(s) Acionista(s) do Acordo de Acionistas Família deverá(ão) notificar o Acionista Ofertante, por escrito, a respeito de sua(s) intenção(ões) de alienar suas ações vinculadas juntamente com as ações vinculadas detidas pelo Acionista Ofertante ao Potencial Comprador. O direito de venda conjunta aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme previsto em tal acordo.

1.13 Acordos de acionistas

Alienação em Bolsa ou Oferta Pública

Qualquer Acionista do Acordo de Acionistas Família poderá, a qualquer momento, alienar parte ou a totalidade de suas ações vinculadas em bolsa ou por meio de oferta secundária de ações, independentemente de qualquer aprovação por parte dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas

Família, não se aplicando nesta hipótese, ainda, o disposto nas Cláusulas 5 (Restrição à Transferência), 6 (Direito de Preferência) e 7 (*Tag Along*) do referido acordo. O Acionista do Acordo de Acionistas Família que desejar alienar suas ações vinculadas na forma aqui prevista, deverá notificar previamente os demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família e a nós, que, por sua vez, deverá notificar o agente escriturador e solicitar a desvinculação de suas ações vinculadas para vendê-las em bolsa, em blocos não superiores a 5% do total das nossas ações emitidas, em cada período de 30 dias.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: As cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros do nosso Conselho de Administração já estão descritas no item 1.13, alínea "d" deste Formulário de Referência.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não houve alterações significativas na condução dos nossos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Acreditamos que todos os ativos alienados são parte da nossa operação normal, logo não existem contratos relevantes não operacionais celebrados no último ano que não estejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia entende que não existem outras informações relevantes que já não foram abordadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Os diretores discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

O índice de endividamento total da Companhia encerrou em 0,6x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em 31 de dezembro de 2022 e 2023. A manutenção do índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior, deveu-se, principalmente, a redução do patrimônio líquido da Companhia que foi afetado negativamente pela absorção de prejuízos acumulados e pagamentos de dividendos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita da Companhia era de R\$1.188,2 milhões, redução de R\$260,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2022, quando totalizava R\$1.448,2 milhões, e o caixa líquido (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos) totalizava R\$1.110,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.882 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$77 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos da aplicação financeira restrita era de R\$1.188 milhões e o caixa líquido era de R\$1.111 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.976 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$77 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos da aplicação financeira restrita era de R\$1.448 milhões e o caixa líquido era de R\$1.371 milhões.

(em milhares de Reais, exceto quando índice)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Patrimônio líquido	2.882.146	2.976.152
Ativo circulante	1.950.393	2.191.142
Empréstimos e Financiamentos	77.429	77.291
Dívida líquida (Caixa Líquido) ⁽¹⁾	(1.110.794)	(1.370.940)

(1) Dívida líquida (Caixa Líquido) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas:

(em milhares de Reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (A)	1.722.242	1.750.135
Capital próprio (patrimônio líquido) (B)	2.882.146	2.976.152
Capital total (A + B)	4.604.388	4.726.287
Percentual de capital de terceiros	37,4%	37,0%
Percentual de capital próprio	62,6%	63,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Bruta (1)	77.429	77.291

(1) Dívida Bruta: representa a soma de empréstimos e financiamentos e do passivo de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2019 devido à adoção do CPC 06-R2/IFRS 16.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de recursos via IPO, que foi realizada em 2020 e oferta subsequente (*Follow On*), que foi realizada em 2021, cujos montantes ainda se encontram no caixa da Companhia. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, (ii) aquisições de empresas ou ativos; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, informamos que no item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhum contrato financeiro relevante de dívida celebrado com instituições financeiras. Apresentamos abaixo perfil de endividamento da Companhia:

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (1)	(1.110.794)	(1.370.940)
Despesa Financeira	357.823	175.274
EBITDA Ajustado (2)	226.560	169.389
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	-4,9x	-8,1x
Despesa Financeira / EBITDA Ajustado	1,6x	1,0x

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) – refere-se ao total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas de relacionados à fusões e aquisições de sociedades; despesas de bônus, consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa à derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial de passivos operacionais que a Companhia possui em dólares, despesas extraordinárias decorrentes da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) finalizada em fevereiro de 2020 e baixa contábil decorrente da alienação do investimento da controlada Eventual. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias. O EBITDA Ajustado é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP e IFRS, tampouco deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para reconciliação do nosso lucro líquido para o EBITDA Ajustado vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme informado acima, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamento relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações com instituições financeiras do mercado brasileiro, apesar de não possuir nenhum contrato de empréstimo e financiamento relevante em vigor na presente data.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com estas e outras instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

No dia 31 de dezembro de 2023, a companhia não possuía *covenants* atribuídos aos seus contratos de empréstimos. Adicionalmente, em tal data os contratos de empréstimos não possuíam cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*)

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhões)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.292,8	100,0%	1.135,4	100,0%	13,9%
Custo dos serviços prestados	(694,8)	-53,7%	(624,2)	-55,0%	11,3%
LUCRO BRUTO	597,9	46,3%	511,2	45,0%	17,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(511,4)	-39,6%	(465,7)	-41,0%	9,8%
Com vendas	(272,5)	-21,1%	(251,9)	-22,2%	8,2%
Gerais e administrativas	(252,6)	-19,5%	(215,9)	-19,0%	17,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13,6	1,1%	2,2	0,2%	520,3%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86,5	6,7%	45,5	4,0%	89,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(196,1)	-15,2%	14,6	1,3%	-1447,7%
Receitas financeiras	161,7	12,5%	189,8	16,7%	-14,8%
Despesas financeiras	(357,8)	-27,7%	(175,3)	-15,4%	104,2%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(109,7)	-8,5%	60,1	5,3%	-282,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35,9	2,8%	(31,2)	-2,8%	-215,0%
Correntes	(76,5)	-5,9%	(53,9)	-4,8%	41,9%
Diferidos	112,5	8,7%	22,7	2,0%	395,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(73,7)	-5,7%	28,8	2,5%	-355,6%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.292,8 milhões e R\$1.135,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 13,9%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento orgânico das operações de Commerce, que cresceram em 21,8% na comparação com o ano anterior. Dentro do segmento de Commerce, destacamos: (i) o crescimento de 13,7% na base de assinantes pagantes; (ii) 16,7% no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

GMV do Ecossistema; (iii) 19,7% no GMV de Loja Própria; e (iv) 33,4% no TPV da operação de pagamentos.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$694,8 milhões vs R\$624,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 11,3%. O custo dos serviços prestados representou 53,7% e 55,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução nesta relação se deve a diluição dos custos sobre a receita operacional líquida, que cresceu em proporção maior que os custos, e por eficiência operacional das empresas adquiridas, que tiveram suas estruturas de custos otimizadas.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas, que compreendem as equipes de marketing e vendas bem como serviços dessas mesmas naturezas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$272,5 milhões e R\$251,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 8,2%. As despesas com vendas representaram 21,1% e 22,2% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. As despesas com vendas apresentam diluição em percentual da receita líquida recuando 1.1 p.p., principalmente pela otimização das despesas com vendas e captura de clientes dentro do Ecossistema de soluções da LWSA e o início da estratégia de *cross-selling* dentro do grupo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, que compreendem as equipes das áreas administrativas como finanças, RH, contabilidade e fiscal, bem como as despesas e serviços terceirizados correlatos a essas áreas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$252,6 milhões e R\$215,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 17,0%. As despesas gerais e administrativas representaram 19,5% e 19,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O impacto desta rubrica se deve ao aumento de 15,2% nos planos de opção de compra de ações e planos de ações restrita, além da estruturação dos times operacionais e comerciais na Wake, a empresa do grupo focada em clientes maiores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$86,5 milhões e R\$ 45,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um crescimento de 89,9%. O lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social representou 6,7% e 4,0% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi uma receita financeira de R\$161,7 milhões e uma despesa financeira de R\$357,8 milhões, totalizando um resultado líquido de -R\$ 196,1 milhões, o que representou uma queda de 1.447,7% em comparação ao exercício anterior. As receitas financeiras foram impactadas negativamente devido a uma menor disponibilidade de recursos em caixa vs o exercício encerrado em 2022 resultante de pagamentos de *earnouts* de empresas adquiridas e queda na taxa de juros (Selic). Em contrapartida, o aumento substancial na linha de despesa financeira está relacionado com a remensuração dos saldos a pagar de *earnouts* das empresas adquiridas, que tiveram performance substancialmente melhor do que a performance do plano de negócios inicial.

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de -R\$109,7 milhões e R\$60,1 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma queda de 282,5%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A receita por imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$35,9 milhões e -R\$31,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou um aumento de 215%. O aumento no Imposto de Renda Diferido está relacionado à maior despesa financeira decorrentes da remensuração dos *Earnouts*.

Lucro líquido

Em razão dos motivos descritos acima, o prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$73,7 milhões e um lucro líquido de R\$28,8 milhões no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

queda de 355,6%.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

DFC (em R\$ milhares)	2023	2022	AH 2023 x 2022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	272.101	212.918	27,8%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(472.871)	(316.717)	49,3%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(59.238)	(32.369)	83,0%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$272,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$212,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento no caixa líquido proveniente das atividades operacionais é justificado, principalmente, pela melhora de performance operacional das empresas adquiridas, conforme explicado nos itens da Demonstração de Resultados.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou -R\$472,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a -R\$316,7 milhões no mesmo período de 2022, devido, principalmente, aos pagamentos de Earnouts realizados no período.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou -R\$59,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a -R\$32,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, dado principalmente ao pagamento de dividendos realizado no período no montante de R\$ 30,8 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi por meio da venda de serviços que viabilizam a presença digital de nossos clientes, como *Hosting*, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, *Cloud Computing* e Servidores Dedicados, bem como de softwares vendidos como serviço (SaaS) como soluções de email, de marketing digital, email marketing, criador de sites, dentre outros – todos estes pertencentes ao segmento *Be Online / SaaS*.

No segmento Commerce, são ofertadas soluções que viabilizam a nossos clientes venderem por meio da internet como plataforma de *e-commerce*, integrações com Market-place, subadquirência, logística, ERP, geração de leads, integração com influenciadores digitais, dentre outros.

O segmento *Be Online / SaaS* foi responsável por 32,2% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, enquanto o segmento de *Commerce* foi responsável por 67,8% da receita operacional líquida no mesmo período.

A receita operacional líquida referente aos serviços do segmento de *Be Online / SaaS* é reconhecida ao longo do tempo do contrato do cliente (assinaturas mensais, trimestrais e anuais), de forma linear, sendo registrada ao final de cada mês ou ao término do contrato (quando esse acontece antes do final do mês).

No segmento de *Commerce* a receita operacional líquida possui cinco espécies principais de reconhecimento:

- (i) Receitas de Serviços de Licenciamento do Software: a receita é reconhecida ao longo do tempo, respeitando o cumprimento da obrigação de desempenho de disponibilizar a licença, de forma linear;
- (ii) Receitas de Set Up: a receita é reconhecida no momento da prestação do serviço (Set Up);
- (iii) Receitas de Fee de Transação: a receita é reconhecida em um momento específico do tempo – qual seja, no momento em que a Companhia presta o serviço de facilitadora (momento que o cliente realiza a venda online);

2.2 Resultados operacional e financeiro

- (iv) Receitas de Intermediação: a receita é reconhecida no início do mês subsequente - considerando as vendas realizadas pelo cliente no mês anterior;
- (v) Receita de Pagamentos Parcelados: o reconhecimento desta receita acompanha o fato gerador, qual seja a realização de pagamento na plataforma, sendo registrada pela Companhia toda vez que os pagamentos ocorrem.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: inflação, taxa de juros e valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$).

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia *Business to Business (B2B)*, *Software as a Service (SaaS)* e *Commerce*, provendo soluções integradas em software e infraestrutura de sistemas. Nossas operações, conforme supramencionado, consistem principalmente na venda de serviços de *Hosting*, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, *Cloud Computing* e Servidores Dedicados, *e-commerce* e *payment*. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguel, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPC-A ou IGPM. A inflação (IPC-A) apresentou variação de 4,62% e 5,79% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.
- (ii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que alguns de nossos custos tais como licenças de softwares e compras de equipamentos são atrelados a esta moeda, no entanto, a Companhia utiliza mecanismos para proteção cambial que mitigam tais efeitos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o dólar apresentou variação ao ano de -7,21% e -6,50%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 2.2(b) deste Formulário de Referência.
- (iii) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos podem ser considerados como investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa), em caso de aumento em seu preço, podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e

2.2 Resultados operacional e financeiro

lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas.

(iv) Investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. A Companhia tem mantido altos investimentos em desenvolvimento de novos produtos (desenvolvimento interno) que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizaram R\$75.249 mil e R\$58.238 mil, respectivamente. Vale ressaltar que, para a empresa, investimentos em desenvolvimento de novos produtos são capitalizados.

Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos últimos dois anos, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 2.1 do presente Formulário de Referência.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia, conforme observado no item de Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência, a Companhia possui a menor taxa de cancelamento do mercado de hospedagem de sites, devido à pulverização de sua base de clientes (cerca de 700 mil clientes ativos em todo o ecossistema, conforme apresentado no item Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência), composta por pequenas e médias empresas de praticamente todos os setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGPM. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto, médio e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 95,5% da receita financeira total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A administração da Companhia entende que a alteração na taxa de câmbio, da inflação, da taxa de juros de longo prazo (TJLP) e da taxa de juros não teria impacto relevante na lucratividade, conforme apresentado na análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023:

Transação	Risco	Saldo em 31/12/2023	Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	1.181.406,0	(6.881,7)	(34.408,4)	(68.816,9)
	CDI (cenário de queda)	11,65%	11,07%	8,74%	5,83%

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a CPC 06/IFRS 16, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Como resultado, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso, que representam seus direitos subjacentes de locação e passivos por locação financeira, representando a sua obrigação de realizar desembolsos referentes à essa alocação.

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para os contratos de arrendamentos, que se enquadram na definição descrita na norma.

Política contábil de arrendamento vigente a partir de 2019

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e Cofins. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Administração da Companhia informa que, o relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contem ênfase ou ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração relevante a ser citada.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas na Seção 6 do atual Formulário de Referência. As operações mencionadas naquele item não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e nos seus resultados.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

a. **Valor das medições não contábeis;**

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventials e despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO") realizada em fevereiro de 2020 e pela oferta subsequente (Follow On) ocorrido em 2021.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	204,6	148,5
EBITDA Ajustado	226,6	169,4
Margem EBITDA	15,8%	13,1%
Margem EBITDA Ajustada	17,5%	14,9%

Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do lucro líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) despesa de imposto de renda e contribuição social diferido; (iv) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (vi) despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) realizada em fevereiro de 2020 e posterior oferta subsequente (Follow On) realizada em fevereiro de 2021.

A Margem Lucro Líquido Ajustado consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(73,7)	28,8
Lucro Líquido Ajustado	143,5	161,3

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou

2.5 Medições não contábeis

como base para a distribuição de dividendos. O Lucro Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável com medida de mesma nomenclatura apresentada por outras companhias.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se a soma dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos passivos e passivo de arrendamento menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(1.110.794)	(1.370.940)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado ao nosso lucro líquido:

2.5 Medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado <i>(R\$ milhões, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido	(73,7)	28,8
(+) Resultado Financeiro Líquido	196,1	(14,6)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(35,9)	31,2
(+) Depreciação e Amortização	118,1	102,9
EBITDA (1)	204,6	148,5
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	15,7	13,6
(+) Despesas de fusões e aquisições (2)	6,2	6,8
(+) Ajustes Relacionados a Earnout	0,0	0,0
(+) Outros Ajustes (3)	0,0	0,5
EBITDA Ajustado (4)	226,6	169,4
<i>Margem EBITDA Ajustada (%) (5)</i>	<i>17,5%</i>	<i>14,9%</i>
Receita Operacional Líquida	1.292,8	1.135,4

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado.

(2) Despesas de fusões e aquisições estão relacionadas, principalmente, as despesas com advogados e consultores em conexão com os processos de fusões e aquisições.

(3) Despesas que não fazem parte do curso normal dos negócios da Companhia, tais como descontinuidade de produtos.

(4) Margem EBITDA refere-se ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(5) Margem EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

2.5 Medições não contábeis

Lucro Líquido Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso Lucro Líquido para o Lucro Líquido Ajustado:

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido	(73,7)	28,8
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	15,7	13,6
(+) Amortização de intangíveis PPA	39,9	38,8
(+) Ajuste de Earnout de Aquisições	273,0	101,1
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(112,5)	(22,7)
(+) Ajuste relacionado ao CPC 06	1,1	1,1
(+) Marcação a mercado de derivativos	0,0	0,1
(+) Despesas relacionadas ao IPO e Follow-on	0,0	0,4
Lucro Líquido Ajustado	143,5	161,3
<i>Margem Lucro Líquido Ajustado (%)</i>	<i>11,1%</i>	<i>14,2%</i>
Receita Operacional Líquida	1.292,8	1.135,4

(1) Refere-se à amortização de ativos intangíveis de tecnologia e carteira de clientes decorrentes da alocação de valor justo das combinações de negócios. A partir de 31 de dezembro de 2019, inclui, também, a amortização de marcas advinda das combinações de negócios.

(2) Ajuste a Valor Presente dos Earnouts das empresas adquiridas

(3) Refere-se à soma das despesas financeiras com juros sobre a atualização do passivo de arrendamento e despesas de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida nas datas indicadas abaixo:

Dívida Líquida (Caixa Líquido) (R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Empréstimos e Financiamentos (circulante)	0,1	0,4
(+) Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	0,0	0,0
(+) Passivo de arrendamento (circulante)	13,7	11,5
(+) Passivo de arrendamento (não circulante)	63,7	65,3
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	1.188,2	1.448,2
Dívida Líquida	(1.110,8)	(1.370,9)

2.5 Medições não contábeis

d. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados por nossa Administração para avaliar o resultado de nossas operações, facilitando a comparabilidade da evolução operacional ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto, no nosso entendimento, no fluxo de caixa.

Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos do lucro líquido, do fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos.

Entendemos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das nossas operações, posto que, no seu cálculo, não são incluídas despesas de depreciação/amortização, de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e resultado financeiro, não sendo, portanto, afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária relativa à imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e direito de uso.

Lucro Líquido Ajustado

Entendemos que o Lucro Líquido Ajustado é uma medição não contábil apropriada para a correta compreensão do resultado das nossas operações, posto que, no seu cálculo, excluímos os seguintes efeitos não caixa do lucro líquido: (i) as despesas com plano de opção de compra de ações; (ii) amortização de intangíveis decorrentes da aquisição de empresas; (iii) imposto de renda e contribuição social diferido; ajuste relacionado ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); e (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida (Caixa Líquido) é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes após a Demonstração Financeira Padronizada – DFP da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia esclarece que realizou a reapresentação dos quadros de sua Demonstração Financeira Padronizada – DFP para retificação de erro imaterial.

A reapresentação compreende as demonstrações financeiras individuais e consolidadas após a emissão referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período findo em 30 de setembro de 2022. Trata-se de uma reapresentação com efeitos imateriais, mas que a Companhia julgou importante por trazer melhor qualidade na leitura e interpretação da performance operacional de 2023, absoluta e comparativa ao ano anterior.

A reapresentação foi feita para poder considerar o diferimento da Tray pelos meses de prestação do serviço, e não no reconhecimento da receita total desses planos no mês da venda. A seguir a Companhia relaciona os impactos evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- a. ajuste na receita de planos anuais que foram reconhecidos fora do regime de competência;
- b. impacto em impostos sobre a receita decorrente do ajuste;
- c. impacto na apuração de imposto de renda e contribuição social decorrente dos ajustes em resultado;
- d. constituição de saldo de serviços a prestar dos planos anuais que tiveram suas receitas revertidas e serão movimentadas conforme competência da prestação do serviço;
- e. ajustes de saldo de contas a receber em decorrência dos ajustes nas receitas;
- f. impacto sobre lucros acumulados decorrente dos ajustes de resultado; e
- g. impacto sobre investimentos e equivalência patrimonial em decorrência do ajuste nos lucros acumulados na investida Tray.

A Companhia ressalta que o detalhamento da reapresentação nas demonstrações financeiras pode ser evidenciadas na nota explicativa **2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras - retificação de erro imaterial** às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social, e em consonância com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.</p> <p>Os lucros líquidos apurados serão destinados conforme prevê a Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	(i) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado da Companhia foi um prejuízo no valor de R\$ 73.735 mil, não havendo qualquer retenção de lucros.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	(i) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado da Companhia foi um prejuízo no valor de R\$ 73.735 mil, não havendo qualquer retenção de lucros.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social prevê que a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Além das distribuições de dividendos anuais em sede de Assembleia Geral Ordinária por ocasião da destinação do resultado, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 40 do Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

2.7 Destinação de resultados

	31/12/2023
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social, nós não possuímos restrições às distribuições de dividendos</p>
<p>e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e/ou passivos off-balance sheet no exercício de 31 de dezembro de 2023.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor.

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são focados em melhorar e aumentar a oferta de produtos digitais ao público-alvo da Companhia, possuindo três grandes linhas: (i) aquisição de novas empresas; (ii) desenvolvimento de novos produtos ou ativos; e (iii) investimento em infraestrutura.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$25,7 milhões; os gastos com ativo intangível totalizaram R\$75,2 milhões, e o caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$473,1 milhões.

Na estimativa da Companhia, o mercado de Be Online/Saas e Commerce compreende mais de 1.000 empresas em nosso país. Desse montante, a Companhia já identificou diversas aquisições potenciais em fase de avaliação e negociação. Contudo, a Companhia não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas, nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros. Existe um plano de aceleração desses investimentos, que será financiado por meio dos recursos líquidos obtidos no âmbito da oferta pública primária de ações da Companhia (IPO), realizada em fevereiro de 2020, e na oferta subsequente (Follow On), realizada em fevereiro de 2021, bem como por outras potenciais ofertas de ações da Companhia subsequentes.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

2.10 Planos de negócios

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgada

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$75,2 milhões. Vale ressaltar que os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos são capitalizados no ativo intangível.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme tabela abaixo, que são gerados a partir dos dados mencionados no item ii. acima, a Companhia gastou no desenvolvimento interno de novos produtos os montantes abaixo listados:

(em milhares de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Adições de Intangível - Desenvolvimento Interno	66.310	49.454

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia tem a missão de ajudar as empresas a nascerem e prosperarem por meio da tecnologia. Com foco na digitalização, principalmente, de pequenas e médias empresas, atuamos para dar as melhores ferramentas para que o nosso cliente consiga competir, com os mesmos recursos, com concorrentes muito maiores.

Para contribuir com o crescimento dos nossos clientes, produzimos materiais relacionados a varejo eletrônico e disponibilizamos gratuitamente por meio do website Escola de E-commerce, que recebe mais de 500 mil visitas por mês. Nesse website, de forma totalmente gratuita, os empreendedores brasileiros têm acesso a conteúdos de qualidade, que contribuem para uma jornada digital mais simples e fluída.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Nossos Diretores entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. Valores indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Acompanhamento das projeções

Na hipótese de a Companhia ter divulgado, nos últimos três exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas informações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, reputação, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a. Com relação à Companhia

Nossas receitas dependem substancialmente das assinaturas e contratações dos produtos e serviços tecnológicos que oferecemos, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações.

Nossas receitas dependem substancialmente das assinaturas e contratações geradas pelos produtos e serviços tecnológicos que oferecemos nos segmentos *Be Online/SaaS e Commerce*, que incluem serviços de *Hosting, E-mail, Cloud Computing*, servidores dedicados, plataformas de e-commerce, soluções de meios de pagamento, ERP, logística, marketing e geração de leads dentre outros serviços complementares a eles relacionados. Caso a receita advinda dessas assinaturas e contratações diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações, nosso fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Operamos em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar adversamente nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

Enfrentamos concorrência em todos os mercados em que atuamos uma vez que eles apresentam reduzidas barreiras de entrada. Nossos concorrentes são geralmente empresas nacionais, mas também sofremos concorrência de algumas empresas estrangeiras ou multinacionais com presença global, que contam com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil. Caso não sejamos capazes de nos manter competitivos devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não respondermos adequadamente às estratégias de nossos concorrentes, poderemos ter a nossa participação em um ou mais mercados que atuamos reduzida, o que conseqüentemente reduziria nossas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de nossos produtos e serviços, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes e podemos enfrentar mudanças que reduzem a efetividade dessas fontes de clientes ou que geram outros problemas que não estão no nosso controle.

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes, incluindo sites de buscas e anúncios em redes sociais para divulgar nossos produtos e serviços. As empresas responsáveis por esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais revisam seus algoritmos periodicamente na tentativa de otimizar seus resultados de pesquisa e divulgação de anúncios, aumentando seus preços e receitas e fazendo com que paguemos mais para usar tais recursos. Caso esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais modifiquem seus algoritmos ou políticas relacionadas à publicidade, aumentem seus preços ou sofram problemas relacionados à tecnologia, ataques de hackers ou outros, nossos sites, produtos ou serviços poderão aparecer com menor destaque ou não aparecer nos resultados de tais pesquisas ou nas visualizações de tais redes sociais, diminuindo significativamente as visitas aos nossos sites e anúncios e, conseqüentemente, limitando nossa capacidade de atrair novos clientes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos um modelo de precificação baseado em assinaturas que sofre pressão de mercado, guerra de preços e outros fatores.

Utilizamos um modelo de precificação que nos sujeita a diversos desafios, dentre eles o pagamento de assinaturas mensais, trimestrais, anuais e trienais que permitem a utilização de nossos produtos ou serviços disponíveis em nossa plataforma por período previamente definido. Outro desafio ao modelo de precificação refere-se à diminuição dos preços que cobramos por alguns de nossos produtos ou serviços, resultado direto da pressão do mercado, da guerra de preço com nossos concorrentes, da entrada de novos concorrentes, dentre outros fatores, incluindo mudanças tecnológicas. Não podemos garantir que nossos clientes atuais ou potenciais, ou o mercado em geral, continuem aceitando esse modelo de precificação no futuro ou ainda, que os preços de mercado de alguns de nossos produtos ou serviços não sejam reduzidos, inclusive de forma inesperada. Qualquer mudança, seja ela planejada, repentina ou inesperada nos modelos de precificação aceitos pelo mercado ou na forma como precificamos nossos produtos ou serviços pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de atrair novos clientes, manter nossos atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os nossos clientes atuais.

Nossa estratégia de crescimento depende da nossa capacidade de atrair novos clientes e de manter nossos atuais clientes, aumentando a contratação por esses clientes de outros produtos e serviços que oferecemos. Para alcançar estes objetivos, precisamos convencer os clientes, atuais e potenciais, dos benefícios e do valor de nossos produtos e serviços. Eventual falha no desenvolvimento das nossas estratégias comerciais, na expansão eficiente de nossos recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços pós-venda de suporte, pode prejudicar nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes, manter nossa base atual de clientes satisfeita e/ou alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir nossas vendas, situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O processo de abertura de capital da Companhia e sua manutenção como companhia aberta perante a CVM, com ações listadas e negociadas no segmento Novo Mercado da B3, resultou em aumento dos custos da Companhia.

Incorremos, no processo de abertura de capital da Companhia, em despesas legais, estruturais, de melhoria em nossa governança corporativa, contábeis e outras que não incorreríamos como sociedade anônima de capital fechado. Continuamos a incorrer custos significativos para manter e aprimorar a estrutura e os registros da Companhia na CVM e na B3, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos de listagem no Novo Mercado, o segmento de listagem da B3, que exige os mais altos níveis de governança corporativa. Alguns dos membros da nossa administração, ainda, não possuem experiência significativa na condução de companhias abertas, e nossa administração deverá dedicar tempo substancial à adequação das alterações decorrente da abertura de capital recente no início de 2020, e do cumprimento dos requisitos regulatórios e de governança corporativa a que estão sujeitos, o que aumenta significativamente nossos custos e torna algumas atividades e ações mais demoradas e custosas. Não podemos prever ou estimar os custos adicionais que incorreremos em razão do cumprimento destes requisitos regulatórios e de governança corporativa. Adicionalmente, na condição de companhia aberta, somos obrigados a implementar controles internos adequados e eficazes sobre os relatórios financeiros, nossas operações, os riscos a que estamos sujeitos, nossa governança corporativa, dentre outros. O aumento dos custos para se manter como companhia aberta ou qualquer falha em manter a adequação de controles internos acima mencionados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos ser afetados adversamente pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de nossos clientes.

Nossas operações dependem, em parte, do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por nossos clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de se concentrar em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos no lugar de serviços ou produtos contratados de terceiros como nós. Muitas empresas também já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem os processos e infraestruturas existentes de seus negócios. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios de nossos clientes ou, de diminuição dos gastos de nossos clientes em tecnologia ou ainda, se não formos capazes de convencer nossos clientes, atuais ou potenciais, a adotar novas soluções tecnológicas por nós oferecidas, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários podem ser afetados adversamente.

Dependemos da nossa capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, internamente, por meio de parceiros ou de aquisições, e da nossa capacidade de adaptação às rápidas mudanças tecnológicas.

As nossas atividades dependem fundamentalmente de tecnologia e de sistemas para o funcionamento dos nossos negócios. O setor de tecnologia é extremamente dinâmico e nosso bom desempenho futuro depende, em parte, de nossa capacidade de prevermos e nos adaptarmos em tempo hábil a tais transformações tecnológicas. A desatualização de nossos produtos, serviços e tecnologias em relação aos de nossos concorrentes, tendo em vista as demandas de nossos clientes, poderá reduzir as receitas geradas por nossos produtos e serviços e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. Não podemos garantir que continuaremos a desenvolver ou ter acesso a novas tecnologias capazes de manter nossos clientes ou atrair novos clientes, bem como de ser bem-sucedidos na incorporação dessas tecnologias aos nossos produtos e serviços. Adicionalmente, a demanda por nossos novos produtos e serviços pode não existir ou ainda podemos não conseguir desenvolver soluções a tempo e a preços economicamente viáveis, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros que fizermos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos pode não se concretizar e, mesmo que concretizado, caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, podemos não ser capazes de recuperar as despesas e os investimentos que viermos a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos enfrentar dificuldades ou não ser capazes de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento para integrar os ativos ou as operações das empresas adquiridas as nossas operações.

Nossa estratégia de crescimento inclui a aquisição de ativos ou empresas que oferecem produtos e serviços tecnológicos. Não podemos assegurar que continuaremos implementando com sucesso a nossa estratégia de crescimento por meio de aquisição de ativos ou empresas ou ainda, que nossa atual estratégia de aquisição nos trará resultados positivos no futuro. Não obstante, podemos enfrentar atrasos na execução do nosso pipeline de aquisições que podem afetar adversamente nossos resultados em trimestres futuros ou resultados anuais. Nosso crescimento até o momento não deve ser considerado como indicativo de nosso crescimento futuro e, se continuarmos a crescer rapidamente por meio de aquisições, talvez não consigamos gerenciar nosso crescimento de maneira eficaz. Os riscos que podemos enfrentar no âmbito destas aquisições e dos processos de integração de algum dos ativos ou de alguma das empresas adquiridas incluem, dentre outros, os seguintes fatores: (i) uma possível interrupção das operações em curso e desvio da atenção por parte da nossa administração para atividades de transição, aquisição ou integração; (ii) podemos experimentar dificuldades na integração das operações e atividades de ativos e das empresas adquiridas no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos, além de outras incompatibilidades, inclusive na integração de recursos humanos e de outros recursos administrativos; (iii) podemos perder administradores e colaboradores importantes na condução dos negócios adquiridos; (iv) podemos sofrer deterioração nas relações com clientes, parceiros ou fornecedores de tecnologia e de produtos terceirizados, tanto nossos como das empresas adquiridas; (v) uma aquisição, após realizada, pode não se mostrar adequada a nossa estratégia de negócios da forma que esperávamos, podendo demandar investimentos adicionais não previstos por nós ou não apresentar o retorno esperado do investimento realizado; (vi) podemos ter dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou (b) à entrada em novos mercados nos quais não temos experiência ou que tenhamos experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes

4.1 Descrição dos fatores de risco

que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços que adquirimos; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; (vii) podemos ter dificuldades para incorporar produtos e serviços adquiridos em nossas linhas de produtos e serviços existentes, bem como manter nossos padrões, controles, procedimentos, suporte e políticas de forma uniforme; (viii); como resultado de nossas aquisições, podemos ter várias linhas de produtos e serviços que são oferecidas, precificadas e suportadas de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para nossos clientes e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; (ix) podemos ter despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte que oferecemos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que havíamos previsto; (x) prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; (xi) podemos não ser capazes de obter aprovações rápidas ou estarmos sujeitos a certas limitações, restrições ou outras sanções impostas aos nossos negócios e aos ativos ou empresas adquiridas por autoridades de defesa da concorrência, sindicatos, órgãos ou agências reguladoras, demais autoridades governamentais ou órgãos similares que podem afetar adversamente nossos negócios, nossos resultados em trimestres futuros ou resultados anuais, planos de integração e de oferta dos produtos e serviços adquiridos; (xii) a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; (xiii) podemos sofrer demandas judiciais, administrativas e/ou arbitrais relacionadas a passivos dos ativos ou das empresas adquiridas e sermos obrigados a pagar valores para os quais não tenhamos direito à indenização destes respectivos vendedores ou em relação aos quais não consigamos receber, total ou parcialmente, a indenização acordada com esses respectivos vendedores; (xiv) podemos sofrer questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágio para fins fiscais, bem como poderá haver potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições; potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e (xv) podemos ter dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições. Podemos não ser bem-sucedidos ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer aquisição futura, podendo ser afetados adversamente pelos ativos ou empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridos. A materialização de qualquer risco relacionado a uma aquisição poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos não conseguir atrair novos talentos e/ou treinar e manter colaboradores qualificados para apoiar nossas operações.

Há forte e contínua concorrência no setor em que atuamos quanto à contratação de profissionais qualificados nas áreas comercial, operacional, administrativa e técnica e o sucesso de nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter esse pessoal qualificado. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal (*turnover*). Podemos também não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender nossos clientes, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Eventos adversos como a pandemia da COVID-19 em 2020, podem alterar de forma significativa os hábitos e rotinas profissionais. Em decorrência da pandemia da COVID 19, grande parte de nossos colaboradores passaram a trabalhar de forma remota ou híbrida; haja visto que novos eventos adversos possam vir a ocorrer, poderemos ter novas alterações que venham a impactar a cultura praticada pela Companhia.

Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.

Nossas atividades dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede. Armazenamos dados de faturamento, propriedade intelectual, informações de identificação pessoal e outros tipos de informações confidenciais de nossos clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros e de clientes/consumidores de nossos clientes em nossos sistemas. A infraestrutura que usamos para operacionalizar nossos produtos e serviços pode estar sujeita a falhas ou interrupções por diversos fatores que estão sob ou além do nosso controle, tais como falhas humanas, incêndio, desastres naturais, falta de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação ou danos ou violações dos sistemas de tecnologia da informação. A complexidade e relevância dos processos voltados à tecnologia nos expõe a eventuais falhas na execução de atividades relacionadas ao desenvolvimento sistêmico, homologação e manutenções periódicas, no âmbito lógico e físico.

O mercado em que atuamos está sujeito a riscos de *cyber* segurança que podem ser provenientes de, dentre outros, ataques cibernéticos que causem degradação aos sistemas ou indisponibilidade de serviços e produtos, penetração em sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros e infiltração de *malware* (tais como vírus de computador) nos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de

4.1 Descrição dos fatores de risco

nossas redes e sistemas por terceiros, acesso não autorizado a dados confidenciais ou reservados de clientes por pessoas dentro ou fora de nosso grupo. Podemos sofrer tentativas por qualquer pessoa, incluindo nossos colaboradores, de violação de dados, invasão ou acesso de nossos sistemas para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, acarretando seu uso indevido. A possibilidade do aumento a riscos de *cyber* segurança foi intensificada com a pandemia da COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de trabalho remoto e/ou híbrido (*home office*) para os nossos funcionários.

Qualquer destas ocorrências, seja intencional ou acidental, de nossa responsabilidade ou de terceiros, causadas ou não por falhas de segurança, pode levar a interrupções, atrasos ou suspensão do funcionamento dos nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede, gerar falhas, interrupções ou erros na captura, no processamento de transações comerciais e liquidação destas transações e, conseqüentemente, afetar nossa reputação como um fornecedor confiável de serviços tecnológicos. No caso de nossas medidas de segurança serem insuficientes e/ou inadequadas, as informações que detemos ou coletamos terem sua confidencialidade violada, ou ainda, se houver interrupções ou mau funcionamento dos serviços e produtos oferecidos, poderemos incorrer em despesas significativas a fim de solucionar esses problemas causados e poderemos sofrer sanções, questionamentos dos órgãos reguladores e/ou danos reputacionais. Outro aspecto a ser notado nos processos relacionados à tecnologia da informação se refere à utilização de mão de obra terceirizada e a possibilidade de dependência de fornecedores e prestadores de serviços em caso de concentração excessiva criando uma dependência de conhecimento, recursos e pessoas, que podem ocasionar também as eventuais falhas ou interrupções acima mencionadas.

Em todas as hipóteses acima, sem a elas se limitar, estamos sujeitos ao cancelamento da contratação de nossos produtos e serviços, à atribuição de responsabilidades significativas perante nossos clientes ou aos clientes/consumidores de nossos clientes e à propositura de ações indenizatórias contra nós em virtude de violação de disposições contratuais, de confidencialidade ou da legislação de privacidade, por exemplo, o que pode afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Uma paralisação ou greve significativa de nossa força de trabalho pode afetar nossas operações.

Nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma de nossas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de nossos fornecedores

4.1 Descrição dos fatores de risco

terceirizados, podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Dependemos de nossa capacidade de integrar nossos produtos e serviços a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede ou mantidos por terceiros.

Nossos produtos e serviços devem se integrar a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros e precisamos modificar e aprimorar continuamente nossos produtos e serviços para acompanhar esses sistemas de terceiros e suas evoluções. Adicionalmente, qualquer deterioração em nosso relacionamento com qualquer terceiro provedor de hardware, software ou plataforma de rede que utilizamos ou operamos, pode afetar adversamente a integração e operacionalidade de alguns de nossos produtos e serviços. Esses terceiros também podem alterar os recursos de suas tecnologias, restringir nosso acesso a seus sistemas ou alterar os termos que regem o uso desses sistemas de maneira adversa aos nossos negócios. Caso não conseguirmos integrar nossos produtos e serviços a uma variedade de hardware, software ou plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros, nossos produtos ou serviços poderão se tornar menos comercializáveis, menos competitivos, obsoletos ou até mesmo deixarem de ser oferecidos aos nossos clientes. Tais alterações podem limitar ou impedir nossa capacidade de usar essas tecnologias de terceiros em conjunto com nossos produtos e serviços, o que afetaria adversamente nossos negócios, negativamente a adoção de nossa plataforma e serviços afetaria adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

Eventual falha da nossa Companhia em impedir violações de segurança na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a nossa reputação e a nossa marca e, ainda, afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das nossas operações. A possibilidade de ocorrência de uma falha pode ser intensificada em caso de incidência de pandemias, como a pandemia da COVID-19, que alterou o modelo de trabalho antes praticado para o modelo de trabalho remoto e/ou híbrido (*home office*) para os nossos funcionários, que aumenta o risco de vazamento de dados e ataques cibernéticos. Cabe destacar que não possuímos apólice de seguro que cubra ataques cibernéticos. Para mais informações sobre riscos relacionados aos seguros, ver fator de risco “*Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas*

4.1 Descrição dos fatores de risco

apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Qualquer falha na segurança da Companhia poderá expô-la a obrigações, disputas litigiosas ou procedimentos administrativos, que poderão resultar, dentre outras possibilidades, em indenizações por parte da Companhia às partes lesadas, o que poderá aumentar significativamente as despesas e diminuir sua atratividade, afetando adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

Especificamente, a Companhia está sujeita ao vazamento de dados pessoais, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, alteração, destruição ou comunicação de dados pessoais, falhas nos sistemas e interrupções por quedas de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação, ataques terroristas, cibernéticos, sabotagem e situações similares, falhas de softwares, vírus de computadores, e disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e bases de dados pessoais da Companhia. No caso de violação de segurança da informação envolvendo dados pessoais, a Companhia poderá estar sujeita aos riscos e sanções previstos no fator de risco específico abaixo *“Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”*, incluindo ao dever de notificação aos órgãos competentes e titulares de dados.

Falhas de segurança que acarretam na perda de dados e informações, além de poder impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, podem impedir o cumprimento de determinadas obrigações legais, ocasionando, por exemplo, violações a retenção de guarda obrigatória de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Ainda, falhas no armazenamento de dados poderão dificultar ou impedir a defesa dos interesses da Companhia em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizados nas transações efetuadas em nosso website. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger informações e dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Caso a Companhia não seja capaz de atualizar suas plataformas, suas operações e sua conformidade legal poderão ser prejudicadas, afetando adversamente os resultados da Companhia. Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo nos meios de pagamento que aceitamos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. A Companhia poderá não conseguir implementar medidas suficientes para detectar, prevenir ou impedir

4.1 Descrição dos fatores de risco

usos impróprios ou ilegais de suas plataformas.

Além disso, eventuais problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento e implicar em gastos extraordinários significativos, o que pode afetar adversamente a reputação, as operações, os controles financeiros e operacionais e os resultados da Companhia, sendo tais riscos potencializados na medida em que a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos aplicáveis a tempo e a interrupção eventualmente se prolongar.

Em razão da relevante dependência tecnológica para as atividades da Companhia, ela poderá sofrer perdas financeiras resultantes de dificuldades técnicas nas suas operações.

Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.

Nossos mecanismos de segurança e controle podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem nos nossos sistemas. O avanço tecnológico permite o desenvolvimento de métodos sofisticados de captura de dados para a realização de atividades ilegais, tais como fraude e falsidade ideológica. Desta forma, os nossos sistemas de informação estão expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de acessar, de maneira ilegal, dados armazenados em nossos sistemas. Podemos também sofrer com erros e falhas que possam expor e divulgar dados que constem de nossos sistemas. Caso os nossos sistemas sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de nossos clientes ou dos clientes/consumidores de nossos clientes, poderemos estar expostos a demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeitos também a impactos em nossa reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), o que poderá afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem em grande parte do seu sistema de informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Tal risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

pode ser potencializado na ocorrência de pandemias, que pode afetar o modelo de trabalho praticado pela Companhia, como o visto na pandemia da COVID-19, que alterou para o modelo de home office e trabalho híbrido para os funcionários, e também na medida em que a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e a eventual interrupção se prolongue. A eventual falha da Companhia em atualizar seus sistemas de tecnologia da informação, poderá afetar adversamente suas operações e os resultados.

O sucesso e habilidade da Companhia de oferecer produtos e serviços online e de alta qualidade depende da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha nos sistemas de computação e tecnologia da informação da Companhia em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade da sua plataforma, afetar a efetivação de pedidos de compras e vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à performance da Companhia. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de *back-up* para determinados aspectos das operações da Companhia não cobrem totalmente todos os respectivos dados e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar e vender os produtos na plataforma oferecida pela Companhia. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente as operações, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Podemos ser prejudicados se não formos capazes de proteger e fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se nossos parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

Em relação à proteção de nossa propriedade intelectual, industrial e reputação de nossos ativos (marcas, patentes, software, criação autoral, entre outros), não podemos garantir que seus registros nas autoridades competentes sejam possíveis ou que sejam suficiente para a prevenção de apropriação/violação de nossa propriedade intelectual,

4.1 Descrição dos fatores de risco

industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou fazendo com que tenhamos que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las. Não podemos assegurar também que nossos parceiros e fornecedores, quando estiverem trabalhando conosco, oferecendo nossos produtos e serviços, utilizem propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza devidamente regularizadas, ou seja, de suas respectivas titularidades ou de terceiros devidamente autorizados.

O uso indevido e desautorizado de nossos produtos ou serviços, as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza de forma irregular por terceiros pode nos impedir de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer nossos produtos ou serviços ou nos sujeitar a litígios de propriedade intelectual.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza por terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Nossos concorrentes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que oferecemos ou planejamos oferecer. Não podemos assegurar que temos ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza detidos por nossos concorrentes ou terceiros, e nem que seremos bem-sucedidos em processos judiciais em que tenhamos que defender nossos direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza relativos às de tecnologias, produtos e serviços que oferecemos.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que usamos em nossos produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para nós, podemos ser impedidos por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando nossos produtos ou serviços, bem como, provavelmente, ser obrigados a pagar quantias

4.1 Descrição dos fatores de risco

significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade. Nesses casos, podemos ser forçados a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos à eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores são ou poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo, sem limitação, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM, Unidade de Inteligência Financeira (UIF), Banco Central do Brasil ("Banco Central"), dentre outros. Não podemos garantir que os resultados destes processos sejam favoráveis a nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores e nossos acionistas controladores ou ainda que manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Novas ações judiciais, arbitrais ou administrativas exigem a atenção de nossa administração e demandam o dispêndio de custos adicionais para nossa defesa. Decisões contrárias aos nossos interesses, bem como aos interesses de nossos administradores e/ou acionistas controladores, e que afetem nossa reputação ou impeçam a realização de nossos negócios como inicialmente planejados ou que eventualmente alcancem valores substanciais e que não tenham provisionamento adequado podem afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Ademais, estamos também sujeitos ao impacto reflexo de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores não sejam parte, mas que versem sobre nossas atividades ou sobre a regulação a que estamos sujeitos, em especial eventuais alterações à regulação aplicável a provedores de aplicações na internet ou a meios de pagamentos.

Estamos expostos à riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para nós. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída a nós, nossas controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de

4.1 Descrição dos fatores de risco

terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que contratamos, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo de que seja assegurado o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso venham a se consumir, poderão afetar material e adversamente a nossa situação financeira e resultados, bem como impactar negativamente na nossa reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Nós não podemos garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante em nossos resultados e em nossa condição financeira.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

Podemos não ter seguros ou as apólices de seguros que temos podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de nossas atividades. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros que contratamos poderão resultar em prejuízos adicionais para nós. Podemos não ser capazes de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de nossos seguros ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, não contratamos seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de nossas atividades e ataques cibernéticos, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que sejamos compelidos a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em nossas operações e descumprimento de obrigações de nossa responsabilidade. Na ocorrência de qualquer evento acima, podemos ser afetados adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Enfrentamos riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de nossas atividades nos imóveis que utilizamos.

Dependemos de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, podemos não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que utilizamos e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas. Podemos ser afetados adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de nossos negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que utilizamos, inclusive afetando nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Ademais, a ocorrência pandemias, como a pandemia da COVID-19, pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças enquanto perdurarem ou até a completa normalização do funcionamento dos órgãos administrativos.

Precisamos considerar a possibilidade de um aumento de capital adicional no futuro para implementar nossa estratégia de negócios, o que poderá resultar em uma diluição da participação de nossos acionistas em nosso capital social em se tratando de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro para implementar nossa estratégia de negócios e podemos optar por obtê-los por meio da distribuição pública ou privada de ações ou de títulos de dívida ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. Na hipótese de indisponibilidade ou restrição ao acesso de financiamentos ou dívidas, públicos ou privados, ou caso assim decidam nossos acionistas, esses recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, de modo que suas participações societárias em nosso capital social poderão sofrer diluição, situação na qual nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não conseguir captar recursos suficientes para financiar seus projetos, renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode causar um efeito relevante e adverso.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou não ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos e satisfatórios para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras, inclusive em decorrência de eventos imprevistos como, por exemplo, a pandemia da COVID-19.

Os mercados locais de dívida e de capitais são altamente voláteis e foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Como reflexo de tais circunstâncias, eventuais dificuldades que a Companhia possa vir a enfrentar para captar recursos no mercado de capitais local ou internacional podem reduzir suas disponibilidades para investimento, impactando negativamente seu plano de negócios e o cronograma de eventuais projetos em fase de implantação.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamento, de refinar suas dívidas quando necessário, ou se a disponibilidade para tanto se der em termos desfavoráveis, a Companhia não conseguir satisfazer suas necessidades de capital, cumprir com suas obrigações financeiras ou aproveitar oportunidades de negócio, a Companhia poderá ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais.

Os detentores das nossas ações poderão não receber quaisquer dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos, em regra, pagar aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido ajustado sob a forma de dividendos. Podemos não ter lucro líquido para pagar dividendos, bem como esse lucro líquido ajustado pode ter outros destinos conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações, podendo não ficar disponível para pagamento de dividendos. Ademais, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social específico, caso nosso Conselho de Administração decida que não possuímos lucro líquido ajustado suficiente (ou lucros acumulados ou reservas de lucros) para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seria incompatível com nossa situação financeira à

4.1 Descrição dos fatores de risco

época.

Estamos sujeitos a certas obrigações financeiras (covenants) e limitações ao endividamento nos termos dos nossos contratos de financiamentos.

Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de nossas dívidas possuem ou poderão possuir no futuro, obrigações específicas tais como: (i) manutenção de certos compromissos financeiros (*covenants*); (ii) observação de restrições sobre a nossa capacidade de incorrer em financiamentos adicionais; (iii) restrição de pagar dividendos; dentre outras obrigações, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode afetar adversamente a capacidade de conduzirmos nossos negócios. Para mais informações, ver seção 2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, qualquer falha em cumprir com esses compromissos financeiros que não seja sanada ou renunciada pelos respectivos credores poderá acarretar em declaração do vencimento antecipado dos respectivos contratos, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros (*cross-default*). Em caso de vencimento antecipado dessas obrigações ou no vencimento final sem que as respectivas obrigações garantidas tenham sido devidamente quitadas, os credores poderão executar eventuais garantias prestadas no âmbito desses contratos. Caso haja quebra de *convenant*, ocorra *cross-default* ou as garantias de tais contratos sejam executadas, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

b. Com relação aos nossos acionistas, em especial os acionistas controladores

Os Acionistas Fundadores estão vinculados por um Acordo de Acionistas e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia e seus interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e de nossos investidores.

Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, "Acionistas Fundadores") estão vinculados por acordo de acionista registrados em nossa sede e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, existem dois acordos de acionistas vigentes: (i) um datado de 13 de agosto de 2018, entre os nossos Acionistas Fundadores e o Willians Cristiano Marques ("Acordo de Acionistas Willians"); e (ii) um celebrado apenas entre os Acionistas Fundadores que entrou em vigor e efeito em 06 de fevereiro de 2020 ("Acordo de Acionistas Família" e, em conjunto com o Acordo de Acionistas Willians, denominados "Acordos de Acionistas"). Em qualquer um dos Acordos de Acionistas, os Acionistas Fundadores podem concentrar poderes para controlar a administração e políticas, dentre outras matérias, eleger e destituir a

4.1 Descrição dos fatores de risco

maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovações dos acionistas ou do Conselho de Administração, inclusive em operações com partes relacionadas, aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, efetuar parcerias, celebrar financiamentos e determinar o pagamento e prazo de quaisquer dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses de nossos demais acionistas. Adicionalmente, os Acionistas Fundadores podem conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis. As situações acima poderão causar um efeito adverso para nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Devemos considerar a possibilidade de não possuir um grupo majoritário de acionistas definido, nos deixando suscetível a alianças ou conflitos entre acionistas, morosidade para aprovação de algumas matérias em Assembleias Gerais ou Reuniões do Conselho de Administração por inexistência de quórum ou impasses, e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle.

Nosso grupo majoritário de acionistas atual é formado por Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, "Acionistas Fundadores") e depende do Acordo de Acionistas Família e não podemos garantir a manutenção da existência de nosso grupo majoritário de acionistas atual, ou da ocorrência de um novo controlador ou outro grupo de controle ou majoritário que venha a substituí-lo no futuro. Caso deixemos de possuir grupo majoritário de acionistas definido, podemos ficar vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e conflitos que possam surgir destes eventos. A inexistência de grupo majoritário de acionistas pode dificultar ou tornar morosos certos processos de tomada de decisão em sede de Assembleia Geral ou Conselho de Administração. Qualquer mudança repentina ou inesperada de nossos administradores, em nossa política empresarial ou nosso direcionamento estratégico, bem como a tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Após a realização da oferta subsequente primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações da Companhia realizada em fevereiro de 2021 ("Follow-On"), assumindo o exercício integral do lote de ações adicionais no âmbito desta oferta, os Acionistas Fundadores passaram a deter 26,9% de ações do nosso capital social. Por meio do Acordo de Acionistas Família, menos de 30% de ações do nosso capital social total e votante, patamar inferior ao previsto no Art. 51 do Estatuto Social da Companhia que trata de "Proteção à Dispersão Acionária". Eventual recomposição da participação acionária a patamar superior a 30% de ações do nosso capital social total pelos Acionistas Fundadores sem a necessidade de realização de uma oferta pública de

4.1 Descrição dos fatores de risco

aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, será restrita aos eventos previstos no Estatuto Social. Essa redução de participação dos Acionistas Fundadores pode fazer com que outro acionista ou grupo de acionistas agindo em comum precise(m) de um número menor de ações do que precisava(m) antes do Follow-On para ultrapassar(em) o número total de ações que os Acionistas Fundadores deterão (caso esses não consigam ou não queiram recompor ou aumentar suas participações), tornando-o(s) o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s), inclusive, sem necessidade de realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social, caso o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s) não atinja(m) o limite de 30%. Caso outro acionista ou um grupo de acionistas ultrapasse o número total de ações detidas pelos Acionistas Fundadores, a Companhia poderá ser impactada de maneira adversa.

Podemos enfrentar potencial conflito de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos ou podemos possuir receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Não podemos garantir que a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita neste Formulário de Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As situações de conflito de interesses em razão de transações com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, ver seção 11 deste Formulário de Referência.

c. Com relação as nossas controladas e coligadas

Possuímos participação em outras sociedades e dependemos de seus resultados financeiros para compor nossos resultados e patrimônios.

Possuímos participações diretas e indiretas em diversas sociedades e o resultado dessas participações compõe os nossos resultados e patrimônio, razão pela qual os resultados apresentados por estas sociedades podem ser impactados por uma piora nas condições setoriais e mercadológicas em suas respectivas operações, impactando nossos resultados consolidados. Não podemos garantir que receberemos quaisquer

4.1 Descrição dos fatores de risco

dividendos ou outras distribuições dessas sociedades ou que elas performarão de forma adequada e sustentável. Todos os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência também podem ser aplicáveis as nossas controladas e coligadas.

A Yapay/Vindi está sujeita ao risco de chargeback ou inadimplemento pelos emissores de cartão de crédito.

Nas operações de pagamento realizadas por meio da plataforma da Yapay, estamos expostos aos riscos de: (a) cancelamento das transações pelos titulares dos cartões de crédito (clientes/consumidores de nossos clientes) junto aos respectivos bancos emissores em virtude de: (i) fraude ou má-fé (i.e., ato intencional de omissão ou manipulação de transações e alteração de documentos e registros); ou (ii) não reconhecimento das respectivas transações (ações essas conhecidas como *chargeback*); e (b) inadimplência dos bancos emissores de cartão de crédito, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos seus titulares para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Ocorrendo qualquer um dos eventos mencionados, a Yapay poderá ser responsável pela compensação das referidas transações, o que pode afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Os serviços e produtos oferecidos pela nossa controlada Yapay/Vindi são cobrados por meio de percentual dos faturamentos de seus clientes e, nesses casos, os resultados relacionados a estes serviços e produtos estão sujeitos a flutuações sazonais.

O varejo experimenta flutuações decorrentes dos padrões de consumo em determinadas épocas do ano (fenômeno conhecido como sazonalidade). Existem períodos de maior e menor consumo, o que reflete no número e quantidade de transações digitais e de pagamentos eletrônicos do *e-commerce*. Eventos que possam afetar negativamente períodos de maior consumo, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias (tais como a pandemia da COVID-19) e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários, ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem ter um efeito desproporcional nos resultados da Yapay/Vindi durante todo o exercício social, uma vez que sua receita é diretamente atrelada aos faturamentos de seus clientes que, conseqüentemente, podem ser afetados por tais eventos. Adicionalmente, as flutuações nos resultados da Yapay/Vindi causadas pelo fenômeno da sazonalidade podem também fazer com que as comparações dos resultados da Yapay/Vindi, em diferentes períodos, não sejam indicadores comparáveis precisos ou indicadores de

4.1 Descrição dos fatores de risco

seu desempenho futuro.

Condições econômicas adversas podem prejudicar os negócios da Yapay/Vindi.

O processamento de operações de pagamento feitas com cartão de crédito, bem como o recebimento antecipado de recebíveis, representam uma parte significativa das atividades da nossa controlada Yapay. Condições econômicas adversas, tais como taxas de juros e inflação, podem fazer com que a nossa controlada Yapay aumente as taxas cobradas nas operações realizadas com cartão de crédito e nas operações de antecipação de recebíveis. Não podemos garantir que os clientes, nesses casos, continuarão realizando tais operações com a Yapay, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Aumento nas taxas pagas pela Yapay/Vindi às empresas que prestam serviço de pagamento, podem afetar os resultados da Yapay/Vindi.

Os resultados da Yapay/Vindi podem ser afetados adversamente por aumentos nas taxas pagas às empresas que prestam serviço de pagamento com as quais a Yapay celebrou contratos comerciais (incluindo os adquirentes participantes do arranjo de pagamento em que a Yapay atua), caso a Yapay não consiga repassar esses aumentos aos seus clientes ou, mesmo repassando, haja uma fuga de clientes para outros prestadores de serviços com preços mais competitivos. Caso os resultados da Yapay sejam afetados pelo aumento dessas taxas, sem o devido repasse aos seus clientes, nossos resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Regulamentação do Sistema de Pagamentos Brasileiro pode causar um efeito adverso nos negócios da Yapay/Vindi.

Dada a relevância do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Banco Central e o CMN têm editado diversos normativos visando regulamentar o uso de meios eletrônicos de pagamentos, ampliar a competitividade no setor, reforçar a governança no mercado e incentivar a oferta e a diferenciação de produtos ao consumidor. Não podemos garantir que as autoridades competentes não irão implementar medidas adicionais que gerem necessidade de aporte de recursos pela Yapay ou que, de alguma forma, dificultam ou tornem mais onerosas as operações da nossa controlada Yapay, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários de nossa emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Yapay/Vindi pode ser incapaz de acompanhar as tendências de mercado e oferecer novas modalidades de pagamento, bem como de atender novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro encontra-se em constante desenvolvimento. Dessa forma, é natural que novas modalidades de pagamento, associadas a novas tecnologias, sejam desenvolvidas e implementadas pelas empresas que prestam serviço de pagamento a fim de atender demandas de mercado por facilidade, rapidez e segurança. A nossa controlada Yapay pode ser incapaz de acompanhar tais tendências de mercado, com a conseqüente redução de sua base de clientes. Além disso, caso a Yapay não seja capaz de se adequar novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito (tais como Visa e MasterCard) ou outros participantes do mercado com os quais mantenha relações comerciais, estará impedida de realizar operações de pagamento com tais agentes, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não obter êxito na implementação de estratégias para aumentar as operações realizadas pela Yapay.

Nossa lucratividade futura dependerá, em parte, de nossa capacidade de implementar com êxito nossa estratégia para aumentar a prestação dos serviços de meio de pagamento oferecidos pela nossa controlada Yapay. Não podemos garantir que o mercado de meios de pagamento continuará crescendo e permanecendo viável, podemos não conseguir obter êxito no aumento da prestação de serviços de meio de pagamento oferecidos pela Yapay, podendo afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

d. Com relação aos nossos administradores

Podemos sofrer perdas de membros chave da nossa administração e gerência ou sermos incapazes de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência.

Possuímos administradores e gerentes altamente qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso do nosso negócio, especialmente em relação à definição e implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações, produtos e serviços. Caso esses membros chave deixem de integrar nossa equipe, poderemos enfrentar dificuldades para executar nossas estratégias de negócios, crescer de forma sustentável ou desenvolver novos produtos e serviços, dentre outros problemas operacionais, mercadológicos ou de governança corporativa

4.1 Descrição dos fatores de risco

que poderemos enfrentar. Em caso de saída de membros de nossa alta administração, poderemos incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas com as mesmas qualificações, tendo em vista a forte concorrência que existe para atrair profissionais altamente capacitados no setor de tecnologia, bem como com o pagamento de pacotes de saída ou contratos de indenização. Em razão dos fatores acima expostos, a perda de membros chave da nossa administração e gerência ou a incapacidade de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

e. Com relação aos nossos fornecedores

O mercado em que atuamos e nossos negócios dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das nossas atividades.

Mudanças nos serviços ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias nesses serviços podem afetar a conectividade necessária à prestação dos nossos serviços. Não podemos garantir que a escassez de energia elétrica que já ocorreu no Brasil no passado não ocorrerá novamente. Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das nossas despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia podem afetar nossas receitas na medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Certos equipamentos, hardware e software estão sujeitos a burocracias e riscos relacionados à importação ou são adquiridos de um número exclusivo ou limitado de fornecedores.

O elevado crescimento dos mercados de dados e banda larga em particular podem resultar em um fornecimento limitado de equipamentos essenciais para a prestação de tais serviços, tais como equipamentos de transmissão de dados, servidores e modems. As restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos equipamentos, hardware e software, principalmente equipamentos, servidores e modems, e as localizações geográficas dos fabricantes ou fornecedores internacionais desses equipamentos, hardware ou software, apresentam certos riscos, incluindo: (i) vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os equipamentos, hardware e software são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira; (ii) dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de prever com precisão a disponibilidade doméstica de tais equipamentos, hardware e software; (iii) limitação ou exclusividade do número de fornecedores; ou (iv) imposição de burocracia adicional como direitos aduaneiros ou outros direitos sobre equipamentos, hardware ou software que são importados. Caso algum desses riscos se concretizem, eles podem resultar na nossa incapacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes, em tempo hábil ou permanentemente, ou podem afetar os preços dos nossos produtos e serviços, podendo ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos softwares de terceiros que dificilmente podem ser substituídos e eventualmente podem causar erros ou falhas em nossos produtos e serviços.

Contamos com softwares licenciados de terceiros para oferecer nossos produtos e serviços. Estes softwares podem não permanecer disponíveis para nós em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de nossos produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por nós ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos nossos sistemas, produtos e serviços, o que poderia prejudicar nossa atividade. Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos nossos serviços, o que poderia prejudicar nossos resultados operacionais, afetando adversamente nossos resultados e custos operacionais.

Alguns de nossos produtos e serviços dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou nos forçar a pagar taxas de licenciamento mais altas.

Licenciamos de terceiros, como por exemplo Microsoft Windows Server, Microsoft SQL Server, softwares VMWare, softwares Red Hat, dentre outros, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas que são base para o desenvolvimento de nossos produtos ou serviços. Não há garantia de que seremos capazes de substituir linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos nossos clientes ou negócio continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo. Ademais, enquanto estivermos utilizando linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas. As mudanças nas licenças de terceiros por nós utilizadas podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que nossos serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de incorrerem em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de nossos produtos ou serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que usamos para desenvolver nossos produtos ou serviços podem comprometer os nossos planos de expansão, ou prejudicar a continuidade de nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossas atividades são desenvolvidas em propriedades alugadas e podemos ser incapazes de renovar seus contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis.

Desenvolvemos nossas atividades em propriedades alugadas cujos contratos de locação estão sujeitos à renovação. Podemos ser incapazes de renovar nossos contratos de locação ou renová-los em condições iguais ou mais favoráveis que as atuais, resultando em uma interrupção parcial ou total de nossas atividades ou no aumento do custo de nossas operações. Na ocorrência de evento que culmine na rescisão de qualquer contrato de locação podemos ser obrigados a desocupar o referido imóvel e podemos não ser capazes de localizar outra propriedade adequada para transferir nossas atividades ou ainda, podemos levar mais tempo que o adequado para encontrar uma nova localidade, levando a uma interrupção temporária de nossas atividades. Qualquer interrupção nas nossas atividades poderá ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

f. Com relação aos nossos clientes

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar nossa capacidade de crescer e desenvolver o nosso negócio.

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda por nossos produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis ou oscilações em quaisquer outros fatores que afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem reduzir o seu poder de compra e conseqüentemente diminuir a demanda por serviços de tecnologia por empresas de todos os portes, empreendedores e profissionais liberais que sejam nossos clientes. Nesses casos, nossos clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de nossos serviços tecnológicos.

Uma vez que somos prestadores de serviços, parte de nossa receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por nossos serviços, nossa receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas

4.1 Descrição dos fatores de risco

resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2008. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os nossos clientes e potenciais clientes podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que comprometerá a capacidade de manter ou expandir nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossos negócios dependem do acesso contínuo e desimpedido de nossos clientes à internet.

Nossos clientes usam, basicamente, a internet para utilizar nossos serviços e produtos. Alguns provedores de internet podem tomar medidas que afetam a capacidade de seus clientes de usar nossos produtos ou serviços, tais como: (i) limitação dos dados utilizados; (ii) força de cobrança das tarifas baseadas no consumo de dados; (iii) degradação da qualidade do conteúdo que transmitimos; bloqueio parcial ou completamente de acesso aos nossos produtos ou serviços; ou (iv) tentando cobrar mais de seus clientes por usar nossos serviços e produtos.

Além disso, uma série de fatores podem impedir o crescimento contínuo de utilização, o desenvolvimento e a aceitação deste meio por seus usuários, incluindo questões de segurança e autenticação que podem acarretar em problemas com relação à transmissão de informações confidenciais pela internet, além de preocupações com a privacidade e a capacidade dos sites para coletar informações dos usuários sem o conhecimento ou consentimento destes, o que pode afetar a disposição dos usuários para interagir em ambiente online. A concretização de quaisquer destes fatores ou outros que possam impactar o desenvolvimento contínuo da aceitação da internet como meio para comércio eletrônico e comunicação poderão limitar nosso crescimento e afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorremos.

Nossos custos são afetados por diversos fatores como remunerações que pagamos para nossos colaboradores, administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores, dentre outros. Os contratos firmados com nossos clientes não são necessariamente ajustados pelas variações de custos que incorremos, sendo que se os custos aumentarem sem que consigamos repassar esses acréscimos para nossos clientes, seremos afetados em nossas receitas e margens, situações que podem adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estamos sujeitos ao risco de crédito relacionado aos nossos clientes, bem como a possíveis perdas decorrentes de inadimplência relevante a eles relacionada.

Nossas receitas dependem significativamente da capacidade dos nossos clientes de pagarem pelos produtos e serviços contratados conosco. Caso não consigamos ter um processo adequado de avaliação de risco de crédito de potenciais clientes que queiram adquirir nossos produtos ou serviços ou se não pudermos implementar medidas para limitar a inadimplência de pagamento pelos clientes dos valores relacionados aos contratos conosco firmados nossas receitas poderão ser adversamente afetadas. As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes incluem rescisão de contrato, dificuldades financeiras dos clientes ou de seus negócios, término de vigência de contratos sem que haja renovação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, ou mesmo inadimplemento não justificado de tais clientes, dentre outros. Em caso de inadimplência recorrente de parte significativa de nossos clientes, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

A maioria dos contratos celebrados com clientes contém disposições que permitem a rescisão unilateral por eles.

A maior parte dos contratos celebrados com nossos clientes para contratação de nossos produtos e serviços possuem disposições com exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão destes. Caso não sejamos capazes de cumprir de forma consistente as condições contratuais e as exigências de nossos clientes ou caso ocorram falhas no desempenho de nossos produtos e serviços, os contratos celebrados com nossos clientes poderão ser rescindidos unilateralmente por eles ou serem renovados em condições que sejam desvantajosas para nós ou ainda, não serem renovados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

g. Com relação aos setores da economia nos quais atuamos

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações em práticas contábeis e delegação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar, eis que podem impactar a demanda por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes, postergações de datas de vencimentos de tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que determina um regime diferenciado para o setor de combustíveis. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, principalmente que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais a nós durante ou após seus prazos de vigência, poderá prejudicar diretamente ou indiretamente os nossos negócios e resultados.

Além disso, o nosso grupo atualmente usufrui de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (conforme abaixo definido) e precisa observar os requisitos impostos pela legislação sob pena de perder o benefício. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema. Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para mais informações sobre riscos relacionados a esses benefícios fiscais, ver fator de risco "*Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados*" neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Outrossim, nós estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Alem disso, os nossos resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais não possuímos qualquer ingerência. Assim, não conseguimos prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas. Portanto, existe o risco de que as nossas futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas.

Eventual elevação nos tributos ou a redução de benefícios fiscais incidentes sobre o setor de tecnologia no Brasil pode afetar adversamente nossos resultados.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na nossa rentabilidade. A majoração de tributos incidentes sobre nossos negócios, em especial sobre o setor de tecnologia, normalmente resulta em uma majoração de preços para os clientes finais, podendo resultar em um menor uso de produtos e serviços tecnológicos afetando negativamente nossas receitas. Uma receita menor pode resultar em menores margens de lucro sobre os serviços prestados ou produtos vendidos. Não podemos assegurar que o governo federal, estaduais ou municipais não criarão novos tributos nem elevarão as alíquotas atuais dos tributos incidentes sobre as nossas atividades em suas respectivas esferas de competência. Caso os impostos aplicáveis às nossas operações, receitas, produtos ou serviços aumentem ou quaisquer benefícios fiscais utilizados por nós sejam revogados sem que consigamos alterar

4.1 Descrição dos fatores de risco

nossa estrutura de custos para evitar repassar esses aumentos de tributos aos clientes, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Alterações sucessivas na legislação e na jurisprudência podem gerar divergências de interpretação acerca de fatos pretéritos.

A legislação do Município de São Paulo sofreu, nos últimos anos, diversas alterações no tocante à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre os nossos produtos e serviços. Os serviços de *hosting* e outros (notadamente em relação aos serviços de processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação) passaram a ser considerados tributáveis pelo ISS somente em 2017 no âmbito da Lei Complementar nº 157/2016, que inseriu alterações da Lei Complementar nº 116/03 (inclusão do "item 1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres"). Até a edição da referida lei, possuíamos decisão judicial transitada em julgado reconhecendo que parte destes serviços não se submetiam à incidência de ISS. Da mesma forma, no que tange às contribuições destinadas ao Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS), com a edição das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, determinados serviços puderam permanecer tributados no regime cumulativo e outros passaram obrigatoriamente ao regime não-cumulativo. Com relação ao PIS/COFINS, a discussão acerca destes temas encontra-se hoje consolidada por Soluções de Consulta COSIT, entretanto, não podemos descartar o risco de questionamento pelas autoridades fiscais federais acerca de fatos pretéritos. Por fim, há ainda controvérsia perante a Fazenda do Estado de São Paulo no tocante à incidência de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre licenciamento de softwares de PABX virtual e de *webchat* por se tratarem, no entendimento do Fisco do Estado de São Paulo, de serviços de comunicação. Caso haja alterações sucessivas na legislação e na jurisprudência acerca dos temas acima, podendo gerar divergências de interpretação acerca de fatos pretéritos aos quais estamos sujeitos, podemos incorrer em pagamentos adicionais de tributos e impostos, bem como multas e juros a eles atrelados.

A expansão de nossos negócios depende do aumento da disponibilidade, qualidade e uso da internet no Brasil, bem como do crescimento do e-commerce no país.

O rápido crescimento da disponibilidade, qualidade e uso da internet (particularmente como meio de fazer negócios ou fornecer e adquirir produtos e serviços) é um fenômeno relativamente recente no Brasil. A penetração da internet no Brasil pode nunca atingir os níveis vistos nos países mais desenvolvidos por razões que estão além

4.1 Descrição dos fatores de risco

do nosso controle incluindo, mas não se limitando, a falta de infraestrutura de rede necessária ou o atraso no desenvolvimento ou implementação de tecnologias inovadoras, melhorias de desempenho e medidas de segurança, prejudicando melhorias na confiabilidade da internet no Brasil. A infraestrutura da internet no Brasil pode também não ser capaz de suportar um crescimento contínuo no número de usuários, na frequência de uso ou nos requisitos de amplitude de banda, em especial se os serviços de telecomunicações não estiverem disponíveis de forma adequada para suportar o crescimento da internet no Brasil, ocasionando tempos de resposta no acesso à internet ou a nossos sistemas, produtos e serviços mais lentos, reduzindo o uso da internet e prejudicando nossos negócios. Adicionalmente, mesmo que a penetração da internet no Brasil aumente, não há garantia de que ocorra um aumento na utilização de produtos e serviços oferecidos pela internet, inclusive aqueles destinados ao incremento do e-commerce devido a vários fatores, incluindo a falta de confiança dos usuários na segurança *online*.

Para complementar este cenário, temos ainda que, no geral, os níveis de renda no Brasil são significativamente mais baixos do que nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, enquanto os preços do acesso à internet e dos dispositivos conectados a ela, como computadores pessoais, *tablets*, telefones celulares e outros dispositivos portáteis são mais elevados do que nesses países, podendo limitar nosso crescimento, principalmente em partes do Brasil com baixos níveis de renda.

A manutenção da competitividade da Companhia depende da capacidade de desenvolver novos produtos e serviços bem como aperfeiçoar e adaptar os produtos e serviços existentes.

O mercado de TI é caracterizado pelo acelerado desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas, por exemplo, à evolução da capacidade de processamento e armazenamento dos equipamentos de computação, à melhoria da infraestrutura de telecomunicações e de redes, tornando mais curto o ciclo de vida dos produtos e serviços. Nossos clientes possuem demandas inovadoras, complexas e individualizadas, tornando cada vez mais complexo e desafiador atender a tais demandas de forma satisfatória, sendo que nossa eventual falha em tal atendimento poderá causar efeitos adversos em nossa reputação e resultados.

Em função da rápida evolução tecnológica nos setores onde a Companhia atua não se pode garantir que os padrões adotados nos produtos e serviços acompanharão esta evolução, podendo torná-los obsoletos em comparação aos oferecidos por nossos competidores. Também não se pode garantir que as tecnologias as quais optamos por desenvolver nos permitirão competir de forma eficiente no mercado.

Quaisquer destes eventos poderão afetar de forma negativa e substancial a receita e a geração de caixa da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso enfrentemos restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

h. Com relação à regulação dos setores em que atuamos

Estamos sujeitos à penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei n^o 12.965/2014).

Estamos sujeitos à penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet ("Lei n^o 12.965/2014") na provisão de guarda e disponibilização de acesso a aplicações de internet. A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode afetar o nosso desempenho econômico e o cumprimento de eventuais acordos comerciais com terceiros, além de gerar outras consequências cuja mensuração é de difícil avaliação dada a escassez de precedentes. A regulamentação da internet e do *e-commerce* no Brasil está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os nossos negócios. Atualmente, de acordo com as leis brasileiras, não há distinção entre as leis relativas ao *e-commerce* e ao comércio de varejo em lojas físicas. Nesse sentido, podemos estar sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a internet e o comércio eletrônico.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No que diz respeito à responsabilidade dos provedores quanto ao conteúdo disponibilizado pelos usuários, o Marco Civil adotou a responsabilidade subjetiva do provedor, sendo caracterizado o ato ilícito apenas no caso de recusa no cumprimento de ordem judicial com determinação para remoção do conteúdo impróprio/ilegal. Não obstante, não podemos garantir que não sejamos responsabilizados por reivindicações com base no conteúdo disponibilizados em *sites* hospedados em nossa plataforma. Não podemos mensurar a forma e o impacto de eventuais decisões judiciais ou outra ação governamental que imponha responsabilidade aos provedores de serviços online pelas atividades de seus usuários e de terceiros.

Adicionalmente, a crescente preocupação com o uso da internet para conduta ilegal, como a disseminação não autorizada de informações de segurança nacional, lavagem de dinheiro ou apoio a atividades terroristas, poderá no futuro produzir legislação ou outra ação governamental que possa exigir alterações em nossos produtos ou serviços, restringir ou impor custos adicionais à condução de nossos negócios ou fazer com que os usuários deixem de utilizar nossos produtos ou serviços. Não monitoramos ou revisamos a adequação dos nomes de domínio que nossos clientes registram ou do conteúdo dos sites de nossos clientes, e não temos controle sobre as atividades nas quais nossos clientes se envolvem. Em qualquer uma das situações acima, caso nos seja atribuída responsabilidade a nós, nossas marcas, reputação, nossa capacidade de expandir nossa base de usuários, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos aos riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados, inclusive pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes, fornecedores e colaboradores, no âmbito das nossas operações comerciais. A Companhia está obrigada a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, devemos observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases

4.1 Descrição dos fatores de risco

legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular, o bloqueio do banco de dados, à imposição de multa. A lei, ainda, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD entrou em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, tendo sido regulamentadas em fevereiro de 2023.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

A Companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, sendo enquadrada como operadora nos termos da lei. Tais dados pessoais se tratados em desacordo com a legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia às penalidades administrativas e indenizações em sede judicial ou arbitral. Ademais, a Companhia não pode garantir que conseguirá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados e evitar acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela nossa Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossos valores mobiliários.

A regulamentação da internet no Brasil ainda é recente e relativamente limitada.

A regulamentação da internet no Brasil ainda é recente e relativamente limitada e, diferentemente dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos, existe pouca jurisprudência em torno das leis que regulam o uso da internet e a jurisprudência existente não tem sido consistente. A incerteza jurídica decorrente das orientações limitadas fornecidas pelas leis em vigor permite que diferentes juízes ou tribunais decidam reivindicações muito semelhantes de maneiras diferentes e estabeleçam jurisprudência contraditória. Essa incerteza jurídica permite decisões contrárias a nossos interesses, o que pode afetar adversamente nossos negócios. Além disso, estamos sujeitos a alterações na regulamentação do setor de softwares e tecnologia, de modo que, caso venham a surgir novas regras e leis aplicáveis ao setor de softwares e tecnologia, nossos produtos e serviços precisarão ser adequados às novas normas, sendo necessários investimentos adicionais e maiores custos.

Estamos expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, fraudes e demais atividades impróprias ou ilegais, ou outros eventos adversos que podem impactar adversamente a nossa reputação.

Estamos sujeitos à Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), a qual impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por nossos dirigentes, administradores colaboradores, e terceiros contratados para atuar em nosso nome, interesse e/ou benefício, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Dentre as sanções aplicáveis estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados. Não podemos garantir que nossas políticas e procedimentos internos sejam suficientes para garantir nossa conformidade à legislação anticorrupção ou que nossos colaboradores, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal (quando instalado), membros de comitês, provedores de serviços ou clientes não violarão nossas políticas e procedimentos internos, leis ou regulamentos aplicáveis, incorrendo em eventos nos quais podemos ser eventualmente responsabilizados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, de acordo com a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a comercialização de bens de alto valor ou intermedeiem sua comercialização, estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. Ressaltamos que a Companhia está sujeita às seguintes sanções em caso de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: (i) advertência e/ou (ii) multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (iii) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa de nosso nome pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de nossos dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de nossos colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. Nossa reputação também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à nossa reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de nossos valores mobiliários. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos para identificar, monitorar, gerenciar e controlar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não ser suficientes: (i) para gerenciar e controlar os riscos que conhecemos; (ii) prever exposições futuras; (iii) ou contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos,

4.1 Descrição dos fatores de risco

atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios. Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis anticorrupção por parte de nossos colaboradores, Acionistas Controladores, membros de nossa administração, fornecedores, dentre outras pessoas agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício. No caso de qualquer falha, insuficiência ou inadequação de procedimentos e controles adequados, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação brasileira de telecomunicações e a caducidade da autorização de SCM do STFC podem afetar adversamente o crescimento dos nossos serviços.

A nossa atividade de prestação de serviços de telecomunicações é regulamentada e fiscalizada pela ANATEL, autarquia federal responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil. Eventuais mudanças em leis, regulamentos ou políticas governamentais aplicáveis ao setor de telecomunicações ou a mudança na interpretação de tais leis ou regulamentos poderá afetar nossas operações de telecomunicações.

Como estamos autorizados a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") e a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"), devemos atender a certas obrigações de abrangência e qualidade de tais serviços previstas em nossa autorização e nos regulamentos expedidos pela ANATEL, sob pena de declaração de caducidade. Caso ocorra a aplicação de qualquer multa, imitações ou restrições impostas pela ANATEL ou a declaração de caducidade das nossas autorizações, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica previstos na Lei nº 11.196/05 ("Lei do Bem"), regulamentada pelo Decreto nº 5.798/06 e regulamentações emitidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTI"). Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submetemos informações ao MCTI sobre os dispêndios efetuados

4.1 Descrição dos fatores de risco

no ano anterior relacionados a tais atividades. Entretanto, não podemos garantir que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. Caso esses benefícios não sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

i. Com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Não é aplicável, pois não atuamos em países estrangeiros.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Por ser uma prestadora de serviços no setor de tecnologia, entendemos que nossas atividades não implicam em riscos relevantes que impactam diretamente as questões sociais.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

O mercado de tecnologia e os negócios da LWSA dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das atividades. Mudanças ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias podem afetar desde a conectividade necessária à prestação dos serviços. Não se pode garantir que a escassez de energia elétrica, que ocorreu em alguns períodos no Brasil, não ocorrerá novamente.

Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia, podem afetar as receitas à medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, o que pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e os valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Não há um risco específico que possa impactar diretamente a companhia com relação às questões climáticas. Porém, vale pontuar que a LWSA tem mapeado o risco de indisponibilidade de energia elétrica. Entende-se que as mudanças climáticas e consequentemente eventos meteorológicos afetam diretamente o fornecimento de serviços de energia, via alterações na disponibilidade e confiabilidade das fontes de geração, como por exemplo as hidrelétricas. Tal fator pode gerar o encarecimento e falta de acessibilidade de energia, impactando o planejamento financeiro da Companhia.

Com relação às estratégias da empresa frente ao tema, em 2023 a LWSA elaborou seu segundo inventário de gases de efeito estufa. Os gases inventariados foram da emissão no ano de 2022, referente ao escopo 1 e 2. Estes foram compensados através da compra de créditos de carbono, de acordo com o registro global VERRA, seguindo as diretrizes do programa Verified Carbon Standards (VCS).

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises de todas as naturezas como inflação alta, guerra, entre outros, nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil enfrentou taxas extremamente altas de inflação no passado. Certas ações governamentais para conter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou deflação de 3,18% em 2023, e o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) registrou inflação de 4,62%. As medida tomada pelo governo brasileiro para controlar a inflação consiste em uma política monetária de controle da inflação usando como instrumento principal a taxa básica de juros (Selic). Nos últimos anos vimos uma política de juros restritivas e com altas consecutivas da Selic, limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A pesar de termos observado três reduções da Selic durante o ano de 2023, o ano encerrou em 11,75%, um patamar ainda elevado e que, conseqüentemente, afeta diretamente o mercado de crédito brasileiro. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil permanecia em 10,75% ao ano.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Quaisquer medidas futuras tomadas pelo governo brasileiro, incluindo a redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear a inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil sofrer alta inflação no futuro, podemos não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais. Um aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como do seu caixa

4.1 Descrição dos fatores de risco

e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e contratos financeiros, leasing e de arrendamento mercantil, que estão sujeitos a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros e inflação no Brasil pode nos afetar adversamente, uma vez possui empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e da taxa de juros oficial de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma queda significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a nossa receita de aplicações financeiras.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global têm acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da pandemia da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho e espaços públicos, como shopping centers e restaurantes, interrupções na cadeia de suprimentos, o que ocasionou na redução de consumo de uma maneira geral pela população. Essa diminuição resultou, e pode continuar a resultar, na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o nosso fluxo de caixa, podendo dificultar o adimplemento regular de nossas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Outro aspecto em decorrência da pandemia que pode afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ademais, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo podem impactar adversamente o resultado da Companhia, especialmente em virtude da eventual não realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as nossas atividades.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a pandemia da COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando nossos investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia de COVID-19 causou mudanças nos padrões de gasto dos consumidores que foram impactados por: condições comerciais em geral, níveis de emprego, taxas de juros, taxas tributárias, disponibilidade de crédito ao consumidor, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, bem como riscos, e a percepção pública de riscos relacionados a epidemias ou pandemias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais de doenças não ocorrerão e, caso ocorram, podemos não ser capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao provocado pela pandemia da COVID-19 em nossos negócios.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia.

Poderá não existir um mercado de negociação ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são significativamente menores, menos líquidos e mais concentrados e voláteis que os mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos, por exemplo. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário de Referência ou por motivos não relacionados ao desempenho da Companhia.

Condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão nos afetar adversamente.

Nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no Brasil. Futuras reduções nas suas taxas de crescimento podem afetar o consumo de nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, poderão nos afetar adversamente.

O governo brasileiro intervém na sua economia e, ocasionalmente, faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo por nós detidos indiretamente (por meio de aplicações em fundos de investimento em renda fixa de baixo risco). O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como: (i) eleições políticas; (ii) política monetária; (iii)

4.1 Descrição dos fatores de risco

taxas de juros; (iv) taxas de inflação; (v) liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito; (vi) controles de exportação e importação; (vii) taxas de câmbio e controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior; (viii) escassez de energia; (ix) instabilidade econômica e social; e (x) outras eventualidades não mensuradas acima.

Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações de emissão da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de tais ações de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente nosso valor de mercado.

O Brasil experimentou a perda do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos Standard & Poors, Moody's e Fitch Ratings. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além de nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado de nossos valores mobiliários.

Na data deste Formulário de Referência, os ratings soberanos do Brasil eram:

Perspectiva	Moeda Estrangeira	Moeda Local	Agência	Última Alteração
Stable	BBB-	BBB	JCR	20/12/2023
Stable	BB	BB	Standard & Poor's	19/12/2023
Stable	BB	BB	Fitch	15/12/2023
Stable	BB	BB	DBRS	28/07/2023
Negative	BBB-	BBB-	R&I	09/03/2023
Stable	Ba2	Ba2	Moody's	12/04/2022

Fonte: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/divida-publica-federal/sobre-a-divida-publica/classificacao-de-risco-da-republica-soberana-do-brasil>

4.1 Descrição dos fatores de risco

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, o que poderá afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de ações de sua emissão.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar efeito adverso relevante em nossas atividades e no preço de mercado de nossos valores mobiliários.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las. Nossos negócios, situação econômico-financeira e resultados operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) política monetária; (iv) flutuações cambiais; (v) ambiente regulatório pertinente às nossas atividades; (vi) alteração das normas trabalhistas; (vii) inflação; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) expansão ou contração da economia brasileira; (x) política fiscal e alterações na legislação tributária; (xi) política habitacional; (xii) controle sobre importação e exportação; (xiii) instabilidade social e política; e (xiv) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Por conta disso, poderemos estar sujeitos ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência ter dificuldade em repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os nossos negócios. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em relação a políticas econômicas futuras, e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, nossos negócios e/ou a nossa condição financeira.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados

4.1 Descrição dos fatores de risco

com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- 1) Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.
- 2) Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.
- 3) Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.
- 4) Podemos não obter êxito na implementação de estratégias para aumentar as operações realizadas pela Yapay. A Yapay poderá não obter a autorização para funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil.
- 5) Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados na seção 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossa atividade, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, inflação e mudanças nas taxas de juros e mudança na conjuntura internacional.

Riscos relacionados a flutuações na taxa de câmbio

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações frente ao Dólar Americano e demais moedas internacionais. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Alguns de nossos clientes são empresas estrangeiras ou representam marcas internacionais e, portanto, estão expostas a variações cambiais e qualquer desvalorização cambial poderia criar um efeito adverso a tais clientes o que, por sua vez, pode prejudicar a contratação de nossos serviços oferecidos, causando um impacto negativo em nosso resultado.

Além disso, a eventual desvalorização do real em relação ao dólar aumentará os custos de nossas obrigações em moeda estrangeira, impactando, dessa forma, nossos custos. Uma grande desvalorização do real pode afetar de forma significativa nossa liquidez e fluxo de caixa no curto prazo. A desvalorização do real cria também pressão inflacionária e limita o acesso aos mercados de capitais internacionais, podendo favorecer a intervenção do Estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas, o que pode nos afetar negativamente.

O risco cambial refere-se ao risco de variação dos fluxos de caixa futuros de empréstimo em moeda estrangeira e instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. O risco cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia e para gerenciar esse risco, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros de derivativos (NDF) junto a instituição financeira considerada de primeira linha. Neste contexto, a Companhia encontra-se protegida contra a variação cambial de seus fornecedores com exposição em moeda estrangeira.

É política da Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros de derivativos apenas visando a proteção de riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por empréstimo em moeda estrangeira ou fornecedores internacionais, portanto, sem caráter especulativo.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação podem incluir uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Qualquer aumento no futuro das taxas de juros, que poderá ocorrer em virtude de eventual aumento da inflação ou de outros fatores, poderá afetar negativamente nosso lucro e o resultado de nossas operações, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de nossas operações.

O risco associado às taxas de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha uma exposição máxima de R\$68.817, num cenário de redução de 50% da taxa DI, devido à redução das receitas financeiras dos recursos aplicados.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava exposta à variação em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos rendimentos de aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes para a exposição em CDI.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração foi considerado um aumento de 5% no caso da variação do CDI. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma queda de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerados relevantes pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Perdas - Consolidado		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	1.181.406	(6.882)	(34.408)	(68.817)
CDI (cenário de queda)		11,65%	11,07%	8,74%	5,83%

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Para os valores justos da contraprestação contingente, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos:

Contraprestação contingente

	Resultado	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2023		
Taxa de desconto (10%)	(2.655)	2.733
Receita Projetada (10%)	20.419	(20.419)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Para os fins deste item 4.4, consideramos como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

Em 31 de dezembro de 2023 nós e as nossas controladas figuramos como parte ativa ou passiva em 537 processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal/tributária, oriundos do curso normal de nossos negócios.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas com chance de perda considerada como provável por nossos advogados externos e internos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas com chance de perda considerada como possível ou remota, não são provisionados.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que nós e nossas controladas figuramos como parte, de acordo com sua natureza.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, figurávamos como parte passiva em 38 processos judiciais e administrativos trabalhistas, que somadas totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$2,9 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de R\$2,18 milhões, em 31 de dezembro de 2023, em decorrência da avaliação da perda considerada provável, em 5 processos de acordo com nossos consultores jurídicos.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, figurávamos como parte passiva em 35 ações tributárias, que somadas totalizavam a quantia de, aproximadamente, R\$92 milhões (valor histórico das causas), tendo sido constituída provisão em relação a 3 processos no valor de R\$ 821 mil, de acordo com nossos consultores jurídicos.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, figurávamos como parte passiva em 370 processos cíveis, que somadas totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$16 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de R\$ 3,17 milhões em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 58 processos, de acordo com nossos consultores jurídicos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(iv) ***Contingências Ambientais***

Na data deste Formulário de Referência, visto que o desenvolvimento de nosso negócio não promove impactos ambientais e sequer requer qualquer licenciamento ambiental, nós não somos parte em processos de natureza ambiental.

(v) ***Contingências de Propriedade Intelectual***

Na data deste Formulário de Referência, nós não somos parte em ações envolvendo propriedade intelectual.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Somos, junto às nossas controladas, parte em diversos processos no desenvolvimento normal de nossas atividades. Em 31 de dezembro de 2023, o valor histórico da causa da totalidade dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$111,5 milhões, a provisão para demandas judiciais era de R\$6,17 milhões .

As nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, não havia processos sigilosos em que nós ou quaisquer de nossas controladas éramos parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

As controladas da Companhia possuem débitos tributários devidamente incluídos em programas de parcelamentos federais (ordinários e no âmbito do Programa Especial de Regularização Tributária – "PERT") e municipais (perante a Prefeitura do Município de São Paulo - "PMSP") cujo saldo de impostos parcelados a pagar era de R\$17,0 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Contingências penais

Somos parte em cinco procedimentos ativos de natureza criminal, dentre os quais em 4 figuramos como vítimas, e em um como investigados:

Trata-se do Inquérito Policial nº 301/2019, em trâmite perante o 90º Distrito Policial – Pq. Novo Mundo da Capital/SPNUP 1522219-16.2019.8.26.0050, Departamento de Inquérito Policial e Polícia Judiciária da Capital/SP – DIPO 4. A investigação foi instaurada em 02 de julho de 2019 com o fim de apurar a suposta prática do crime de estelionato (art. 171 Código Penal) em prejuízo de Elisabeth Nunes de Demo, que teria sido vítima de transação fraudulenta quando da utilização do site do Banco Bradesco, do qual é correntista. Nessa ocasião, R\$ 4.982,00 teriam sido transferidos sem o seu consentimento de sua conta corrente para a conta da Yapay Pagamentos Online Ltda ("Yapay"). No curso do inquérito policial, a autoridade policial determinou a intimação de Ricardo Gora e Gilberto Mautner, diretores da companhia, para prestarem esclarecimentos, sendo que tais diretores destacaram que a Yapay (i) só intermedia transações financeiras dentro de sua plataforma, não tendo responsabilidade sobre as origens e destinos das transações fornecidas pelos usuários; e (ii) bloqueou o valor depositado (aguardando notificação para sua restituição). Após manifestação favorável do Ministério Público, em setembro de 2020 foi protocolada sentença extinguindo a punibilidade e determinando arquivamento dos autos.

Há outros dois inquéritos policiais nos quais não figuramos como parte, mas como terceiros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 04 de dezembro de 2019, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar os riscos aos quais estamos expostos. A Política de Gerenciamento de Riscos é aplicável a nós e às nossas controladas.

O inteiro teor de nossa Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades gerais a serem observados no processo de identificação, avaliação, direcionamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos quais nós estamos ou podemos ficar expostos na busca do cumprimento de nossos objetivos e estratégias ("Gerenciamento de Riscos"), visando reduzir a probabilidade de incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

i. riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos que podem causar impactos negativos para nós (Companhia e Controladas), sendo os principais riscos classificados da seguinte forma:

Riscos operacionais e tecnológicos: são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de ambiente tecnológico, incluindo ataques cibernéticos, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais por via digital ou telefônica), acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro e interrupção dos sistemas, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação de nossos negócios. Inclui risco jurídico associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados por nós, ao descumprimento de dispositivos legais e ao pagamento de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades que desenvolvemos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos financeiros: são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, que afetam as receitas das contratações de nossos produtos e serviços, tais como: mudança de câmbio, taxas de juros e inflação. Os riscos financeiros também englobam os riscos de liquidez e de crédito causados por falhas de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer principalmente no caso de recebíveis originados por clientes e por aplicações financeiras.

Riscos de compliance: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e de nossos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais nos relacionamos, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.

Riscos estratégicos: são os riscos que podem impedir ou afetar o atingimento ou implementação de nossas decisões estratégicas e dos resultados pretendidos para os nossos negócios.

Riscos regulatórios: são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva e afetar significativamente a administração eficiente dos nossos negócios.

Riscos corporativos: são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou o atendimento de nossos objetivos.

Riscos de imagem: são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.3, que podem causar danos à nossa reputação, imagem, credibilidade e/ou marcas, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

ii. instrumentos utilizados para a proteção

Identificamos e tratamos os riscos aos quais estamos expostos com o intuito de mitigá-los e mantê-los em um nível aceitável, típico de atividade empresarial e intrínseco aos seus negócios.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco", ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos: (i) de baixa probabilidade e baixo impacto; (ii) de baixa probabilidade e alto impacto; (iii) de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim (iv) de alta probabilidade e alto

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

impacto, auxiliando nos processos decisórios e na definição do nosso apetite a risco. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, buscamos implementar nossos procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

Além da Matriz de Risco, são utilizados mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e proteger nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos na seção 5.1 deste Formulário de Referência.

Também possuímos códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial com o intuito de minimizar nossa exposição aos riscos previstos no item "i" acima.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Recursos Humanos, Comitê de ESG, Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários, ou não, poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

▪ O nosso Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (i) aprova Política de gerenciamento Riscos e suas revisões futuras;
- (ii) estabelece as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos;
- (iii) avalia e aprova a Matriz de Riscos;
- (iv) acompanha e direciona o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- (v) supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;
- (vi) avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos;
- (vii) define o nosso apetite a riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(viii) acompanha a evolução do gerenciamento de riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos; e

(ix) monitora os Comitês de Auditoria, de Segurança da Informação e de Ética, bem como quaisquer outros comitês de assessoramento estatutários ou não, acaso existentes, e define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema.

▪ **O nosso Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:**

(i) avalia e monitora nossa exposição aos riscos que possam afetar a continuidade de nossos negócios; supervisiona as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil, avaliando as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(ii) opina na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(iii) avalia a efetividade do nosso modelo de gerenciamento de riscos e sugere soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;

(iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de gerenciamento de riscos;

(v) assessora o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos;

(vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e

(vii) recebe e trata informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a nós, além de regulamentos e códigos internos.

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado acobrar despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

▪ **O nosso Comitê de Ética, dentre outras atribuições:**

(i) desenvolve e gere políticas e normas internas de conduta e integridade, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas e atender às legislações vigentes, bem como assegurar a conformidade com leis, regulamentos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

internos, políticas e procedimentos, conforme aplicável;

(ii) desenvolve e implementa estrutura de controles internos que permita compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos relacionados a questões éticas e de integridade, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma tempestiva e eficiente;

(iii) monitora e responde às demandas provenientes do nosso canal de denúncia e endereça eventuais questões ao Comitê de Auditoria ou, em casos de extrema relevância, ao Conselho de Administração; e

(iv) observa, avalia e recomenda a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as nossas áreas de negócios.

▪ **O Comitê de Segurança da Informação, dentre outras atribuições:**

(i) discute e propõe projetos, iniciativas e demandas relacionadas ao Gerenciamento de Riscos no tocante às questões envolvendo riscos tecnológicos e de segurança da informação;

(ii) assegura a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos aplicáveis a matérias relacionadas à segurança da informação;

(iii) desenvolve e gere políticas e normas internas a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas, visando evitar riscos tecnológicos e resguardar a segurança da informação;

(iv) promove a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;

(v) monitora os controles associados aos principais riscos no tocante a questões envolvendo riscos tecnológicos e de segurança da informação;

(vi) mantém sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam prontas e integralmente corrigidas; e

(vii) implementa ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados às áreas de tecnologia e de segurança da informação.

Nossa estrutura organizacional de processos de gerenciamento de riscos e de controles internos utiliza como parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)-COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos, conforme processo abaixo:

- **Ambiente Interno:** o ambiente interno inclui a estrutura organizacional, os recursos humanos e físicos, a cultura e os nossos valores, sendo considerado a base para todos os demais componentes da estrutura de controles, estabelecendo a forma, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos administradores e demais colaboradores alocados fisicamente em nossas dependências, em relação à estrutura de controles internos.
- **Fixação de Objetivos:** os objetivos devem ser estabelecidos antes da identificação das situações em potencial que poderão afetar sua realização. O Gerenciamento de Riscos envolve a adoção, pela nossa Administração, de processos que visam estabelecer o alinhamento entre os objetivos fixados e a nossa missão, levando-se em consideração sua disposição para um determinado apetite a risco.
- **Identificação de Eventos:** após a fixação dos objetivos, devem ser identificados os eventos que podem prejudicar a realização destes objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser classificados como riscos, oportunidades, ou ambos. A identificação das ocorrências que podem impactar adversamente nossos objetivos pode ser realizada de diversas formas, dentre as quais se destacam: (i) realização de auditorias internas periódicas; (ii) comunicações realizadas por colaboradores; (iii) alertas emitidos pelos sistemas de monitoramento; (iv) contatos de clientes relatando algum problema em seus produtos ou serviços; e/ou (v) denúncias realizadas pelo canal externo próprio para esse fim.
- **Avaliação de Riscos:** os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, então, devem ser associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade de ocorrência e os impactos que podem causar a nós, nossos *stakeholders* e terceiros. Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto sobre nossos negócios, inclusive, sobre a nossa imagem e reputação. Cada decisão leva em consideração os benefícios, os aspectos negativos e os riscos atrelados, mensurando a relação entre impacto e mitigação, para desenvolver planos de contingência e de continuidade adequados aos nossos negócios. Desta forma, os riscos identificados são classificados utilizando-se a Matriz de Riscos (mencionada no item "ii" acima), de acordo com o grau de relevância envolvido.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Resposta a Risco**: após a identificação e avaliação dos riscos, devem ser avaliadas as possíveis respostas aos referidos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. O tratamento conferido a cada um dos riscos identificados deve levar em consideração um conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e disposição para tais riscos.
- **Atividades de Controle**: são os procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos identificados sejam executadas de forma tempestiva e eficiente.
- **Informações e Comunicações**: a comunicação eficaz é aquela que flui na organização em todas as direções, no tocante ao Gerenciamento de Riscos, de modo que nossos colaboradores recebam informações claras e precisas quanto às suas funções e responsabilidades.
- **Monitoramento**: o monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, entendemos que nossa estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

Conforme mencionado, a nossa estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetros as diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

Nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do nosso Conselho de Administração em 04 de dezembro de 2019 ("Comitê de Auditoria"), deve: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatórias; e (iv) fiscalizar a atividade

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal.

O nosso Conselho de Administração acredita que o nosso Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para cumprimento de seus deveres e atribuições, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

O registro das nossas operações é efetuado por meio de um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, que nos possibilita integrar todos os nossos dados e processos em um único sistema. Ademais, o monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de Finanças, que é responsável por controlar todas as nossas movimentações financeiras e reportá-las à alta administração. A área de Controladoria e Finanças também avalia a razoabilidade dos saldos de todas as movimentações financeiras e, em hipótese de discrepâncias relevantes, justificativas e ajustes são solicitados às respectivas áreas.

Ademais, a área de Controladoria também realiza a análise das variações das contas patrimoniais e de resultado. Todas as variações significativas das contas patrimoniais e de resultado são analisadas para checagem da coerência das justificativas e, caso haja quaisquer falhas identificadas, essas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

▪ O nosso Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (i) aprova Política de gerenciamento Riscos e suas revisões futuras;
- (ii) estabelece as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos;
- (iii) avalia e aprova a Matriz de Riscos;
- (iv) acompanha e direciona o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- (v) supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executados por nós;

5.2 Descrição dos controles internos

- (vi) avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos;
- (vii) aprova as atribuições e orçamentos da Área de Auditoria Interna, quando aplicável;
- (viii) define o nosso apetite a riscos;
- (ix) acompanha a evolução do gerenciamento de riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos; e
- (x) monitora os Comitês de Auditoria, de Segurança da Informação e de Ética, bem como quaisquer outros comitês de assessoramento estatutários ou não, acaso existentes, e define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema.

- **O nosso Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:**

- (i) avalia e monitora nossa exposição aos riscos que possam afetar a continuidade de nossos negócios; supervisiona as atividades da Área de Auditoria Interna ou da Auditoria Externa contratada, conforme aplicável, assim como das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil, avaliando as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (ii) opina na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (iii) avalia a efetividade do nosso modelo de gerenciamento de riscos e sugere soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
- (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de gerenciamento de riscos;
- (v) assessora o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos;
- (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração, assim como avalia a adequação da estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna, quando aplicável; e
- (vii) recebe e trata informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a nós, além de regulamentos e códigos internos.

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o

5.2 Descrição dos controles internos

detalhadamente de suas funções e procedimentos operacionais.

- **O nosso Comitê de Ética, dentre outras atribuições:**

- (i) desenvolve e gere políticas e normas internas de conduta e integridade, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas e atender às legislações vigentes, bem como assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos, conforme aplicável;
- (ii) desenvolve e implementa estrutura de controles internos que permita compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos relacionados a questões éticas e de integridade, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma tempestiva e eficiente;
- (iii) monitora e responde às demandas provenientes do nosso canal de denúncia e endereça eventuais questões ao Comitê de Auditoria ou, em casos de extrema relevância, ao Conselho de Administração; e
- (iv) observa, avalia e recomenda a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as nossas áreas de negócios.

- **O Comitê de Segurança da Informação, dentre outras atribuições:**

- (i) discute e propõe projetos, iniciativas e demandas relacionadas ao Gerenciamento de Riscos no tocante às questões envolvendo riscos tecnológicos e de segurança da informação;
- (ii) assegura a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos aplicáveis a matérias relacionadas à segurança da informação;
- (iii) desenvolve e gere políticas e normas internas a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas, visando evitar riscos tecnológicos e resguardar a segurança à informação;
- (iv) promove a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;
- (v) monitora os controles associados aos principais riscos no tocante a questões envolvendo riscos tecnológicos e de segurança da informação;
- (vi) mantém sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas; e

5.2 Descrição dos controles internos

(vii) implementa ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados às áreas de tecnologia e de segurança da informação.

Além do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, as áreas jurídica, financeira e de controladoria da Companhia, com o apoio das áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos. As funções desempenhadas por tais áreas seguem as diretrizes definidas em nossa política de Gerenciamento de Riscos, nosso Código de Ética e Conduta e nas demais políticas da Companhia, de modo a zelar pelo cumprimento de tais políticas e código tanto por nossos administradores, funcionários e demais colaboradores, quanto por terceiros que mantêm contratos com a Companhia. Violações às políticas e códigos da Companhia que sejam constatadas pelas áreas jurídica, financeira e de controladoria da Companhia no âmbito do exercício de funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, devem ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das nossas demonstrações financeiras e práticas contábeis adotadas por nós está descrito no item 5.3.a deste formulário de referência.

Em cumprimento ao disposto no Art. 23, Parágrafo Único, do Regulamento do Novo Mercado da B3, em alternativa à constituição de área própria de Auditoria Interna, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2020, autorizou a contratação, pela Diretoria, de auditor independente registrado na CVM, Magalhães Andrade Auditores Independentes, para realizar auditoria de nossos controles internos, sendo também responsável pela avaliação, independente e objetiva, da qualidade e eficácia dos processos de gerenciamento de nossos riscos e do ambiente de nossos controles internos.

A Auditoria Interna juntamente com as áreas responsáveis e a Diretoria Financeira tem como responsabilidade gerar relatório que apresenta as recomendações de melhoria dos principais pontos de controle levantados, o plano de ação para melhoria dos pontos de controle, o(s) responsável (eis) pela implementação do plano e o prazo para sua implementação. Como são muitos trabalhos em diversas áreas da Empresa são vários os responsáveis pelo cumprimento do plano de ação. Em qualquer caso, a Diretoria da área auditada toma conhecimento dos pontos de controle levantados no relatório de Auditoria Interna e acompanha a sua execução de forma a garantir a sua efetividade com o apoio da Diretoria Financeira.

5.2 Descrição dos controles internos

A Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria periodicamente um resumo dos relatórios mais relevantes com a informação dos riscos, do ambiente geral de controle e a possibilidade de perdas. Além do relatório da Auditoria Interna, os auditores independentes emitem um relatório com sua opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras anuais preparadas pela Diretoria Financeira e outro relatório contendo as recomendações de melhorias acerca do ambiente de controles internos da companhia destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

O relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não contém identificação de deficiências significativas nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores informam que não houveram deficiências significativas nos controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes, reduzindo o risco de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

Em 22 de junho de 2023, nosso Conselho de Administração deliberou pela aprovação da atualização do nosso Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de fraudes e práticas ilícitas contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Ética, questões de fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas pela Política de Gerenciamento de Riscos e por nossas demais políticas, conforme descrito no item "i" a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos, em reunião realizada em 04 de dezembro de 2019, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos: (i) política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança estabelecem padrões de conduta, regras internas para

5.3 Programa de integridade

alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Possuímos, ainda, comitês de assessoramento não estatutários: (a) Comitê de ESG, (b) Comitê de RH, (c) Comitê de Auditoria; (d) Comitê de Segurança da Informação; e (e) Comitê de Ética, aos quais competem, dentre outros, monitorar e avaliar as políticas, procedimentos e as práticas de Gerenciamento de Riscos da Companhia voltados para questões relativas a integridade, fraudes e atos ilícitos contra a administração pública.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Possuímos um Comitê de Ética responsável por promover os princípios do Código de Ética e por supervisionar a sua aplicação. O Comitê de Ética é o responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do nosso Código de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade, bem como também avaliar casos que deverão ser submetidos à análise do nosso Diretor - Presidente. Caso não esteja instalado, cabe ao Diretor de Recursos Humanos a propositura de tais medidas necessárias.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o nosso Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os nossos fornecedores, clientes e parceiros.

Realizamos treinamentos periódicos a todas as pessoas que mantém vínculo estatutário ou empregatício com a nossa Companhia, a fim de recordar as normas e princípios do nosso Código de Ética, além de esclarecer eventuais questionamentos.

5.3 Programa de integridade

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

O nosso Código de Ética prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser: (i) suspensão; (ii) desligamento; (iii) encerramento da relação contratual; ou (iv) propositura de ações judiciais.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Adotamos um Código de Ética, que em sua última versão, foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2023. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da nossa Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://canalconfidencial.com.br/lwsa/>

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é operado por empresa terceirizada (Aliant. ICTS Global do Brasil LTDA). Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

5.3 Programa de integridade

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. O caminho está citado em nosso Código de Ética e Conduta, disponibilizado ao público em geral, no Site de Relações com Investidores.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e comprometemo-nos a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a nossa área de Compliance e os resultados são encaminhados para a Diretoria de Gente e Gestão e Diretoria Jurídica. Os casos críticos são submetidos ao Comitê de Ética para deliberações de ações e medidas disciplinares.

As denúncias relativas a questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolverem membros da administração da Companhia (conselheiros e diretores) também deverão ser reportadas ao Comitê de Auditoria da nossa Companhia, que acompanhará e oferecerá suporte às decisões do Comitê de Ética nessas situações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não tivemos casos de irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a esta Seção 5 foram disponibilizadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDREA GORA COHEN						
176.033.738-24	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
16.086.065	2,858	0	0,000	16.086.065	2,858	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CLAUDIO GORA						
176.033.708-09	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
36.227.821	6,436	0	0,000	36.227.821	6,436	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GENERAL ATLANTIC (LW), L.P.						
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	18/05/2022		
Não	BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.		Juridica		00.066.670/0001-00	
89.695.100	15,935	0	0,000	89.695.100	15,935	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GILBERTO MAUTNER						
072.442.868-21	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
36.541.221	6,492	0	0,000	36.541.221	6,492	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MICHEL GORA						
187.802.538-49	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
35.344.424	6,279	0	0,000	35.344.424	6,279	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Nuveen LLC						
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	15/12/2023		
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40		
34.084.500	6,055	0	0,000	34.084.500	6,055	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RICARDO GORA						
296.796.898-67	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
36.083.221	6,410	0	0,000	36.083.221	6,410	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
4.139.669	0,735	0	0,000	4.139.669	0,735	
OUTROS						
274.684.457	48,799	0	0,000	274.684.457	48,799	
TOTAL						
562.886.478	100,000	0	0,000	562.886.478	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	39.218
Quantidade acionistas pessoa jurídica	281
Quantidade investidores institucionais	475

Ações em Circulação

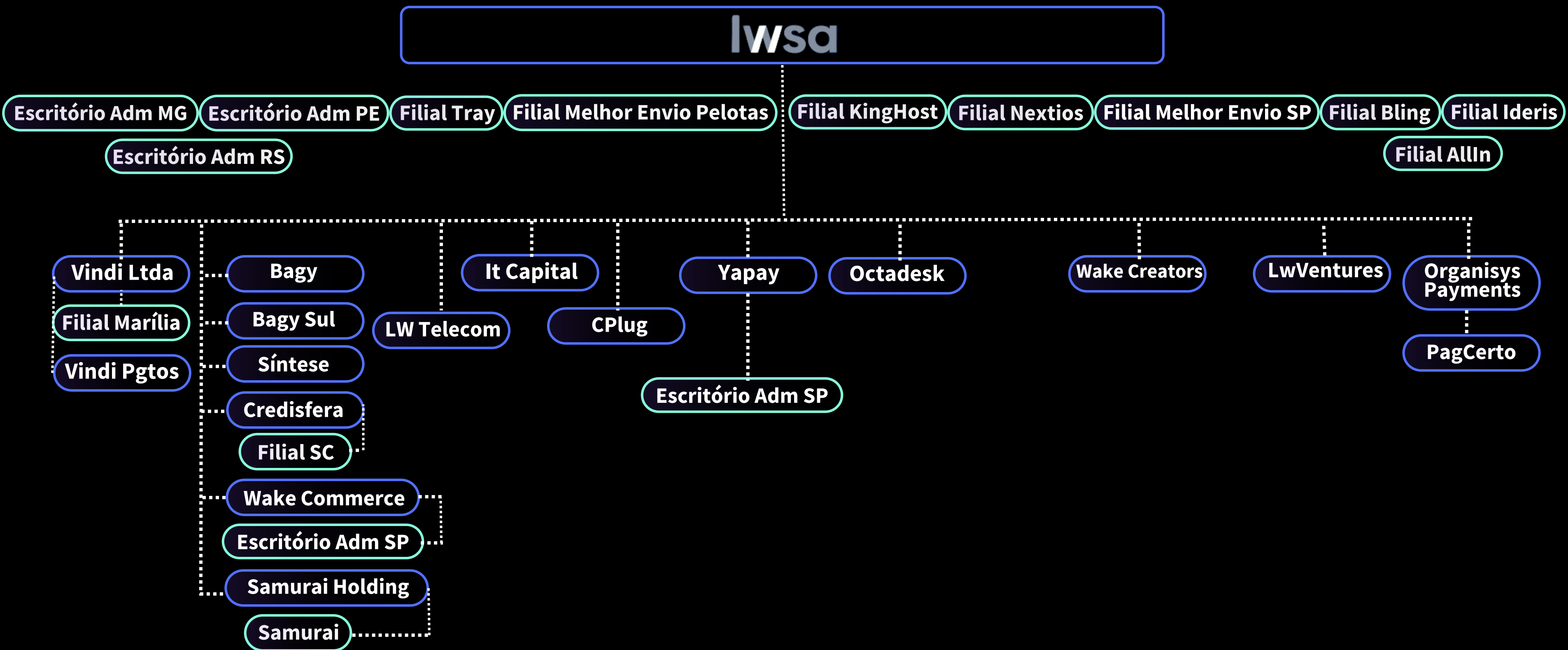
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	388.793.259	69,071%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	388.793.259	69,071%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA. ("DELIVERY DIRETO")	11.322.459/0001-28	100
LOCAWEB TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42	100
YAPAY PAGAMENTOS ONLINE LTDA.	14.338.304/0001-78	100
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02	100
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52	100
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17	100
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16	100

Estrutura LWSA - fev/25



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes, além daquelas já descritas nesta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando

Conselho de Administração:

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, oito membros efetivos, sendo ao menos dois ou 20% (vinte por cento), o que for maior, Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Os nossos membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição.

Atualmente, o nosso Conselho de Administração é composto por oito membros eleitos em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023. O mandato dos atuais conselheiros encerrar-se-á na data da nossa Assembleia Geral Ordinária que aprovará as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas gerais de negócios, incluindo nossa estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão de nossa Diretoria.

De acordo com o nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete ao nosso Conselho de Administração:

- i. exercer as funções normativas das nossas atividades e de nossas controladas, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- ii. eleger e destituir os Diretores;
- iii. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no nosso Estatuto Social;
- iv. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, o caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- v. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os nossos livros e papéis e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- vi. apreciar os resultados trimestrais e anuais das nossas operações;
- vii. escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- viii. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre suas submissão à Assembleia Geral;
- ix. aprovar os nossos orçamentos anuais e suas respectivas alterações;
- x. deliberar sobre os temas do Artigo 6º, Parágrafos 1º e 2º do nosso Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, nos termos do Artigo 5, Parágrafo 4º do nosso Estatuto Social;
- xi. deliberar sobre a aquisição de ações de nossa própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de nossa emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- xii. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers);
- xiii. autorizar previamente a celebração de acordo de sócios ou acionistas envolvendo a nossa Companhia ou nossas controladas, como acionista ou quotista;
- xiv. orientar votos a serem proferidos pelo nosso representante nas Assembleias Gerais ou Reunião de Quotistas das nossas controladas;
- xv. indicar administradores de nossas controladas, sendo certo que a indicação dos executivos principais será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, exceto por deliberação contrária da maioria dos Conselheiros;
- xvi. apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- xvii. aprovar a outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos nossos ativos, sempre que: (a) estejam fora do curso normal dos nossos negócios e/ou em desacordo com as nossas práticas passadas, ressalvado desde já que se encontra dentro do curso normal dos nossos negócios a outorga ou a concessão de garantias (inclusive fiança) por nós ou por nossas subsidiárias em contratos de locação celebrados pelas nossas controladas, assim como seus respectivos aditivos e/ou renovações; ou (b) não sejam para garantir uma ação judicial ou extrajudicial nossa ou de nossas subsidiárias;
- xviii. aprovar a obtenção e contratação de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nosso nome, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- xix. aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- xx. aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- xxi. deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento e a eleição de seus membros;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xxii. aprovar atribuições da área de auditoria interna, e dos comitês de assessoramento, se e quando instaurados, assim como seus respectivos orçamentos;
- xxiii. aprovar os regimentos internos ou nossos atos regimentais e nossa estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (g) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, desde que obrigatórios pela regulamentação aplicável;
- xxiv. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- xxv. aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre nós e nossas sociedades coligadas ou (b) nossas controladas diretas e indiretas, no curso normal de seus negócios;
- xxvi. elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de nossa emissão, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao nosso interesse e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação a nós; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- xxvii. contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) igual ou superior a R\$1.000.000,00;
- xxviii. determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas nossas subsidiárias, controladas ou coligadas;
- xxix. autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, cujo valor seja superior a R\$2.000.000,00;
- xxx. deliberar sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- xxxi. deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e, ainda,
- xxxii. fixar a remuneração global anual dos membros dos Comitês não estatutários, se aplicável.

O nosso Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de dezembro de 2019 e pode ser consultado em nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br).

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Conselho Fiscal:

Atualmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Em reunião realizada em 04 de dezembro de 2019, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Indicação".

A nossa Política de Indicação, como diretriz geral, propõe o preenchimento dos cargos elegíveis com base em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero.

Os indicados aos cargos elegíveis deverão ser profissionais altamente qualificados, com relevante experiência profissional, técnica e acadêmica, e com reputação ilibada.

Quando da indicação de membros dos cargos elegíveis, serão observados os critérios de integridade (*background check* de integridade).

No processo de seleção será realizada a busca de candidatos com conhecimentos e experiências nos setores de negócios em que nós e nossas controladas atuamos ou venhamos a atuar.

O nosso Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco e no máximo oito membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão indicados pela Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. Também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto a Companhia tiver acionista controlador.

Quando em decorrência da observância do percentual referido no item acima o resultado gerar um número fracionário, nós devemos proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Os membros indicados ao nosso Conselho de Administração deverão observar os seguintes parâmetros, além dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis: (i) engajamento e compromisso com os nossos valores e nossa cultura; (ii) comprometimento com os termos previstos no Código de Ética; (iii) adesão adequada à função e comprometimento com a responsabilidade advinda do cargo.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, conforme os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O Conselho de Administração sempre indicará uma chapa de candidatos a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

Cada candidato ao cargo de conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, comprovando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, apresentando a respectiva justificativa, se reconhecida alguma das situações previstas no artigo 16, § 2º do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração deverá validar a manifestação sobre a independência do(s) candidato(s) a membro(s) independentes do Conselho de Administração, a ser apresentada na proposta da administração relativa à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de administradores.

O procedimento previsto no item acima não se aplica às indicações de candidatos a membro do Conselho de Administração: (a) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto a distância; ou (b) para eleição mediante votação em separado.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Observados os percentuais de ações e demais condições previstas na regulamentação e legislação aplicáveis, os acionistas podem indicar membros para compor o Conselho de Administração quando houver cargos vagos, com ao menos 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato dentro do prazo previsto no item anterior possibilitará a inclusão de seu nome do mesmo no boletim de voto à distância e inclusão de suas informações na proposta da administração referentes à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato fora do prazo previsto no item anterior não possibilitará a inclusão do nome do candidato no boletim de voto à distância e informações na proposta da administração. Não obstante, a solicitação de inclusão de candidato será amplamente divulgada ao mercado ou, caso não haja tempo hábil, na própria Assembleia Geral.

Ainda, nos termos do artigo 3º do anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 80"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

- I. cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da resolução CVM nº 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e, ainda,
- II. currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos da Política de Indicação.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada um ano, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente. A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato de cada membro do Conselho de Administração. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho de Administração ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, duas reuniões ordinárias desde a

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa independente especializada para fins de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações:

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e, ainda, (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos:

Na data deste Formulário de Referência, não havíamos contratado serviços de consultoria ou assessoria externas para avaliação de desempenho de nossos órgãos e/ou comitês.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral de acionistas, aquele que tiver interesse conflitante com o nosso.

O membro do Conselho de Administração que tiver interesse conflitante com o nosso deverá cientificar os demais membros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

impedimento e, de acordo com o Regimento Interno do nosso Conselho de Administração, na hipótese de o membro que tiver interesse conflitante com o nosso, não cumprir com a obrigação acima, os demais membros do Conselho de Administração, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

Ainda, em caso de conflito de interesse o conselheiro deverá observar a "Política de Uso e Divulgação de Informações da Locaweb Serviços de Internet S.A." e a "Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Locaweb Serviços de Internet S.A.".

Adicionalmente, de acordo com a "Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses Locaweb Serviços de Internet S.A.", aprovada em 04 de dezembro de 2019, conflitos de interesses consiste no envolvimento de uma parte relacionada em processo decisório no qual não esteja em condições de comutatividade e independência, tendo ela o poder de influenciar o seu final resultado e assegurar ganho para si, algum familiar ou terceiro com o qual esteja envolvida, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento.

Caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os nossos administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito.

Cada transação com Partes Relacionadas em potencial deverá ser analisada pela Diretoria para determinar se ela de fato constitui uma transação com Partes Relacionadas sujeita à aprovação do Conselho de Administração.

Caso solicitado pelo nosso Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores envolvidos em transação com Partes Relacionadas poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar mais informações sobre tal transação e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção de discutir e votar a respeito deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Para mais informações sobre a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, vide seção 11 deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem nossos acionistas não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

O inteiro teor do nosso Código de Ética, de nossa Política de Uso e Divulgação de Informações, nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários de nossa emissão e de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses podem ser acessados no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

A Diretoria da Companhia é composta, atualmente, por dois membros autodeclarados do gênero feminino e seis membros autodeclarados do gênero masculino.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

A Diretoria da Companhia é composta, atualmente, por oito membros autodeclarados brancos.

O Conselho de Administração da Companhia é composto, atualmente, por oito membros autodeclarados brancos.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não possui membros que se autodeclarem por outros atributos de diversidade.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui até o momento deste Formulário de Referência objetivos específicos de diversidade de gênero entre os membros da administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A LWSA está comprometida com o desenvolvimento de uma agenda de negócio que integra boas práticas de ESG em todos os níveis da Companhia. Em 2023, foi publicado no Relatório de ESG as Metas 2030, sendo objetivos desenvolvidos com o engajamento do Conselho de Administração (CA), que a empresa almeja alcançar com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma das metas é ser uma empresa carbono neutro. O plano de ação e as práticas relacionadas são acompanhadas pelo Comitê de RH e ESG, sendo um apoio na definição das diretrizes estratégicas, acompanhamento da agenda de sustentabilidade e a validação do plano de trabalho.

Neste contexto, destaca-se que a Companhia estruturou em 2023 seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa. As emissões inventariadas foram neutralizadas através da compra de créditos de carbono, de acordo com o registro global VERRA, seguindo as diretrizes do programa Verified Carbon Standards (VCS). A partir deste documento, a Companhia está em fase de planejamento de suas ações no tema, relacionadas ao desafio global de combate aos efeitos das mudanças no clima, com o engajamento do Comitê de RH e ESG e do Conselho de Administração, na definição da estratégia, aprovação e acompanhamento de plano de trabalho e supervisão e gerenciamento de riscos e oportunidades.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	3	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	0	15	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O Conselho de Administração conta com o apoio de comitês de assessoramento não estatutários, visando monitorar os controles internos e gerenciar riscos que podem afetar a nós e a nossas controladas. Em 04 de dezembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou, em reunião, a criação de um Comitê de Auditoria, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria contam, ainda, com o apoio de outros dois comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Ética e Conduta e o Comitê de Riscos de Segurança da Informação, cujas atribuições estão previstas nas nossas Políticas de Governança. Adicionalmente, temos o Comitê de Recursos Humanos, que apoia as atividades de gestão e desenvolvimento de pessoas, atração e retenção de talentos, remuneração e, também, o Comitê de ESG, que visa as boas práticas de sustentabilidade.

b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não exista uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do nosso Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao nosso Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A LWSA dispõe de um canal de denúncias corporativo, o Canal de Ética e Conduta, por meio do qual é possível que todos os colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais da LWSA e acionistas comuniquem, de forma nominal ou anônima, a seu critério, casos de fraude, corrupção, desvios éticos e de conduta, ou quaisquer situações que possam caracterizar violação do Código de Ética e Conduta da companhia, bem como questões relacionadas às práticas de ASG e de conformidade. Este canal é gerido por uma instituição independente, para garantir a confidencialidade e sigilo das denúncias.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O canal pode ser acessado via telefone: 0800 591 3128, de segunda à sexta, das 09h às 17h. Ou via internet: <https://canalconfidencial.com.br/lwsa/>

O Comitê de Ética e Conduta é o órgão responsável pelo acompanhamento das denúncias realizadas por intermédio desse canal, reportando diretamente ao Conselho de Administração, quando necessário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ALESSANDRO DALMEDICO GIL **CPF:** 212.798.258-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Publicitário **Data de Nascimento:** 09/11/1977

Experiência Profissional: Com mais de 20 anos de carreira, Alessandro Gil possui extensa experiência em e-commerce e estratégia de expansão de negócios. É formado em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), com MBA em Marketing. Antes de chegar a LWSA, passou por empresas como, LINX, VTEX, Rakuten Brasil e Ikeda, onde foi sócio. Na LWSA lidera as plataformas Enterprise de SaaS e-Commerce. Sr. Alessandro Dalmédico Gil não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Alessandro Dalmédico Gil declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2023	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócio	01/12/2023	Sim	27/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANDRÉ KINJO KUBOTA **CPF:** 335.148.858-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 08/09/1984

Experiência Profissional: Engenheiro de produção formado pela Universidade de São Paulo, completou o level III do CFA e possui formação executiva na Harvard e ISE Business School em inovação e liderança. Iniciou a carreira com passagens em bancos (Santander, Itaú e ItauBBA) e foi sócio da Constellation Asset Management (cobrindo os setores de TMT e Financeiro, dentre outros). Em 2013, atuou também na Hidrovias do Brasil, com passagens por Novos Negócios e M&A e como CFO e DRI durante o processo de IPO. Desde 2022 foi CFO da AmbarTech (empresa de tecnologia voltada a construção civil).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	01/12/2025	Diretor de Relações com Investidores		10/10/2024	Sim	10/10/2024
Diretoria	10/10/2024	01/12/2025	Outros Diretores	Chief Financial Officer (CFO)	10/10/2024	Sim	10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANDREA GORA COHEN **CPF:** 176.033.738-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 06/11/1971

Experiência Profissional: Formada em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), iniciou suas atividades na LWSA em 2005, comandando as áreas jurídica, de recursos humanos e administrativa. Antes de ingressar na LWSA, atuou na área têxtil e de varejo. Na LWSA ocupou o cargo de Diretor Administrativo entre 2007 e 2019 e, desde a sua renúncia, faz parte do nosso Comitê de Recursos Humanos e Comitê de ESG. A Sra. Andrea Gora Cohen não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, a Sra. Andrea Gora Cohen declarou a nós não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CLAUDIO GORA **CPF:** 176.033.708-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 15/06/1973

Experiência Profissional: Formado em Propaganda e Marketing pela Universidade Paulista - UNIP em 1998. Trabalhou na área têxtil durante 10 anos, acumulando experiências na área comercial e marketing das marcas da Companhia. Foi um dos fundadores da LWSA em 1998, no cargo de Diretor Comercial e Marketing, ajudando a fortalecer a marca da LWSA. Em 2012 passou para o nosso Conselho de Administração e deixou o cargo de CMO. É administrador não sócio da LWSA, desde Outubro de 2018, companhia integrante do nosso grupo econômico. O Sr. Claudio Gora não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Claudio Gora declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FERNANDO BIANCARDI CIRNE **CPF:** 169.278.538-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro mecânico **Data de Nascimento:** 12/12/1972

Experiência Profissional: Engenheiro formado pela Universidade de São Paulo, com MBA pelo IBMEC. Desenvolveu parte de sua carreira na Editora Abril, onde começou como trainee, desenvolveu toda a operação de vendas e relacionamento de assinaturas pela internet e atuou como Diretor de Marketing Direto e Diretor de e-Business. Na Locaweb (atual LWSA) atuou como CMO, Diretor Geral da Unidade Locaweb Varejo e desde Março de 2018 é presidente do Grupo. É responsável pelas 5 unidades de negócio que compõem a LWSA: Commerce PME, Wake, ERP / Gestão, Financial Services e Be Online / SaaS . Estas Unidades contemplam importantes marcas como LOCAWEB, TRAY, KING HOST, VINDI, BLING e MELHOR ENVIO e dentre outras. Sob sua gestão a Locaweb realizou processo de abertura de capital (IPO), Follow On e mais de 20 aquisições de empresas. Fernando é também mentor e embaixador na Endeavor e foi eleito um dos melhores CEOs da América Latina em empresas de Tecnologia, Mídia e Telecomunicação pelo ranking da revista Institutional Investor em 2021, 2022 e 2023. O Sr. Fernando Biancardi Cirne não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Biancardi Cirne declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/02/2025	Até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		10/02/2025	Sim	10/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FLAVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA **CPF:** 921.962.337-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/07/1966

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Elétrica, com ênfase em eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É membro do conselho de administração. Foi eleito Vice-Presidente de Marketing no período de março de 2018 a dezembro de 2019 e CEO da Companhia de janeiro de 2013 a março de 2018. Entre 2008 e 2012 foi membro do Conselho de Administração e do conselho consultivo da Companhia. É presidente do conselho de administração da empresa International Meal Company Alimentação S.A. desde maio de 2019 e conselheiro desde janeiro de 2018. É conselheiro das empresas Digipix Gráfica Digital S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, Allied Tecnologia S.A., distribuidora e varejista de produtos eletrônicos e celular e Estácio Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 H S.A. – Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel “Guiato”. É sócio gestor da empresa XS Consultoria em Tecnologia Ltda. Foi responsável pelo início do site “Submarino.com”, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do “Submarino.com” durante o IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a “Americanas.com” que resultou na companhia B2W – Companhia Digital. Foi conselheiro da empresa CETIP-SA – Mercados Organizados, no período de julho de 2009 a maio de 2012, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros, hoje parte da B3. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional Ltda., no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Foi conselheiro da empresa Fleury S.A., laboratório de análises clínicas, no período de outubro de 2015 a maio de 2019. O Sr. Flávio Jansen não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Flávio Jansen declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome GILBERTO MAUTNER **CPF:** 072.442.868-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/10/1971

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA em 1993, é um dos fundadores da nossa Companhia. Foi consultor na Andersen Consulting (atual Accenture) de outubro de 1994 a agosto de 1997, período ao longo do qual acumulou experiências na área de tecnologia em diversos projetos nos setores financeiro, farmacêutico e energia, além de pesquisas internas para a empresa em Palo Alto. Após fundar a Locaweb em 1998, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios e Tecnologia. Em 2007 assumiu a posição de CEO da Companhia e, em 2012 passou a integrar o conselho de administração da Companhia. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Gilberto Mautner não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gilberto Mautner declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Vice Presidente Cons. de Administração		28/04/2023	Sim	06/10/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome GUSTAVO GOMES SALVIANO **CPF:** 260.606.198-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Cientista da Computação **Data de Nascimento:** 03/08/1977

Experiência Profissional: Graduado em Ciências da Computação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista, com pós-graduação em administração de empresas pela FGV e MBA em Sistemas de Telecomunicações pela Federal Fluminense. Mais de 20 anos de experiência no mercado de TI, desenvolvendo atividades de arquitetura, projetos e operação. Iniciou sua carreira na Dedalus Sistemas (maior parceira Sun Microsystems) como estagiário, chegando à gerência de Suporte. Seguiu sua carreira no grupo Telefonica/Vivo, comandando a operação de DataCenter B2B e desenvolvimento de projetos corporativos. Em sua última passagem, assumiu a Superintendência de operações de TI da Dasa, sendo responsável por vasto projeto de estabilização sistêmica, renovação tecnológica e melhoria contínua, suportando a forte demanda e crescimento de NPS. O Sr. Gustavo Gomes Salviano não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gustavo Gomes Salviano declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2023	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Tecnologia	01/12/2023	Sim	17/02/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome HIGOR DE ARAÚJO FRANCO **CPF:** 296.936.558-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Tecnólogo em telecomunicações **Data de Nascimento:** 28/03/1982

Experiência Profissional: Formado pela universidade Anhembi Morumbi, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas em gestão de TI e especializações pelo IESE/ISE e MIT. Atuou na formatação do portfólio e estratégia do UOLDIVEO (empresa de tecnologia do Grupo UOL) como Gerente Geral de Arquitetura de Soluções, Produtos e Marketing de 2008 até 2015 conduzindo áreas de Produtos, Arquitetura de TI e Marketing. Pela IBM como LA Cloud Manager, atuou no time global de estratégia de Cloud Computing e foi responsável por gerenciar o time de produtos e arquitetura de Cloud IBM para toda América Latina entre 2015 e 2016. Posteriormente atuou na DASA como Superintendente de TI/CTO, durante 2016 e 2017, sendo responsável pela implementação da transformação digital, gestão da inovação e adoção de frameworks de sustentação e evolução de tecnologia. Atualmente na LWSA é o responsável pela área de Varejo. O Sr. Higor de Araújo Franco não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Higor de Araújo Franco declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2023	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	01/12/2023	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome LUIZ OTAVIO RIBEIRO **CPF:** 068.221.816-28 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/04/1984

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Ribeiro é membro independente do Conselho de Administração da Locaweb e Managing Director e Co-Head do escritório do Brasil da General Atlantic, com foco em investimentos na América do Sul. Antes de ingressar na General Atlantic em 2016, o Sr. Ribeiro trabalhou como Diretor na Advent International, onde se concentrou nos setores de serviços financeiros e de saúde enquanto atuava nos escritórios de São Paulo e Bogotá. Durante seu período na Advent International, atuou nos Conselhos de vários investimentos e como CFO da Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis Ltda. O Sr. Ribeiro atualmente faz parte dos Conselhos da Pague Menos, QuintoAndar, D-Local, Neon, Fluency Academy, Bold e é membro observador do Conselho do Gympass. O Sr. Ribeiro é Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV) e concluiu o Programa de Desenvolvimento de Liderança na Harvard Business School. O Sr. Ribeiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Otavio Ribeiro declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	27/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MANUELA VAZ ARTIGAS **CPF:** 176.006.338-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 05/08/1975

Experiência Profissional: A Sra. Manuela Vaz Artigas é membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Recursos Humanos e Comitê de ESG da LWSA e, também, conselheira da Pague Menos SA, Solar Coca Cola e Banco BMG onde participa e lidera uma série de comitês. Nestas empresas atuou em estratégia, organização, reestruturações, IPO e Mamp;As, tais como recentemente a aquisição da Extrafarma e a fusão com o Grupo Simões. Seus papéis anteriores incluem CEO da Calila Investimentos, conselheira da JCC (Jereissati Centros Comerciais), Sistema Jangadeiro e sócia da McKinsey amp; Company. A Sra. Artigas é Graduada em Economia pela Unicamp com MBA da Anderson Business School na University of California Los Angeles, onde se formou como membro da Anderson Business Society e recebeu o prêmio de finanças Fred Weston Excellence. Adicionalmente, a Sra. Manuela Vaz Artigas declarou à Companhia não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/05/2023	Até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/05/2023	Sim	03/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARCELO NAVARINI **CPF:** 940.098.990-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/03/1979

Experiência Profissional: Administrador de Empresas formado pela Universidade de Caxias do Sul, com Pós Graduação em economia e finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestrado em Economia Internacional pela Unisinos.
 Com mais de 20 anos de experiência, iniciou sua carreira no setor de serviços financeiros atuando nos segmentos de investimentos, seguros e M&A. Posteriormente, ingressou na CRP Cia de Participações, onde participou ativamente da gestão de fundos de Venture Capital com foco em tecnologia, atuando em todo ciclo de investimento, desde análise, monitoramento e conselho/governança, além de passagem como gestor de BU de empresa de bens de consumo do grupo Tecnovin, e da fintech A55.
 No Bling, empresa de ERP e gestão do grupo LWSA, exerceu os cargos de CFO e COO/Diretor de operações entre 2019 e 2023, acumulando também a gestão da operação da IP Pagcerto. Desde fev/2024 assumiu como Diretor Executivo no Bling.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/11/2024	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	19/11/2024	Sim	19/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome OTAVIO DANTAS DE CARVALHO **CPF:** 297.402.488-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 03/08/1980

Experiência Profissional: Com mais de 20 anos de carreira, o Sr. Otávio Dantas possui extensa experiência em negócios, principalmente na interseção Pessoas-Tecnologia-Operações. É formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Finanças e Estratégia pela University of Michigan e Especialização em Administração de Empresas e Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de chegar à LWSA, fez carreira em consultoria de gestão, sendo os últimos cinco anos como Managing Director & Partner do Boston Consulting Group (BCG), onde liderou a unidade DigitalBCG, a prática de Technology Advantage e, mais recentemente, a práticas de Tecnologia, Mídia e Telecom (TMT). Ao longo da carreira, trabalhou primordialmente com empresas voltadas para o cliente (B2C e B2B2C) em diversos setores, como Telecom, Serviços Financeiros, Tecnologia e Bens de Consumo. O Sr. Otavio Dantas não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr Otavio Dantas de Carvalho declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Gente e Gestão Corporativa	10/10/2024	Sim	19/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RAFAEL CHAMAS ALVES **CPF:** 327.106.788-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/08/1984

Experiência Profissional: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV de São Paulo, com MBA pela Escola de Economia da mesma instituição. Desenvolveu parte de sua carreira na Grupo Abril, onde começou como trainee e foi responsável pelo Planejamento Financeiro de diversos negócios do Grupo – dentre os quais a Abril Educação S.A. durante seu processo de IPO. Atuou também como Controller na Tegma Gestão Logística S.A. até 2016. Na LWSA, atua desde abril de 2016 como Diretor Financeiro e Diretor de RI, sendo reeleito para esses cargos em dezembro de 2019. Rafael foi eleito um dos melhores CFOs da América Latina em empresas de Tecnologia, Mídia e Telecomunicação pelo ranking da revista Institutional Investor. O Sr. Rafael Chamas Alves não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Rafael Chamas Alves declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/02/2025	01/12/2025	Diretor Presidente / Superintendente		10/02/2025	Sim	10/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RICARDO GORA **CPF:** 296.796.898-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 21/09/1980

Experiência Profissional: Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Escola Superior de Propaganda em Marketing (ESPM) em 2005. Iniciou suas atividades na LWSA em 1999, atuando no setor de cobranças, onde foi gerente e ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro. Participou de cursos de extensão no Massachusetts Institute of Technology - MIT de IT for Non-IT Executives em 2006, além do curso da HSM University, Reinventing the CFO, com Jeremy Hope em 2007. Participação no Boot Camp do Silver Lake Holding de Participações Ltda. para CFO's de empresas em vias de abertura de capital. Faz parte do nosso Conselho de Administração, desde outubro de 2021. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Ricardo Gora não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Gora declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	Até AGO de 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	06/10/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome WILLIANS CRISTIANO MARQUES **CPF:** 320.058.868-31 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 30/06/1985

Experiência Profissional: Formado pela UNIVEM em Administração com habilitação em Marketing, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em gestão de TI. Empreendedor nato, fundou a Tray, sua primeira startup, com 17 anos atuando como programador auto didata responsável pelas cadeiras de tecnologia e produto. Em paralelo a Tray fundou em 2007 uma fintech que foi vendida em apenas 2 anos para o maior grupo de internet da época - Grupo Buscapé. Com a aquisição da Tray pela LWSA em 2012 se juntou ao grupo para liderar a unidade de plataforma smb e expandiu os negócios criando um ecossistema completo de soluções para o pequeno varejista, incluindo uma plataforma de logística, hub de marketplaces e uma nova fintech - a Yapay que se tornou mais tarde Vindi Pagamentos. Ficou também responsável pela empresa Fbits desde sua aquisição em 2016 até 2021 quando ela se torna a base da plataforma Enterprise de e-commerce da LWSA , a Wake Commerce. Atualmente na LWSA é VP de Commerce SMB que contempla a área de plataforma de e-commerce, logística e demais soluções voltadas para pequenos varejistas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/11/2024	01/12/2025	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	19/11/2024	Sim	19/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANDREA GORA COHEN **CPF:** 176.033.738-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 06/11/1971

Experiência Profissional: Formada em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), iniciou suas atividades na LWSA em 2005, comandando as áreas jurídica, de recursos humanos e administrativa. Antes de ingressar na LWSA, atuou na área têxtil e de varejo. Na LWSA ocupou o cargo de Diretor Administrativo entre 2007 e 2019 e, desde a sua renúncia, faz parte do nosso Comitê de Recursos Humanos e Comitê de ESG. A Sra. Andrea Gora Cohen não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, a Sra. Andrea Gora Cohen declarou a nós não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		04/05/2023	Sim	03/12/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		19/12/2023	Sim	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO **CPF:** 226.993.094-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 09/04/1961

Experiência Profissional:

Carlos Elder Maciel de Aquino é bacharel em contabilidade pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP-SP), além de especialização em Economia Engenharia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE). Foi executivo de empresas como Unibanco, Itaú Unibanco, KPMG, Diagnósticos da América S.A. É professor convidado da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e FIA-USP. Também, autor e coautor de artigos publicado em livros e revistas nacionais e internacionais sobre finanças, contabilidade, governança, aspectos regulatórios e auditoria. Possui mais de 40 anos de experiência profissional, tendo exercido cargos executivos nas áreas de contabilidade, financeira, auditoria, saúde, segmentos de previdência privada e terceiro setor, além de atuar como membro do conselho de administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria, comitês de gerenciamento de riscos, de controles internos, de ética e conduta, de prevenção à lavagem de dinheiro e de transações com partes relacionadas. Atualmente, é membro do conselho de administração e, também, coordenador do Comitê de Auditoria da Locaweb Serviços de Tecnologia S.A., coordenador dos comitês de auditoria da Allied Tecnologia S/A, Lojas Quero-Quero S/A, Nibs Participações S/A (Copenhague) e Fortbras S/A. É membro do comitê de auditoria da Tokio Marine Seguradora S/A e da Tigre S/A Participações e Ebanx Holdings LLC e membro do comitê de ética e conduta da Nibs Participações (Copenhague). É conselheiro fiscal na Folha Participações S.A. e na Natura &CO Holding S.A. É certificado para conselheiro de administração, para conselheiro fiscal e para membro de comitê de auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Também, é membro do American Accounting Association (AAA). O Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025			04/05/2023	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FERNANDO BIANCARDI CIRNE **CPF:** 169.278.538-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro mecânico **Data de Nascimento:** 12/12/1972

Experiência Profissional:

Engenheiro formado pela Universidade de São Paulo, com MBA pelo IBMEC. Desenvolveu parte de sua carreira na Editora Abril, onde começou como trainee, desenvolveu toda a operação de vendas e relacionamento de assinaturas pela internet e atuou como Diretor de Marketing Direto e Diretor de e-Business. Na Locaweb (atual LWSA) atuou como CMO, Diretor Geral da Unidade Locaweb Varejo e desde Março de 2018 é presidente do Grupo. É responsável pelas 5 unidades de negócio que compõem a LWSA: Commerce PME, Wake, ERP / Gestão, Financial Services e Be Online / SaaS . Estas Unidades contemplam importantes marcas como LOCAWEB, TRAY, KING HOST, VINDI, BLING e MELHOR ENVIO e dentre outras. Sob sua gestão a Locaweb realizou processo de abertura de capital (IPO), Follow On e mais de 20 aquisições de empresas. Fernando é também mentor e embaixador na Endeavor e foi eleito um dos melhores CEOs da América Latina em empresas de Tecnologia, Mídia e Telecomunicação pelo ranking da revista Institutional Investor em 2021, 2022 e 2023. O Sr. Fernando Biancardi Cirne não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Biancardi Cirne declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Ética e Conduta		04/05/2023	Sim	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		04/05/2023	Sim	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		19/12/2023	Sim	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FERNANDO DAL-RI MURCIA **CPF:** 259.091.048-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 16/07/1977

Experiência Profissional:

Fernando Dal-Ri Murcia: Bacharel em Business Management pela Webber International University (Flórida, EUA), em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí e em Direito pela Universidade Paulista. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (áreas de concentração: contabilidade societária, fraudes contábeis e mercado financeiro). Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP (áreas de concentração: contabilidade societária, IFRSs, governança corporativa e mercado de capitais). Professor concursado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP – “campus” SP, lecionando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Professor convidado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP, lecionando disciplinas de “direito e contabilidade”. Diretor de Projetos e Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Desde 2018 é membro do Comitê de Auditoria da Via Varejo S.A. (Casas Bahia e Ponto Frio). É membro do Comitê de Auditoria da FUNCEF (Fundo de Pensão da Caixa-CEF). É membro do Conselho Fiscal da Renova Energia S.A. É membro Suplente do Conselho Fiscal da Marfrig Foods S.A. Foi Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Pão de Açúcar durante os anos de 2017 e 2018. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. de 2014 a 2018. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. de 2015 a 2016. Foi representante da América Latina no Programa de Pesquisadores da Deloitte IAAER. Consultor, Parecerista e Perito na área de contabilidade societária, avaliação de empresas, governança e reestruturação societária. Membro do Grupo de Estudos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em matéria contábil-tributária em parceria com o Grupo de Trabalho de Estudos Contábeis da Receita Federal do Brasil (RFB). Membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI). Pesquisador com mais de 70 artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre temas relacionadas a contabilidade, finanças e governança corporativa. O Sr. Fernando Dal-Ri Murcia não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Dal-Ri Murcia declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025			04/05/2023	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FLAVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA **CPF:** 921.962.337-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/07/1966

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Elétrica, com ênfase em eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É membro do conselho de administração. Foi eleito Vice-Presidente de Marketing no período de março de 2018 a dezembro de 2019 e CEO da Companhia de janeiro de 2013 a março de 2018. Entre 2008 e 2012 foi membro do Conselho de Administração e do conselho consultivo da Companhia. É presidente do conselho de administração da empresa International Meal Company Alimentação S.A. desde maio de 2019 e conselheiro desde janeiro de 2018. É conselheiro das empresas Digipix Gráfica Digital S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, Allied Tecnologia S.A., distribuidora e varejista de produtos eletrônicos e celular e Estácio Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 H S.A. – Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel “Guiato”. É sócio gestor da empresa XS Consultoria em Tecnologia Ltda. Foi responsável pelo início do site “Submarino.com”, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do “Submarino.com” durante o IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a “Americanas.com” que resultou na companhia B2W – Companhia Digital. Foi conselheiro da empresa CETIP-SA – Mercados Organizados, no período de julho de 2009 a maio de 2012, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros, hoje parte da B3. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional Ltda., no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Foi conselheiro da empresa Fleury S.A., laboratório de análises clínicas, no período de outubro de 2015 a maio de 2019. O Sr. Flávio Jansen não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Flávio Jansen declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025			04/05/2023	Sim	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		04/05/2023	Sim	04/12/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		19/12/2023	Sim	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: GILBERTO MAUTNER **CPF:** 072.442.868-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/10/1971

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA em 1993, é um dos fundadores da nossa Companhia. Foi consultor na Andersen Consulting (atual Accenture) de outubro de 1994 a agosto de 1997, período ao longo do qual acumulou experiências na área de tecnologia em diversos projetos nos setores financeiro, farmacêutico e energia, além de pesquisas internas para a empresa em Palo Alto. Após fundar a Locaweb em 1998, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios e Tecnologia. Em 2007 assumiu a posição de CEO da Companhia e, em 2012 passou a integrar o conselho de administração da Companhia. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Gilberto Mautner não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gilberto Mautner declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Segurança da Informação		04/05/2023	Sim	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		04/05/2023	Sim	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		19/12/2023	Sim	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: GUSTAVO GOMES SALVIANO **CPF:** 260.606.198-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Cientista da Computação **Data de Nascimento:** 03/08/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências da Computação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista, com pós-graduação em administração de empresas pela FGV e MBA em Sistemas de Telecomunicações pela Federal Fluminense. Mais de 20 anos de experiência no mercado de TI, desenvolvendo atividades de arquitetura, projetos e operação. Iniciou sua carreira na Dedalus Sistemas (maior parceira Sun Microsystems) como estagiário, chegando à gerência de Suporte. Seguiu sua carreira no grupo Telefonica/Vivo, comandando a operação de DataCenter B2B e desenvolvimento de projetos corporativos. Em sua última passagem, assumiu a Superintendência de operações de TI da Dasa, sendo responsável por vasto projeto de estabilização sistêmica, renovação tecnológica e melhoria contínua, suportando a forte demanda e crescimento de NPS. O Sr. Gustavo Gomes Salviano não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gustavo Gomes Salviano declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Riscos de Segurança da Informação		04/05/2023	Sim	17/02/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: HENRIQUE BASTOS MARQUEZI FILHO **CPF:** 323.503.128-60 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Diretor de Relações com Investidores **Data de Nascimento:** 28/07/1986

Experiência Profissional: Henrique Marquezi é um profissional com mais de 15 anos de atuação em Relações com Investidores (RI) e Tesouraria, tendo atuado em empresas no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT), varejo, infraestrutura e de agronegócios. Acumula premiações como melhor profissional de RI da América Latina no segmento de TMT (small cap) pela revista Institutional Investor em 2021, 2022 e 2023. O Sr. Marquezi possui bacharelado em Relações Internacionais pela Trevisan Business School e extensão em finanças pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Na LWSA, ele liderou o programa de RI da companhia desde o IPO, participando das Ofertas Iniciais e Subsequente de Ações da Companhia. Na Raízen, maior produtora de açúcar do mundo, desempenhou importante papel na gestão de dívida e implementação de sistemas de Tesouraria. Atuou, também, na AB Concessões, onde participou da construção do programa de RI e emissão de Debentures de 3 empresas do grupo. Já na CVC, operadora de turismo, liderou as áreas de Tesouraria e RI, sendo responsável pela primeira emissão de rating da empresa. A trajetória profissional do Sr. Marquezi inclui também passagens pelas corretoras do Itaú e Société Générale, onde atuou na área de aluguel de ações. Adicionalmente, o Sr. Henrique Bastos Marquezi Filho declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/02/2024	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		29/02/2024	Sim	29/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: MANUELA VAZ ARTIGAS **CPF:** 176.006.338-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 05/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Manuela Vaz Artigas é membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Recursos Humanos e Comitê de ESG da LWSA e, também, conselheira da Pague Menos SA, Solar Coca Cola e Banco BMG onde participa e lidera uma série de comitês. Nestas empresas atuou em estratégia, organização, reestruturações, IPO e M&A's, tais como recentemente a aquisição da Extrafarma e a fusão com o Grupo Simões. Seus papéis anteriores incluem CEO da Calila Investimentos, conselheira da JCC (Jereissati Centros Comerciais), Sistema Jangadeiro e sócia da McKinsey & Company. A Sra. Artigas é Graduada em Economia pela Unicamp com MBA da Anderson Business School na University of California Los Angeles, onde se formou como membro da Anderson Business Society e recebeu o prêmio de finanças Fred Weston Excellence. Adicionalmente, a Sra. Manuela Vaz Artigas declarou à Companhia não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		19/12/2023	Sim	19/12/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/2023	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		19/12/2023	Sim	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: OTAVIO DANTAS DE CARVALHO **CPF:** 297.402.488-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 03/08/1980

Experiência Profissional: Com mais de 20 anos de carreira, o Sr. Otávio Dantas possui extensa experiência em negócios, principalmente na interseção Pessoas-Tecnologia-Operações. É formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Finanças e Estratégia pela University of Michigan e Especialização em Administração de Empresas e Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de chegar à LWSA, fez carreira em consultoria de gestão, sendo os últimos cinco anos como Managing Director & Partner do Boston Consulting Group (BCG), onde liderou a unidade DigitalBCG, a prática de Technology Advantage e, mais recentemente, a práticas de Tecnologia, Mídia e Telecom (TMT). Ao longo da carreira, trabalhou primordialmente com empresas voltadas para o cliente (B2C e B2B2C) em diversos setores, como Telecom, Serviços Financeiros, Tecnologia e Bens de Consumo. O Sr. Otavio Dantas não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr Otavio Dantas de Carvalho declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/02/2024	Até AGO de 2025	Comitê de Recursos Humanos		29/02/2024	Sim	29/02/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/02/2024	Até AGO de 2025	Comitê de ESG		29/02/2024	Sim	29/02/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/02/2024	Até AGO de 2025	Comitê de Ética e Conduta		29/02/2024	Sim	29/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: RAFAEL ABDO **CPF:** 303.270.308-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/09/1981

Experiência Profissional:

Rafael Abdo: Formado em Administração de Empresas, atua na área de Tecnologia da Informação desde 1998. No começo dos anos 2000 foi responsável pelo desenvolvimento do portal vertical de batepapo da Starmedia, empresa multinacional norte-americana, além de ter trabalhado em diversas startups de conteúdo digital nos anos seguintes. Entre 2007 e 2011, liderou o desenvolvimento de soluções de segurança pela empresa BluePex, tendo sido responsável pela entrega do projeto de antivírus para o exército brasileiro, iniciativa do governo para soberania nacional na área de cibersegurança. Como membro do time de segurança da informação da Locaweb, foi responsável pela implantação do time de resposta a incidentes de segurança, soluções de proteção contra intrusão, implementação de processos baseados em boas práticas e o processo de gestão de riscos de TI. O Sr. Rafael Abdo não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Rafael Abdo declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até AGO de 2025	Coordenador do Comitê de Riscos de Segurança da Informação		04/05/2023	Sim	13/01/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RICARDO GORA	296.796.898-67	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANDREA GORA COHEN	176.033.738-24	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Acionista Controladora da Companhia e Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CLAUDIO GORA	176.033.708-09	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

GILBERTO MAUTNER

072.442.868-21

Subordinação

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

06.940.034/0001-42

Administrador-Não Sócio

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

N/A

Administrador do Emissor

RAFAEL CHAMAS ALVES

327.106.788-02

Subordinação

Controlada Indireta

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.

45.664.191/0001-24

Diretor Financeiro

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

RAFAEL CHAMAS ALVES

327.106.788-02

Subordinação

Controlada Direta

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.

30.653.994/0001-06

Administrador

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA. ("DELIVERY DIRETO")	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
YAPAY PAGAMENTOS ONLINE LTDA.	14.338.304/0001-78		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BAGY SUL SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CREDISFERA SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	22.752.418/0001-98		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42		
Administrador-Não Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA. ("DELIVERY DIRETO")	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL Diretor de Unidade de Negócios	212.798.258-47 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA. Diretor	20.515.685/0001-16 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos/seguros de administradores

Nós contratamos uma apólice de seguro de responsabilidade civil para os nossos administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos nossos administradores, gestores e executivos o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes das perdas indenizáveis, devidas a terceiros decorrentes de um processo judicial, administrativo ou arbitral, incluindo, mas não se limitando àqueles de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista, previdenciária, regulatória ou investigativa, durante o regular exercício de suas atividades. A apólice atualmente vigente foi contratada junto a Chubb Seguros Brasil S.A. e tem validade até 10 de maio de 2025. O prêmio líquido total é de R\$ 142.815,40 e possui cobertura máxima de R\$80.000.000,00, que cobre o pagamento de indenização ou reembolso aos Administradores e/ou a nós, por perda resultante de: (i) custos de defesa; (ii) indenizações, incluindo danos punitivos, exemplares e lucros cessantes; (iii) acordos, incluindo termo de ajustamento de conduta ou termo de compromisso; (iv) riscos ambientais (custo de defesa, indenizações e desconsideração da personalidade jurídica), etc. Além disso, o D&O abrange as seguintes controladas da Companhia: (i) Wake Commerce Ltda.; (ii) Locaweb Commerce Holding Ltda.; (iii) Yapay Pagamentos OnLine Ltda.; (iv) IT Capital Serviços de Tecnologia Ltda.; (v) Cyberweb Networks Ltda.; (vi) Lwk Hosting Participações Ltda.; (vii) Vindi Tecnologia e Marketing Ltda.; (viii) Vindi Pagamentos Ltda.; (ix) Connectplug Desenvolvimento de Software Ltda.; (x) Melhor Envio Ltda.; (xi) Bagy Soluções de Comércio Digital Ltda.; (xii) Credisfera Serviços Financeiros Ltda.; (xiii) Bagy Sul Soluções de Comércio Digital Ltda.; (xiv) Samurai Experts Holding Ltda.; (xv) Samurai Experts Desenvolvimento de Software Ltda.; (xvi) Ideris Tecnologia da Informação Ltda.; (xvii) Octadesk Ltda.; (xviii) PagCerto Soluções em Pagamento Ltda.; (xix) Squid Digital Media Channel Ltda.

Nós não prestamos compromisso de indenidade com os nossos administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou a nós ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Abaixo, com relação às nossas Assembleias Gerais realizadas nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social em curso: (i) data de sua realização; (ii) casos de instalação em segunda convocação; e, ainda, (iii) quórum de instalação:

Tipo de Evento	Objeto	Data	Quórum	Convocação
AGE	Rerratificação de JSCP	14/02/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGO/E	Aprovação exercício de 2018	30/04/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	Modificação Parcial do Estatuto Social (Alteração do Objeto Social)	07/05/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	Aprovação 13º Plano SOP	14/05/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	declaração antecipada JSCP/19	30/05/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	distribuição dividendos intermediários/19	02/10/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	aprovação Novo Estatuto Social (preparação IPO)	04/12/2019	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGE	aprovação Novo Estatuto Social (exigências CVM/B3)	28/01/2020	+ $\frac{3}{4}$	1ª Instalação
AGO/E	aprovação exercício social 2019 e outros assuntos correlatos	30/04/2020	+ 74%	1ª Instalação
AGE	aprovação 16º e 17º Stock Option Plans; rerratificação da AGE de 04/12/19 para sanar erro formal e modificação Estatuto Social (atualização capital social)	11/08/2020	+75%	1ª Instalação
AGE	Aumento Capital Social autorizado e consolidação Estatuto Social	26/01/2021	67,44%	1ª Instalação
AGO/E	aprovação exercício social de 2020 e outros assuntos correlatos	30/04/2021	74%	1ª Instalação
AGE	Alterar denominação cargos Diretoria, capital social e Consolidação Estatuto Social	11/05/2021	66,02%	2ª Instalação
AGE	Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Social Miner, autorização para a operação de incorporação	29/10/2021	76,99%	1ª Instalação

7.8 Outras informações relevantes

Tipo de Evento	Objeto	Data	Quórum	Convocação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2021/Orçamento Capital 2022; Incorporação AnankeSA; Ratificações de aquisições; alteração/consolidação do Estatuto Social.	29/04/2022	61,54%	1ª Instalação
AGO/E	Aumento do Capital Social autorizado, alteração da composição e competência da Diretoria, demais alterações do Estatuto Social.	27/05/2022	55,9%	2ª Instalação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2022/Orçamento Capital 2023; Eleição membros Conselho de Administração; Atualização do capital social; e Aprovação de novo plano ILP.	28/04/2023	70,70% AGE 71,42% AGO	1ª Instalação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2023/Orçamento Capital 2024; Alteração da razão social da Companhia; Redução do Capital Social da Companhia; Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações anteriores; caracterização/consignação da independência do membro do Conselho de Administração, Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira.	30/04/2024	70,39%	1ª Instalação
AGE	Ratificação da contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada; Incorporação da Tray pela Companhia; Incorporação da Etus pela Companhia; Incorporação da Bling pela Companhia;	30/08/2024	77,65%	1ª Instalação
AGE	Ratificação da contratação da empresa Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.; Incorporação da LWK Hosting Participações Ltda pela Companhia; Incorporação da Locaweb Commerce Holding Ltda. pela Companhia.	28/02/2025	69,12%	1ª Instalação

7.8 Outras informações relevantes

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

- i. O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- ii. a pauta de nossas Assembleias Gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, bem como são acompanhadas, sempre que exigido por normas da CVM, de proposta da administração com informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso website e encaminhadas à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);
- iii. nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- iv. nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos de administração e da Assembleia Geral;
- v. enviamos à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) todas as atas de nossas Assembleias Gerais na íntegra;
- vi. na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;
- vii. contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossas demonstrações financeiras;
- viii. os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa;
- ix. possuímos uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes;
- x. adotamos uma Política de Negociação com ações de nossa emissão, aprovada por nosso Conselho de Administração e possuímos controles que viabilizam seu cumprimento;
- xi. possuímos um Código de Ética, que deve ser observado por todos os nossos colaboradores;
- xii. nosso Estatuto Social possui previsões para a instalação de Conselho Fiscal;
- xiii. nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma: (a) de convocação de nossas Assembleias Gerais; e (b) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos Conselheiros e Diretores;
- xiv. divulgamos, no início de cada exercício social, um calendário informando todos os eventos corporativos previstos para aquele exercício (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);
- xv. realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;

7.8 Outras informações relevantes

xvi. os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e, ainda,

xvii. nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores, quando aplicável, por meio de arbitragem.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

Nós estamos sujeitos também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% ou, excepcionalmente, 15% do capital (neste último caso desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses), em circulação; e, ainda, (iii) disponibilizar os fatos relevantes, informações sobre proventos, por meio de avisos aos acionistas ou comunicados ao mercado, comunicação de seus resultados (press release de resultados), divulgados simultaneamente à respectiva divulgação em português.

Autorização Para Negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a sociedade que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela B3. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, ou 15% do capital, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses, deve ser mantida em circulação pela companhia. O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por membros eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de

7.8 Outras informações relevantes

Administração pelo menos 2 ou 20%, o que for maior, devem ser Conselheiros Independentes (conforme definição do Regulamento do Novo Mercado). Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem assinar um Termo de Posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no artigo 39 do Regulamento do Novo Mercado.

Outras Características Do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado (salvo dispensa aprovada em assembleia geral, nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado); (ii) dever de, em qualquer oferta pública de distribuição de ações, envidar melhores esforços para atingir dispersão acionária, exceto para ofertas regidas pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras e cada trimestre; e, ainda, (v) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas e administradores ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Informações Adicionais

Em 10 de outubro de 2024 – A LWSA S.A. (“LWSA” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 (“LSA”), e na Resolução CVM nº 44, de 24 de agosto de 2021, comunicou por meio de **Fato Relevante** aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, assessorado por um Comitê de Sucessão e em conjunto com o Sr. Fernando Biancardi Cirne, deliberou que dará início, a partir da presente data, a um processo estruturado de sucessão do cargo de Diretor Presidente com duração de 4 (quatro) meses. Nesse processo de sucessão, o Sr. Rafael Chamas Alves, atual Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, assume, na presente data, a posição de Chief Operating Officer (COO), assumindo o cargo estatutário de Diretor de Business Development, em preparação para assumir a posição de Diretor Presidente (CEO), cujo mandato se iniciará em 10 de fevereiro de 2025. Ainda em 10 de fevereiro de 2025, o Sr. Fernando Biancardi Cirne, atual Diretor Presidente da LWSA, que liderou a Companhia nos últimos 6 (seis) anos e foi o responsável, entre inúmeras outras conquistas, pela abertura de capital e toda a construção do Ecossistema de Soluções

7.8 Outras informações relevantes

da LWSA, deixará o cargo de Diretor Presidente e passará a ocupar uma posição no Conselho de Administração. O Sr. Fernando Biancardi Cirne permanecerá nos Comitês e em instâncias estratégicas da Companhia, continuando a contribuir com a evolução do grupo. Tanto a eleição do Sr. Rafael Chamas Alves como Diretor Presidente, como a do Sr. Fernando Biancardi Cirne como membro do Conselho de Administração da Companhia serão, oportunamente, deliberadas nos termos da legislação aplicável, do Estatuto Social e regulamentos internos da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado

Em 04 de dezembro de 2019, nosso Conselho de Administração aprovou nossa política de remuneração ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não Estatutários, aos membros do Conselho Fiscal (caso instalado), aos membros do Comitê de Auditoria e aos demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários, da Companhia e de suas Controladas ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política de Remuneração tem como objetivo estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, alinhando seus interesses com os objetivos de curto e longo prazo da LWSA, incluindo as suas controladas.

Os elementos que compõem as remunerações dos Administradores visam:

- atrair, recompensar, reter e incentivar os executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de riscos adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas;
- proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos.

As remunerações das Pessoas Sujeitas à Política poderão ser constituídas por participação nos lucros, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, além dos seguintes componentes:

- (i) Remuneração Fixa: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do profissional;

8.1 Política ou prática de remuneração

- (ii) Remuneração Variável (Curto Prazo): premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado;
- (iii) Remuneração Variável (Longo Prazo): (a) reforçar nossa capacidade para atrair e reter talentos; (b) alinhar os interesses dos colaboradores aos interesses de nossos acionistas; (c) compartilhar riscos e ganhos com nossos colaboradores; e (d) balancear as formas de remuneração a curto e longo prazo, visando a continuidade dos negócios;
- (iv) Benefícios: promover benefícios assistenciais compatível com as práticas do mercado.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.locaweb.com.br/>) ou no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), na categoria Política de Remuneração.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório sobre remuneração a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Comitê de Recursos Humanos.

Comitê de Recursos Humanos: órgão composto por Diretores e Conselheiros que: (i) assessora o Conselho de Administração com a política de remuneração global anual de Diretores e Conselheiros, por meio de análise das melhores práticas de mercado; e (ii) estabelece, por meio exclusivamente dos membros do Conselho de Administração que compõem o respectivo Comitê, os termos de remuneração e demais benefícios a serem recebidos por Diretores.

Conselho de Administração: considera o parecer do Comitê de Recursos Humanos, aprova as políticas de remuneração dos seus membros, dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) e de Comitês, encaminha à Assembleia Geral a remuneração global das Pessoas Sujeitas à Política, aprova a remuneração mensal das Pessoas Sujeitas à Política, e aloca cada parte da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política.

8.1 Política ou prática de remuneração

Assembleia Geral: mediante recomendação do Conselho de Administração, aprova a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e membros do Conselho Fiscal (se instalado).

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o Comitê de Recursos Humanos realiza pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remuneratórios no mercado de atuação e, caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

(i) Remuneração Fixa: é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo;

(ii) Remuneração Variável (Curto Prazo): observa as regras gerais previstas na Política de Remuneração, alinhada ao atingimento das metas, sendo estabelecida conforme resultados do ano e pagamento através do programa anual de bônus, cujo valor é resultante do atingimento de metas de crescimento de receita e de geração de caixa, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração (auxiliado pelo Comitê de Recursos Humanos), e está condicionado ao atingimento mínimo dos indicadores corporativos definidos como gatilho. Caso não seja verificado o atingimento mínimo do gatilho, não há o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. O referido pagamento é realizado no período de até 12 (doze) meses subsequentes ao encerramento do exercício social avaliado. Além disso, os Diretores podem fazer jus à participação nos lucros, de acordo com deliberação específica em sede de Assembleia Geral, e observado o Estatuto Social.

(iii) Remuneração Variável (Longo Prazo): Planos de Incentivos de Longo Prazo baseados em opções de compra de ações e ações restritas.

O 18º Plano de Opção de Compra de Ações e o 2º Plano de Ações Restritas, aprovados pela AGOE realizada em 28.04.2023, são integralmente administrados pelo Comitê de Recursos Humanos, que, dentre outras funções, realiza as outorgas, define metas de performance (conforme aplicável) e aprova a celebração dos respectivos contratos de outorga. O Comitê de Recursos Humanos pode expandir, especificar ou delimitar as condições estabelecidas por tais planos, desde que não altere seus princípios básicos.

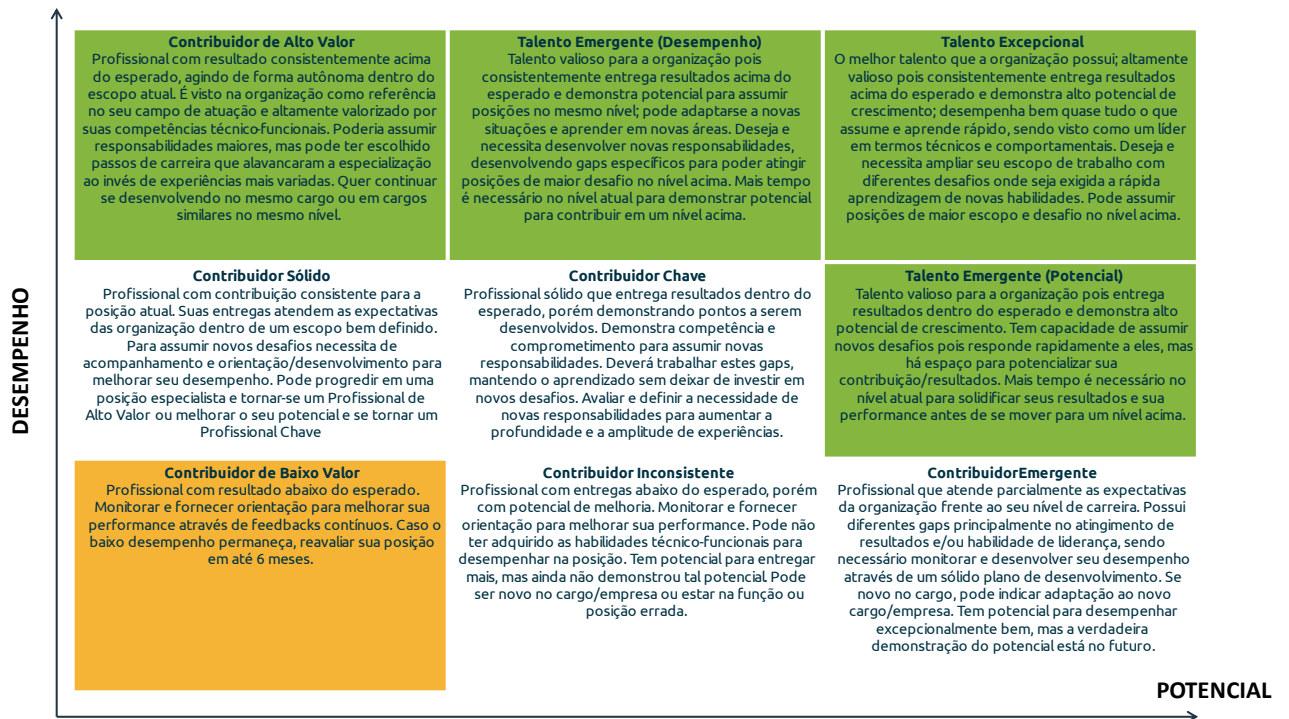
O número de ações outorgadas a título dos Programas ILP é estipulado com base no valor da remuneração atribuível a cada um dos Participantes, sendo fixada pelo Conselho de Administração, considerando as melhores práticas de mercado, medida com base na metodologia "9 Box" que considera as entregas efetivas de cada executivo

8.1 Política ou prática de remuneração

ao longo do exercício social, a aderência às competências essenciais e o potencial futuro de contribuição do Diretor com a Empresa. De acordo com a metodologia 9 Box, cada Diretor Estatutário e Não Estatutário é enquadrado numa matriz com 9 quadrantes na qual um eixo representa indicadores de desempenho e o outro eixo o potencial que o Participante apresenta, de acordo com o plano de sucessão definido, para assumir maiores desafios.

O resultado é submetido pelo Comitê de Recursos Humanos para deliberação final pelo Conselho de Administração. A quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos varia entre 70% (setenta por cento) e 130% (cento e trinta por cento) em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, quando aplicável. Para os plano de Opção de Compra, o *vesting* total é de 3 (três) anos, com *vestings* anuais de 20% (vinte por cento) após 1 (um) ano, 40% (quarenta por cento) após 2 (dois) anos e 100% (cem por cento) após 3 (três) anos.

Apresentamos abaixo o gráfico conforme metodologia “9 Box”:



(iv) **Benefícios:** O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos. O pacote de benefícios é revisto anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Propostas de alteração são sugeridas pelo Comitê de Recursos Humanos e aprovada pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia, no mínimo anualmente, a conformidade da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade dos critérios adequados. Além disso, anualmente o Comitê de Recursos Humanos avalia a atratividade, engajamento e retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política pode ser constituída pelos seguintes elementos:

- (i) remuneração fixa;
- (ii) remuneração variável (curto prazo);
- (iii) remuneração variável (longo prazo); e
- (iv) benefícios.

Conselho de Administração

A remuneração dos conselheiros de administração pode ser composta por remuneração fixa e/ou benefícios.

(i) Remuneração Fixa: Refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, tendo como objetivo recompensar pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.

(ii) Benefícios: Refere-se ao conjunto de benefícios concedidos que inclui: seguro de vida, plano médico e plano odontológico. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado às melhores práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração dos Diretores é estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, assegurando o alinhamento de seus interesses aos da empresa.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração dos Diretores é composta por todos os quatro elementos do pacote de remuneração:

- (i) Remuneração Fixa: refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, com o objetivo de remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.
- (ii) Remuneração Variável (Curto Prazo): refere-se aos valores variáveis recebidos anualmente pelo profissional, com o objetivo de recompensá-lo pelos resultados globais da Companhia, conforme as metas e indicadores financeiros estabelecidos, além de avaliação subjetiva que considera parâmetros pré-estabelecidos internamente pelo Conselho de Administração.
- (iii) Remuneração Variável (Longo Prazo): refere-se aos Planos de Incentivos de Longo Prazo baseados em opções de compra de ações e ações restritas, que buscam garantir o alinhamento de médio e longo prazos entre os interesses dos executivos e dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; servir de ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos, em um segmento que sofre com a competição global; e estimular o aumento da performance de longo prazo da Companhia, conforme apurada através de indicadores de negócios
- (iv) Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos executivos, como plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, seguro de vida e automóvel. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos. O pacote de benefícios é revisto anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Recursos Humanos e aprovada pelo Conselho de Administração.

Por fim, considerando que os diretores não estatutários são contratados como celetistas, estes também recebem os benefícios aplicáveis à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal, quando instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos o mínimo legal estabelecido pelo artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os membros do

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal são, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês Estatutários e Não Estatutários

Os membros dos comitês de assessoramento estatutários recebem remuneração global a ser determinada pela Assembleia Geral, ficando o Conselho de Administração encarregado de definir as remunerações individuais e mensais para cada membro dos respectivos comitês. Os membros dos comitês não estatutários recebem remuneração global a ser determinada e detalhada pelo Conselho de Administração.

Além da remuneração prevista para os membros dos comitês de assessoramento, aqueles que porventura também participem de outro órgão de administração, podem ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitando os limites estabelecidos na legislação e normas aplicáveis. Por fim, colaboradores internos que participem de comitês não recebem nenhum tipo adicional de remuneração.

• ***seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor***

Os objetivos de curto prazo estão relacionados às metas anuais que levam em consideração as definições dos indicadores financeiros relacionados à Geração de Caixa e Receita que resultam nas remunerações Fixas e Variável de Curto Prazo.

No Médio e Longo Prazo, buscamos permitir que os administradores e empregados e/ou os Administradores e empregados de outras sociedades controladas direta ou indiretamente por nós e/ou das demais sociedades do nosso grupo econômico, sujeitos a determinadas condições, possam: (i) reforçar a capacidade para atrair e reter talentos; (ii) alinhar os interesses dos colaboradores aos interesses de nossos acionistas; (iii) compartilhar riscos e ganhos com colaboradores; e (iv) balancear as formas de remuneração a curto, médio e longo prazo, visando a continuidade dos negócios.

Os Planos de Opções e Planos de Outorga de Ações trazem mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos colaboradores em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

No âmbito dos Planos de Opções, o beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo até o longo prazo, o exercício do direito de adquirir ações de nossa emissão a preço inferior que o potencial valor de mercado de nossas ações, fazendo com que o beneficiário atue constantemente em prol da criação de valor sustentável para Companhia e nossos acionistas, nos diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

8.1 Política ou prática de remuneração

Já no âmbito dos Planos de Outorga de Ações, os beneficiários terão os interesses de curto, médio e longo prazo alinhados aos da Companhia na medida em que os motivam a otimizar os nossos resultados operacionais (e consequente valorização das ações de emissão da Companhia), retendo executivos-chave essenciais para a continuidade da performance da Companhia.

- ***sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

Em linha com as diretrizes da CVM constantes do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP, os percentuais informados abaixo são líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

Exercício social realizado em 31 de dezembro de 2023					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa¹	94,40%	100%	50,99%	81,00%	100%
Remuneração Variável²	0%	0%	9,31%	6,00%	0%
Remuneração baseada em Ações³	5,60%	0%	39,70%	13,00%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa¹	86,72%	100%	49,78%	75,00%	0,00%
Remuneração Variável²	0%	0%	26,55%	12,60%	0,00%
Remuneração baseada em Ações³	13,28%	0%	23,67%	12,40%	0,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa ¹	74,29%	100%	32,71%	75,00%	0,00%
Remuneração Variável ²	0%	0%	39,83%	12,60%	0,00%
Remuneração baseada em Ações ³	25,71%	0%	27,47%	12,40%	0,00%

- (1) Composição de remuneração fixa e benefícios
- (2) Composição de remuneração variável de curto prazo
- (3) Composição de remuneração variável de longo prazo

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

O Comitê de Recursos Humanos e o Conselho de Administração são os órgãos responsáveis pela avaliação dos nossos Administradores e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de Política de Remuneração. Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado. A composição da remuneração é definida por meio de pesquisa salarial, que participamos a cada 2 (dois) anos, coordenada pela Towers Watson, com a participação de cerca de 200 (duzentas) empresas. Destas empresas selecionamos para comparação um grupo de empresas do segmento de tecnologia do mesmo porte da Companhia, onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos administradores (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios). A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa). Exclusivamente para os diretores estatutários e não estatutários, é utilizada uma tabela salarial composta por faixas de salários. O posicionamento de cada diretor dentro destas faixas é determinado pela sua experiência e performance, e definido pelo Comitê de Recursos Humanos, pelo Diretor Presidente e pelo Conselho de Administração. Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

Além disso, anualmente reajustamos os salários dos nossos Administradores conforme o índice de inflação definido pelo sindicato regulador do setor.

8.1 Política ou prática de remuneração

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Remuneração fixa: A remuneração fixa é individualizada quando permitido pela legislação aplicável e proporcional à responsabilidade específica do cargo, tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional, experiência individual e criação de valor dos serviços com foco em sua perenidade. Também são consideradas pesquisas salariais do mercado e avaliações de desempenho individuais, dentre outros critérios a serem determinados pela Companhia, os quais serão definidos e aprovados pelo Comitê de Recursos Humanos e, quando necessário, aprovados pelo(s) (s) respectivo(s) Diretor(es) competente(s) ou pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso e valor.

Remuneração variável: A remuneração variável poderá ser aplicável aos Diretores e, em casos específicos poderá ser aplicada também aos membros do Conselho de Administração. Está vinculada a certas condições individuais de cada beneficiário, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a sua responsabilidade e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros. Ademais, o Conselho de Administração poderá definir indicadores subjetivos, dentre outros critérios a serem determinados pela Companhia, os quais serão definidos e aprovados, quando necessários, aprovados pelo(s) respectivo(s) (s) Diretor(es) competente(s) ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso e valor.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Analizamos performance e o desempenho de Administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, condizentes com a qualidade e responsabilidades dos mesmos, dentro das possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão e a permanência de Administradores, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, e Diretores estatutários são remunerados, com exceção de um membro do nosso Conselho de Administração (via remuneração fixa ou benefício) que optou por não ser remunerado pelas funções exercidas como conselheiro.

8.1 Política ou prática de remuneração

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de Administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Atualmente, não há qualquer remuneração ou benefício para os membros da administração vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7,58		15,58
Nº de membros remunerados	7	7,58		14,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.094.400,00	7.683.287,00		8.777.687,00
Benefícios direto e indireto	966.405,00	1.716.354,00		2.682.759,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.138.981,44		5.138.981,44
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.780.237,00		8.780.237,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.060.805,00	23.318.859,44		25.379.664,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8,00	1	17,00
Nº de membros remunerados	7	8,00	1	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.050.432,00	6.879.008,00	88.341,00	8.017.781,00
Benefícios direto e indireto	738.523,00	1.367.063,00	0,00	2.105.586,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.505.429,00	0,00	1.505.429,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	106.122,00	6.419.724,18	0,00	6.525.846,18
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.895.077,00	16.171.224,18	88.341,00	18.154.642,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	9	3	20,00
Nº de membros remunerados	8,00	9	3	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.120.956,00	6.249.117,00	235.575,00	7.605.648,00
Benefícios direto e indireto	628.392,00	1.222.411,00	0,00	1.850.803,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.983.876,00	0,00	3.983.876,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	267.972,26	3.552.341,18	0,00	3.820.313,44
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.017.320,26	15.007.745,18	235.575,00	17.260.640,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,33	3	18,33
Nº de membros remunerados	8,00	7,33	3	18,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.286.627,20	5.387.483,07	154.680,24	6.828.790,51
Benefícios direto e indireto	510.609,47	613.344,28	0,00	1.123.953,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.307.406,99	0,00	7.307.406,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	622.022,00	5.039.618,00	0,00	5.661.640,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual SEP/CVM 2024,o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.419.258,67	18.347.852,34	154.680,24	20.921.791,25

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	7,58		15,58
N° de membros remunerados	0	7,58		7,58
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.138.981,44		5.138.981,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.138.981,44		5.138.981,44
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	8	1	17,00
N° de membros remunerados	0	8	1	9,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.475.442,16	0,00	4.475.442,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.505.429,00	0,00	1.505.429,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.505.429,00	0,00	1.505.429,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	9	3	20,00
N° de membros remunerados	0	9	3	12,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.630.639,48	0,00	3.630.639,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.630.639,48	0,00	3.630.639,48
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.983.876,00	0,00	3.983.876,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	7,33	3	18,33
N° de membros remunerados	0	7,33	3	10,33
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.307.406,99	0,00	7.307.406,99
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7.307.406,99	0,00	7.307.406,99
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7.307.406,99	0,00	7.307.406,99
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais e b. data de aprovação e órgão responsável

Planos de Opções de Compra de Ações

O Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia encontra-se extinto, razão pela qual não está descrito neste Formulário de Referência.

O Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado e aditado em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 1º de julho de 2009, 1º de julho de 2011, 20 de dezembro de 2013 e 12 de dezembro de 2014, respectivamente, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 4.173.294 ações ("Segundo Plano de Opção").

O prazo de vigência do Segundo Plano de Opção é de cinco anos, contados a partir do seu último aditamento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2014. O término de vigência do Segundo Plano de Opção não afeta a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

O Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2012, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 128.000 ações ("Terceiro Plano de Opção").

O prazo mínimo de vigência do Terceiro Plano de Opção é de cinco anos contados a partir da sua aprovação. O término de vigência do Terceiro Plano de Opção não afeta a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

O Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2013, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 1.392.000 ações ("Quarto Plano de Opção").

O prazo de vigência do Quarto Plano de Opção é até 31 de dezembro de 2018, contado a partir da sua aprovação. O término de vigência do Quarto Plano de Opção não afeta a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 02 de abril de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Quinto Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 300.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Quinto Plano de Opção").

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O prazo de vigência do Quinto Plano de Opção é até 31 de março de 2021, contado a partir da sua aprovação. O término de vigência do Quinto Plano de Opção não afeta a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 24 de janeiro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Sexto Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 800.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Sexto Plano de Opção").

O prazo de vigência do Sexto Plano de Opção é até 10 de setembro de 2022, contado a partir da sua aprovação. O término de vigência do Sexto Plano de Opção não afeta a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 1º de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Sétimo Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 465.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Sétimo Plano de Opção").

O prazo de vigência do Sétimo Plano de Opção é até que a totalidade das opções de compra sejam outorgadas. O término de vigência do Sétimo Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 17 de março de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Oitavo Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 700.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Oitavo Plano de Opção").

O prazo de vigência do Oitavo Plano de Opção é de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação. O término de vigência do Oitavo Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 13 de abril de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Nono Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 830.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Nono Plano de Opção").

O prazo de vigência do Nono Plano de Opção é de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação. O término de vigência do Nono Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 27 de abril de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 682.500 ações, desde que tal número total de ações emitidas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Décimo Plano de Opção").

O prazo de vigência do Décimo Plano de Opção é de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação. O término de vigência do Décimo Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 1º de junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Primeiro Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 1.150.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Décimo Primeiro Plano de Opção").

O prazo de vigência do Décimo Primeiro Plano de Opção é de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Primeiro Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 07 de agosto de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Segundo Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 450.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Décimo Segundo Plano de Opção").

O prazo de vigência do Décimo Segundo Plano de Opção é de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação. O término de vigência do Décimo Segundo Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 14 de maio de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Terceiro Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 350.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Décimo Terceiro Plano de Opção").

O prazo de vigência do Décimo Terceiro Plano de Opção é de até de seis anos contados a partir da data de sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Terceiro Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 04 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Quarto Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 2.817.050 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado ("Décimo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Quarto Plano de Opção”).

O prazo de vigência do Décimo Quarto Plano de Opção é de até seis anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Quarto Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 04 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Quinto Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 300.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado (“Décimo Quinto Plano de Opção”).

O prazo de vigência do Décimo Quinto Plano de Opção é de até seis anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Quinto Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Em 11 de agosto de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Sexto Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 225.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado (“Décimo Sexto Plano de Opção”).

O prazo de vigência do Décimo Sexto Plano de Opção é de até seis anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Sexto Plano de Opção não afetará a eficácia das opções em vigor outorgadas com base nele.

Em 11 de agosto de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Décimo Sétimo Plano de Opção de Ações, no qual as opções de compra de ações outorgadas conferem direitos de aquisição sobre até 500.000 ações, desde que tal número total de ações emitidas esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado (“Décimo Sétimo Plano de Opção”, em conjunto com o Segundo Plano de Opção, Terceiro Plano de Opção, Quarto Plano de Opção, Quinto Plano de Opção, Sexto Plano de Opção, Sétimo Plano de Opção, Oitavo Plano de Opção, Nono Plano de Opção, Décimo Plano de Opção, Décimo Primeiro Plano de Opção, Décimo Segundo Plano de Opção, Décimo Terceiro Plano de Opção, Décimo Quarto Plano de Opção, Décimo Quinto Plano de Opção e Décimo Sexto Plano de Opção, os “Planos de Opções”).

O prazo de vigência do Décimo Sétimo Plano de Opção é de até seis anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de opção. O término de vigência do Décimo Sétimo Plano de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Opção não afetará a eficácia das opções em vigor outorgadas com base nele.

Nosso Estatuto Social prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações a nossos Administradores e empregados ou de sociedade sob nosso controle, direto ou indireto, ou a pessoas que nos prestem serviços, sem que os nossos acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações.

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia ("AGOE 28.04.2023") aprovou o 18º (Décimo Oitavo) Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("18º Plano SOP") e o 2º (Segundo) Plano de Outorga de Ações Restritas (Com ou Sem Performance) da Companhia ("2º Plano de Ações Restritas")

O 18º Plano SOP confere aos beneficiários o direito de aquisição até 7.500.000 ações da emissão da Companhia. O prazo de vigência do 18º Plano SOP é até 31 de dezembro de 2025, resguardado o Prazo Máximo de Exercício, conforme previsto em cada contrato de opção. O término da vigência deste 18º Plano SOP não afetará a eficácia e validades das opções eventualmente em vigor e outorgadas com base neste plano.

Planos de Ações Restritas (com e sem performance)

O Plano de Performance, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, confere aos seus beneficiários o direito de recebimento de até 1.300.000 ações de emissão da Companhia (ou o correspondente valor em moeda corrente nacional, nos termos do Plano Performance) ("Plano de Performance"). O prazo de vigência do Plano Performance é de cinco anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de outorga. O término de vigência do Plano Performance não afeta a eficácia das outorgas ao recebimento de ações em vigor outorgadas com base nele.

O Plano Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril 2021, confere aos seus beneficiários o direito de recebimento de até 1.700.000 ações de emissão da Companhia (ou o correspondente valor em moeda corrente nacional, nos termos do Plano Ações Restritas) ("Plano Ações Restritas"). O prazo de vigência do Plano Ações Restritas é de cinco anos contados a partir da data da sua efetiva aprovação, ressalvado o quanto disposto no correspondente contrato de outorga. O término de vigência do Plano Ações Restritas não afeta a eficácia das outorgas ao recebimento de ações em vigor outorgadas com base nele.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O 2º Plano de Ações Restritas (com e sem performance), aprovado na AGOE 28.04.2023, confere aos beneficiários o direito de recebimento de até 4.700.000 ações de emissão da Companhia. O prazo de vigência do 2º Plano de Ações Restritas é até 31 de dezembro de 2025, observado o prazo de recebimento das ações validamente outorgadas em cada contrato de outorga. O término da vigência do 2º Plano de Ações Restritas não afetará a eficácia e validade do direito ao recebimento de ações eventualmente em aberto e outorgados com base neste plano.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas no âmbito de nossos Planos de Opções vigentes é de até 15.262.844 ações. O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos dos Planos de Opções, devem estar sempre dentro do limite do nosso capital autorizado e/ou mantidas em nossa tesouraria.

No âmbito do nosso Plano Performance e Plano Ações Restritas o número máximo de ações abrangidas é de até 3.000.000 ações.

Já no caso do 2º Plano de Ações Restritas, o número máximo de ações abrangidas é de até 4.700.000 ações.

Por fim, o número máximo de ações abrangidas no âmbito do 18º Plano SOP, é de até 7.500.000 ações.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos dos nossos Planos de Opções conferem, no total, direitos de aquisição sobre até 15.262.844 ações. Ressalta-se que as opções de compra de ações a serem outorgadas conferem direitos de aquisição de ações dentro do limite do nosso capital autorizado e/ou mantidas em tesouraria.

O número máximo de opções de compra de ações, outorgadas nos termos do 18º Plano SOP, é de até 7.500.000 ações de emissão da Companhia.

e. condições de aquisição de ações

O exercício da opção de compra de ações de emissão da Companhia pelos beneficiários deverá obedecer às condições de *vesting* e datas de exercício de cada plano, conforme detalhadas no item 8.4(j) abaixo. Cumpridas tais condições, o beneficiário poderá exercer sua opção de compra de ações de emissão da Companhia mediante envio de notificação à Companhia informando a quantidade de opções que deseja exercer, respeitado o previsto em cada Plano de Opção e em cada contrato de outorga celebrado com o beneficiário.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

No âmbito dos nossos Planos Performance e de Ações Restritas, a entrega das ações aos beneficiários será realizada no 3º aniversário da data de outorga (contanto que o beneficiário permaneça na Companhia), observado que, especificamente no caso do Plano Performance, o beneficiário também terá que ter cumprido as Metas de Performance estabelecidas em cada contrato de outorga. Alternativamente à entrega de ações aos beneficiários, a Companhia poderá entregar o correspondente valor em moeda corrente nacional, de acordo com as disposições dos respectivos Planos de Performance e de Ações Restritas.

No âmbito do 2º Plano Ações Restritas, a entrega das ações aos beneficiários será realizada após 3 anos da respectiva data de outorga (contanto que o beneficiário permaneça na Companhia), sendo que o Comitê de Recursos Humanos poderá ou não, a seu exclusivo critério, determinar em cada contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas se a entrega de ações estará atrelada a determinadas metas relacionadas ao desempenho econômico da Companhia e performance dos beneficiários, conforme parâmetros e disposições estabelecidas pelo Comitê de Recursos Humanos da Companhia ("Metas de Performance").

Já para os Planos de Outorga de Ações (com ou sem performance), não há condições de aquisição, pois a entrega de ações aos beneficiários tem caráter compulsório e será realizada a título não oneroso (exceto por retenção de tributos, conforme aplicável).

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações, foi utilizado a metodologia Black and Scholes, refletindo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

A Companhia disponibilizou abaixo o preço de emissão unitário das ações no âmbito dos planos vigentes:

Planos de Opção de Compra de Ações	Outorga	Preço de Exercício*
2º PLANO	Série A	R\$ 1,08
2º PLANO	Série B	R\$ 1,08
2º PLANO	Série C	R\$ 1,08
2º PLANO	Série D	R\$ 1,31
2º PLANO	Série E	R\$ 1,31
3º PLANO	Série F	R\$ 2,74
4º PLANO	Série G	R\$ 2,32
5º PLANO	Série H	R\$ 2,74

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Planos de Opção de Compra de Ações	Outorga	Preço de Exercício*
6º PLANO	Série I	R\$ 2,74
7º PLANO	Série J	R\$ 2,26
8º PLANO	Série K	R\$ 2,50
9º PLANO	Série L	R\$ 2,50
10º PLANO	Série M	R\$ 2,50
11º PLANO	Série N	R\$ 1,75
12º PLANO	Série O	R\$ 1,75
13º PLANO	Série P	R\$ 1,75
14º PLANO	Série Q	R\$ 1,75
15º PLANO	Série R	R\$ 4,31
16º PLANO	Série S	R\$ 4,31
17º PLANO	Série T	R\$ 6,37
18º PLANO	Série U	R\$ 5,16
18º PLANO	Série V	R\$ 5,16

*Valores considerando atualização do preço de exercício após desdobramento de ações em Fev/2021.

O preço de exercício por ação será pago pelos beneficiários nas formas e prazos determinados pelo nosso Presidente do Conselho ou previstos no Contrato de Opção.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Segundo Plano de Opção e Terceiro Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opções poderão ser exercidas nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano ("Datas de Exercício"), total ou parcialmente. Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, a partir da data-base definida em cada contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções outorgadas nos termos do Segundo Plano de Opção e Terceiro Plano de Opção: (i) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção poderão ser adquiridas nas Datas de Exercício, após um ano decorrido da data-base; (ii) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após dois anos decorridos da data-base; (iii) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após três anos decorridos da data-base; e,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(iv) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após quatro anos contados decorridos da data-base.

Em qualquer caso, o montante das ações passíveis de serem adquiridas após cada período de *vesting* vigorarão pelo prazo de cinco anos, sendo que a parcela das ações não exercida neste prazo e nas condições estipuladas será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

Quarto Plano de Opção ao Sexto Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos do Quarto Plano de Opção ao Sexto Plano de Opção poderão ser exercidas nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, a partir da data-base definida em cada contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções outorgadas nos termos do Quarto Plano de Opção ao Sexto Plano de Opção: (i) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após um ano decorrido da data-base; (ii) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após dois anos decorridos da data-base; (iii) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após três anos decorridos da data-base; e (iv) até 25% das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nas datas de exercício precedentes, poderão ser adquiridas nas datas de exercício, após quatro anos contados decorridos da data-base.

Em qualquer caso, o montante das ações passíveis de serem adquiridas após cada período de *vesting* vigorarão pelo prazo de três anos, sendo que a parcela das ações não exercida neste prazo e nas condições estipuladas será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Sétimo Plano de Opção, Nono Plano de Opção ao Décimo Primeiro Plano de Opção e Décimo Terceiro Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos do Sétimo Plano de Opção, Nono Plano de Opção ao Décimo Primeiro Plano de Opção e Décimo Terceiro Plano de Opção poderão ser exercidas nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, a partir da data-base definida em cada contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções outorgadas nos termos dos referidos planos de opções: (i) 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após um ano decorrido da data-base, respeitando o prazo máximo de exercício; (ii) mais de 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 50% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após dois anos decorridos da data-base, respeitando o prazo máximo de exercício; (iii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 75% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após três anos decorridos da data-base, respeitando o prazo máximo de exercício; e (iv) mais de 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após quatro anos decorridos da data-base, respeitando o prazo máximo de exercício.

Em qualquer caso, o prazo máximo para o exercício de qualquer opção outorgada é de seis anos contados a partir da data do contrato de opção, considerando que somente poderá haver exercício nas respectivas datas de exercício. A parcela das opções que eventualmente não venham a ser exercidas nos prazos e nas condições estipuladas acima caducará automaticamente, sem que haja devida qualquer indenização ao beneficiário.

Oitavo Plano de Opção

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, serão considerados os seguintes períodos para exercício das opções ora outorgadas ao beneficiário nos termos do Oitavo Plano de Opção: (i) 25% das opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2017 e até o fim do prazo máximo de exercício; (ii) 25% adicional das opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro 2018 e até o fim do prazo máximo de exercício; (iii) 25% adicional das opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2019 e até o fim do prazo máximo de exercício; (iv) as opções remanescentes serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2020 e até o fim do prazo máximo de exercício.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As opções cujos períodos de *vesting* já tenham sido cumpridos poderão ser exercidas até o prazo máximo de exercício, portanto, até 1º de janeiro de 2022. Caso o dia 1º de janeiro de 2022 não seja um dia útil, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente, observando-se procedimento de correspondente comunicação prévia do respectivo contrato de opção. A parcela das opções que eventualmente não venham a ser exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no respectivo contrato de opção e no Oitavo Plano de Opção caducará automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização ao beneficiário.

Décimo Segundo Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos do Décimo Segundo Plano de Opção poderão ser exercidas nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções: (i) 10% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após um ano decorrido da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício; (ii) mais 15% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 25% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após dois anos decorridos da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício; (iii) mais 15% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 40% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após três anos decorridos da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício; (iv) mais 20% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 60% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após quatro anos decorridos da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício; (v) mais 20% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 80% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após cinco anos decorridos da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício; e (vi) mais 20% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após seis anos decorridos da presente data, respeitando o prazo máximo de exercício.

Em qualquer caso, o prazo máximo para o exercício de qualquer opção outorgada é de oito anos contados a partir da data do contrato de opção, considerando que somente poderá haver exercício de opções nas datas de exercício e, desde já, resguardando-se a possibilidade da última data de exercício dentro do prazo máximo acima declinado em 1º de janeiro do ano de 2026.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Décimo Quarto Plano de Opção e Décimo Quinto Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos do Décimo Quarto Plano de Opção e Décimo Quinto Plano de Opção poderão ser exercidas nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer as opções no primeiro dia útil subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções: (i) 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 180 dias decorridos da data do anúncio de início do IPO, respeitado o prazo máximo de exercício; (ii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 50% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após dois anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; (iii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 75% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após três anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; e (iv) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% das opções poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, após quatro anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício.

Em qualquer caso, o prazo máximo para o exercício de qualquer opção outorgada é de seis anos contados a partir da data do contrato de opção, considerando que somente poderá haver exercício nas datas de exercício que estejam dentro do prazo máximo de exercício. As parcelas das opções que eventualmente não venham a ser exercidas nos prazos e nas condições estipuladas acima caducará automaticamente, sem que haja devida qualquer indenização ao beneficiário.

Décimo Sexto Plano de Opção

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º (primeiro) do mês de julho de cada ano, observados os respectivos períodos de *vesting* abaixo e o prazo máximo de exercício de 6 (seis) anos contados a partir da assinatura de cada um dos contratos de opção, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções: (i) 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 10 meses decorridos da data de assinaturas de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; (ii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

agregado, até 50% (cinquenta por cento) das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 22 meses decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; (iii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 75% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 34 meses decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; e (iv) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 46 meses decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício.

Décimo Sétimo Plano de Opção:

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º (primeiro) do mês de janeiro e/ou 1º (primeiro) do mês de julho de cada ano, observados os respectivos períodos de *vesting* abaixo e o prazo máximo de exercício de 6 anos contados a partir da assinatura de cada um dos contratos de opção, total ou parcialmente. Caso as datas de exercício não sejam dias úteis, o beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Exceto se expressamente previsto de outra forma no contrato de opção, serão apurados os seguintes períodos para exercício das opções: (i) 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 1 ano decorrido da data de assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; (ii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 50% (cinquenta por cento) das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 2 anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; (iii) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 75% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 3 anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício; e (iv) mais 25% das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 4 anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção, respeitado o prazo máximo de exercício.

18º Plano SOP

Os prazos de exercício do 18º Plano SOP serão apurados de acordo com os seguintes períodos para exercício das opções: (i) 20% (vinte por cento) das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 1 (um) ano decorrido da data de assinaturas de cada um dos contratos de opção 18º Plano SOP, respeitado o prazo máximo de exercício; (ii) mais 40% (quarenta por cento) das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 60% (sessenta por cento) das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 2 (dois) anos decorridos da data da

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

assinatura de cada um dos contratos de opção 18º Plano SOP, respeitado o prazo máximo de exercício; e (iii) mais 40% (quarenta por cento) das opções tornar-se-ão disponíveis e, no agregado, até 100% (cem por cento) das opções poderão ser exercidas nas datas de exercício, após 3 (três) anos decorridos da data da assinatura de cada um dos contratos de opção 18º Plano SOP, respeitado o prazo máximo de exercício, exceto se de outra forma previsto nos contratos de opção.

Com relação aos Planos de Outorga de Ações e ao 2ª Plano de Ações Restritas o prazo de exercício não é aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada na entrega de ações.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos dos Planos de Opções, podemos, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar ações mantidas em tesouraria.

Com relação aos Planos de Outorga de Ações e ao 2º Planos de Ações Restritas, a forma de liquidação não é aplicável, tendo em vista que não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, mas sim de remuneração baseada na entrega de ações.

No caso do 18ª Plano SOP, cabe ao Conselho de Administração, na forma da legislação aplicável, a deliberação acerca da emissão de novas ações, dentro do limite de seu capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos deste plano, independente de existirem ou não ações da Companhia em tesouraria para satisfazer tal exercício.

i. Restrições à transferência das ações

Segundo Plano de Opção ao Sexto Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos dos referidos planos são pessoais e intrasferíveis, não podendo ao beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Sétimo Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos do referido plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma neste plano e/ou no respectivo contrato de opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das ações que o beneficiário venha a deter em virtude do exercício de suas opções, exceto por eventuais restrições legais não relacionadas ao referido plano.

Oitavo Plano de Opção ao Décimo Quinto Plano de Opção:

As opções outorgadas nos termos dos referidos planos são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma nestes planos e/ou nos respectivos contratos de opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das ações que o beneficiário venha a deter em virtude do exercício/integralização de suas opções e observada a prática de eventual anuência prévia contemplada no anexo dos respectivos contratos de opção, exceto por eventuais restrições legais e/ou contratuais não relacionadas aos referidos planos e/ou terceiro interessado.

Décimo Sexto Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos do plano em tela são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma neste plano e/ou no respectivo contrato de opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das ações que o beneficiário venha a ser titular em virtude do exercício de suas opções, exceto por eventuais restrições legais e/ou contratuais não relacionadas ao presente plano.

Décimo Sétimo Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma no referido plano e/ou no respectivo contrato de opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das ações que o beneficiário venha a ser titular em virtude do exercício de suas opções, exceto por eventuais restrições legais e/ou contratuais não relacionadas ao presente Plano.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Décimo Oitavo Plano de Opção

As opções outorgadas nos termos deste plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, exceto se previsto de outra forma no referido plano e/ou no respectivo contrato de opção. Para esclarecer eventuais dúvidas, fica acordado que não haverá qualquer restrição à cessão, transferência ou alienação das ações que o beneficiário venha a ser titular em virtude do exercício de suas opções, exceto por eventuais restrições legais e/ou contratuais não relacionadas ao presente plano.

Não há restrições de transferências das ações previstas nos Planos de Outorga de Ações e ao 2º Plano de Ações Restritas.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Segundo Plano de Opção ao Quarto Plano de Opção:

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no contrato de opção ou nos referidos planos de opções, as opções outorgadas nos termos dos mesmos, cujos períodos de vesting não tiverem decorrido, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção; (iii) mediante distrato do contrato de opção; (iv) após o decurso do prazo máximo de exercício; (v) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por renúncia ou destituição ao cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou falecimento, quando os direitos ainda não tiverem sido exercidos; e/ou (vi) dissolução, liquidação ou tiver sua falência decretada.

Quinto Plano de Opção e Sexto Plano de Opção:

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no contrato de opção ou nos referidos planos de opções, as opções outorgadas nos termos dos mesmos, cujos períodos de vesting não tiverem decorrido, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção (iii) mediante distrato do contrato de opção (iv) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por renúncia ou destituição ao cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou falecimento, quando os direitos ainda não tiverem sido exercidos; e/ou (v) dissolução, liquidação, tiver sua falência decretada ou intentar pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, solenemente formulado, nos termos da lei.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Sétimo Plano de Opção ao Décimo Terceiro Plano de Opção:

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no contrato de opção ou nos referidos planos de opções, as opções outorgadas nos termos dos mesmos e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral nos respectivos Períodos de Vesting; (ii) após o decurso do prazo de vigência das opções, a ser definido em cada contrato de opção, sem que tenha exercido tais opções; (iii) mediante distrato do contrato de opção por suas partes e/ou de acordo com os seus termos; (iv) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário previstas no plano e/ou no contrato de opção; (v) dissolução, liquidação, tiver sua falência decretada ou intentar pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial), solenemente formulado; e/ou (vi) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no contrato de opção de cada Beneficiário, caso aplicável.

Décimo Quarto Plano de Opção e Décimo Quinto Plano de Opção:

Exceto se expressamente previsto de outra forma no respectivo contrato de opção, a validade das opções outorgadas aos beneficiários no âmbito do Décimo Quarto Plano de Opção e do Décimo Quinto Plano de Opção estão condicionadas à: (i) obtenção do registro de companhia aberta perante a CVM; (ii) aprovação pelos acionistas ou pelo nosso Conselho de Administração da realização de uma oferta pública inicial de ações (IPO); (iii) listagem das ações de nossa emissão no segmento especial da B3, denominado "Novo Mercado"; e (iv) início das negociações das nossas ações na B3, sendo certo que todas as condições acima deverão ser cumpridas em até seis meses a contar da aprovação do referido plano de opção, que ocorreu em 04 de dezembro de 2019. Exceto se expressamente previsto de outra forma no contrato de opção, na hipótese das condições não serem cumpridas cumulativamente no prazo, as opções outorgadas serão automaticamente canceladas de pleno direito, sem a possibilidade de seu exercício por nenhum beneficiário e sem necessidade de qualquer notificação ou rescisão formal dos contratos de opção, sendo certo que não será devida nenhuma reparação ou indenização de nossa parte ou de nossos acionistas em decorrência de tal fato.

Ademais, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no contrato de opção ou no Décimo Quarto Plano de Opção e/ou no Décimo Quinto Plano de Opção, conforme aplicável, as opções outorgadas nos termos destes planos e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral nos respectivos Períodos de Vesting; (ii) após o decurso do prazo de vigência das opções, a ser definido em cada contrato de opção, sem que tenha exercido tais opções; (iii) mediante distrato do contrato de opção por suas partes e/ou de acordo com os seus termos; (iv) na hipótese da não verificação das condições precedentes previstas na Cláusula 4.1.4 do

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Décimo Quinto Plano de Opção (aplicável apenas ao Décimo Quinto Plano de Opção); (v) nas hipóteses de desligamento do beneficiário previstas no plano e/ou no contrato de opção; (vi) dissolução, liquidação, tiver sua falência decretada ou intentar pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial), solenemente formulado; e/ou (vii) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no contrato de opção de cada beneficiário, caso aplicável.

Décimo Sexto Plano de Opção:

O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no respectivo plano e/ou no contrato de opção, as opções outorgadas nos termos deste plano e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante exercício integral nos respectivos períodos de vesting; (ii) após decurso do respectivo prazo de vigência do exercício das opções, a ser definido em cada contrato de opção, sem que o beneficiário tenha exercido tais opções; (iii) mediante distrato do respectivo contrato de opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos; (iv) nas hipóteses de desligamento do beneficiário previstas neste plano e/ou no contrato de opção; (v) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo contrato de opção de cada beneficiário, caso aplicável.

Décimo Sétimo Plano de Opção:

O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no respectivo plano e/ou no contrato de opção, as opções outorgadas nos termos do referido plano e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante exercício integral nos respectivos períodos de vesting; (ii) após decurso do respectivo prazo de vigência do exercício das opções, a ser definido em cada contrato de opção, sem que o beneficiário tenha exercido tais opções; (iii) mediante distrato do respectivo contrato de opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos; (iv) nas hipóteses de desligamento

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

do beneficiário previstas no plano e/ou no contrato de opção; (v) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda; (vi) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo contrato de opção de cada beneficiário, caso aplicável.

Planos de Outorga de Ações

Com relação aos Planos de Outorga de Ações (incluindo o 2º Plano Ações Restritas), sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no respectivo contrato de outorga, as outorgas de ações nos termos dos Planos de Outorga de Ações que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante recebimento da totalidade das ações pelo beneficiário nos termos do respectivo contrato de outorga; (ii) mediante distrato do respectivo contrato de outorga por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos; (iii) nas hipóteses de desligamento do beneficiário previstas nos planos de outorga de ações e/ou no contrato de outorga; e/ou (iv) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo contrato de outorga de cada Beneficiário, caso aplicável.

18º Plano SOP:

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no respectivo contrato de outorga, as outorgas de ações que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante exercício integral nos respectivos períodos de vesting; (ii) após decurso do respectivo prazo de exercício das opções, a ser definido em cada contrato de opção, sem que o beneficiário tenha exercido tais opções; (iii) mediante distrato do respectivo contrato de opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos; (iv) nas hipóteses de desligamento do beneficiário previstas no plano e/ou no contrato de opção; (v) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda, (vi) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo contrato de opção de cada beneficiário, caso aplicável.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Segundo Plano de Opção e Terceiro Plano de Opção

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o plano poderão ser extintos ou

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

modificados, observado o disposto abaixo. Se, a qualquer tempo durante a vigência do plano, o beneficiário:

- i. desligar-se de nossa Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: os direitos ainda não exercidos de acordo com os períodos de *vesting* já decorridos definidos no respectivo contrato de opção permanecem válidos pelo prazo de um ano a contar da data do desligamento e, quando exercidos, poderá ser recomprado em conjunto com as demais ações já adquiridas antes da data do desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção;
- ii. for desligado de nossa Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: os direitos ainda não exercidos de acordo com os períodos de *vesting* já decorridos definidos no respectivo contrato de opção permanecem válidos pelo prazo de um ano a contar da data do desligamento e, quando exercidos, poderá ser recomprados em conjunto com as demais ações já adquiridas antes da data do desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção;
- iii. for desligado de nossa Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador: os direitos ainda não exercidos de acordo com os períodos de *vesting* definidos no respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e as ações já adquiridas antes da data do desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser recompradas; ou
- iv. desligar-se de nossa Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: os direitos ainda não exercidos de acordo com os períodos de *vesting* já decorridos definidos no respectivo contrato de opção permanecem válidos pelo prazo de um ano a contar da data do desligamento e, quando exercidos, poderão ser recomprados em conjunto com as demais ações já adquiridas antes da data do desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção; e desligar-se de nossa Companhia por falecimento: os direitos ainda não exercidos de acordo com os Períodos de *Vesting* já decorridos definidos no respectivo contrato de opção permanecem válidos pelo prazo de um ano a contar da data do desligamento e, quando exercidos, poderão ser recomprados em conjunto com as demais ações já adquiridas antes da data do falecimento, de acordo com o respectivo contrato de opção.

Na hipótese de desligamento de nosso Administrador, por renúncia ou destituição do cargo, caso o mesmo continue a exercer função consultiva em nossa Companhia, as opções de aquisição de ações ainda não exercidas de acordo com os períodos de *vesting*, serão mantidas e não serão extintas, podendo o Administrador exercê-las

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

integralmente quando do momento para o exercício de tais opções.

Quarto Plano de Opção ao Sexto Plano de Opção:

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as respectivas causas e consequências com relação aos direitos conferidos a estes nos termos dos planos de opções serão aquelas previstas nos respectivos contratos de opção.

Sétimo Plano de Opção, Nono Plano de Opção ao Décimo Primeiro Plano de Opção e Décimo Terceiro Plano de Opção:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e, (ii) demissão voluntária ou demissão sem justa causa: (a) as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e, (b) as opções que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por invalidez. Durante uma licença não-remunerada em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos deste plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Licença Não-Remunerada Voluntária ou Aposentadoria. No caso de uma licença não remunerada voluntária ou aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua licença não remunerada ou

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, após tais opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, todas as opções tornar-se-ão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, no prazo de até 12 meses contados a partir da data de falecimento do beneficiário. Após 12 meses contados a partir da data do falecimento, todas as opções que não tenham sido exercidas ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento.

Oitavo Plano de Opção:

Desligamento. Em quaisquer hipótese de desligamento do beneficiário (por justa causa, sem justa causa ou em caso de demissão voluntária): (a) as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas até o prazo máximo de exercício, conforme definido no referido contrato de opção; e, ainda, (b) as opções que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de quaisquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento (resguardado excepcional ajuste contrário prévio e expressamente avençado entre nós e o beneficiário, análogo/ilustrativamente). Com objetivo de evitar quaisquer dúvidas, fica estabelecido que a mudança de cargo e/ou posição do beneficiário poderá ser considerada uma hipótese de desligamento.

Licença Não Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não remunerada em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas até o prazo máximo de exercício, conforme definido no referido contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais até o prazo máximo de exercício, conforme definido no referido contrato de opção.

Licença Não Remunerada Voluntária ou Aposentadoria. No caso de uma licença não remunerada voluntária ou aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

direito, independentemente de quaisquer avisos prévios e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e, ainda, (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua licença não remunerada ou aposentadoria, poderão ser exercidas até o prazo máximo de exercício, conforme definido no referido contrato de opção.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, todas as opções tornar-se-ão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, até o prazo máximo de exercício, conforme definido no referido contrato de opção.

Décimo Segundo Plano de Opção:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de quaisquer avisos prévios e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (ii) demissão sem justa causa, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 24 meses contados da data de seu desligamento (observado o prazo máximo de exercício estabelecido no contrato de opção), após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (iii) demissão voluntária, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, serão exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento. Independentemente da modalidade de desligamento do Beneficiário, todas as opções que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos deste plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Fica, desde já, facultado ao beneficiário a possibilidade de exercer uma licença não-remunerada voluntária, pelo período de até um ano, sem que as opções exercíveis ou não exercíveis sejam extintas. Após esse período, o beneficiário poderá: (a) retornar ao seu cargo, hipótese na qual todos os termos e condições do respectivo contrato de opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) caso não retorne ao seu cargo, exercer as opções exercíveis (observado os respectivos períodos de *vesting*) no prazo de até 90 dias contados do final da licença não-remunerada voluntária (para que não restem dúvidas, as datas de exercício não precisarão ser observadas neste caso). Após tal prazo de 90 dias, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, todas as opções tornar-se-ão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, no prazo de até 12 meses contados a partir da data de falecimento do beneficiário. Após 12 meses contados a partir da data do falecimento, todas as opções que não tenham sido exercidas ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento.

Décimo Quarto Plano de Opção:

Desligamento. Exceto conforme definido de forma distinta nos respectivos contratos de opção, na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (ii) demissão sem justa causa, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até seis meses contados da data de seu desligamento (observado o prazo máximo de exercício estabelecido no contrato de opção), após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (iii) demissão voluntária, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento. Independentemente da modalidade de desligamento do beneficiário, todas as opções que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito à indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Exceto conforme definido de forma distinta nos respectivos contratos de opção, durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos do plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. Exceto conforme definido de forma distinta nos respectivos contratos de opção, no caso da aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Exceto conforme definido de forma distinta nos respectivos contratos de opção e não obstante o disposto na Cláusula 7 do Décimo Quarto Plano de Opção, caso o beneficiário exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada por nós, pelo período de um ano, as opções exercíveis

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, poderá exercer as opções exercíveis (observado os respectivos períodos de *vesting*) no prazo de até 30 dias contados do final da licença não-remunerada voluntária (para que não restem dúvidas, as datas de exercício não precisarão ser observadas neste caso). Após tal prazo de 30 dias, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Exceto conforme definido de forma distinta nos respectivos contratos de opção, diante do falecimento do beneficiário, todas as opções tornar-se-ão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, no prazo de até 12 meses contados a partir da data de falecimento do beneficiário. Após 12 meses contados a partir da data do falecimento, todas as opções que não tenham sido exercidas ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização ou ressarcimento.

Décimo Quinto Plano de Opção:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por qualquer motivo, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos de tal plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Não obstante o disposto na Cláusula 7 do Décimo Quinto Plano de Opção, caso o beneficiário exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada por nós, pelo período de até um ano, as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de opção

Décimo Sexto Plano de Opção

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (ii) demissão voluntária ou demissão sem justa causa: (a) as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e (b) as opções que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento (resguardando-se, nestas duas referidas hipóteses das alíneas "a" e "b" supra, excepcional ajuste contrário prévia e expressamente avençado entre a

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Companhia e o beneficiário).

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos deste plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Caso o beneficiário exerça uma licença não remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até um ano, as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de opção.

OPA. Caso ocorra uma Oferta Pública de Aquisição de Ações – OPA, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, todas as Opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data da OPA, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia. Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar os períodos de *vesting*, de forma que todas as opções cujos períodos de *vesting* ainda não tenham sido completados serão antecipadas e todas as opções poderão ser exercidas em até 30 dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano que mantenha substancialmente as mesmas condições deste plano, ocasião na qual os beneficiários serão automaticamente considerados como beneficiários do novo plano.

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia. Nos casos de fusão, cisão, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este plano ou ao respectivo contrato de opção.

Dissolução/Liquidação. Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os períodos de *vesting* serão automaticamente antecipados e os beneficiários terão 30 dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

Décimo Sétimo Plano de Opção:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (ii) demissão voluntária ou demissão sem justa causa: (a) as opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento (resguardando-se, nestas duas referidas hipóteses das alíneas "a" e "b" supra, excepcional ajuste contrário prévia e expressamente avençado entre a Companhia e o beneficiário).

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos deste plano e do contrato de opção. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Não obstante o disposto nesta Cláusula 7 do referido plano, caso o beneficiário exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 1 (um) ano, as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de opção.

OPA. Caso ocorra uma Oferta Pública de Aquisição de Ações – OPA, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, todas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data da OPA, de acordo com o respectivo contrato de opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia. Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar os períodos de *vesting*, de forma que todas as opções cujos períodos de *vesting* ainda não tenham sido completados serão antecipadas e todas as opções poderão ser exercidas em até 30 dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano que mantenha substancialmente as mesmas condições deste plano, ocasião na qual os beneficiários serão automaticamente considerados como beneficiários do novo plano.

Dissolução/Liquidação. Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os períodos de *vesting* serão automaticamente antecipados e os beneficiários terão 30 dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

Planos de Outorga de Ações (aprovados pela AGOE 30.04.2021):

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário por: (i) demissão ou rescisão voluntária por iniciativa do beneficiário ou demissão ou rescisão por justa causa nos termos da legislação vigente, o eventual direito ao recebimento de ações em aberto na data de seu desligamento, de acordo com os respectivos contratos de outorga, ficará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia; e (ii) demissão ou rescisão sem justa causa por iniciativa da Companhia nos termos da legislação vigente (ou não reeleição do mandato caso este expire), o beneficiário terá direito ao recebimento proporcional das ações em aberto, com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário até a data de seu desligamento, as quais serão entregues ao beneficiário de acordo com o cronograma e condições (inclusive atingimento das metas de performance, exclusivamente no caso do plano performance) previstas em seu contrato de outorga e independentemente do fato do beneficiário eventualmente não integrar mais o quadro de colaboradores da Companhia no momento do recebimento das ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, o prazo para recebimento das ações previsto no contrato de outorga ficará suspenso pelo correspondente período da licença legal. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis (i.e., invalidez permanente), aplicar-se-á o disposto no item "Falecimento ou Invalidez Permanente" descrito abaixo.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Caso o beneficiário exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 1 (um) ano, o direito ao recebimento das ações não será extinto. Após esse período, caso o beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de outorga continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que o prazo para recebimento das ações previsto no contrato de outorga será prorrogado automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, o direito ao recebimento de ações ficará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia. Qualquer licença não-remunerada voluntária com prazo superior a 1 (um) ano fará com que o direito do beneficiário de receber as ações fique automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário, as condições para o recebimento de ações em aberto na data de seu desligamento nos termos de seu contrato de outorga ficarão sujeitas a decisão do Comitê de Recursos Humanos da Companhia, respeitadas as particularidades caso a caso.

Falecimento ou Invalidez Permanente. Diante do falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, o direito ao recebimento de ações continuará vigente e aplicável e será automaticamente antecipado, sendo que as ações (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos dos Planos de Outorga de Ações) serão entregues, proporcionalmente a quantia que o beneficiário fazia jus na data de ocorrência de seu falecimento ou invalidez permanente ao espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de outorga, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

Eventos Extraordinários. Caso ocorra algum evento extraordinário na Companhia e os beneficiários: (a) permaneçam em seus cargos, não haverá nenhuma alteração nos presentes planos ou nos respectivos contratos de outorga, que continuarão vigentes e aplicáveis de acordo com seus termos e condições; ou (b) sejam destituídos de seus cargos sem justa causa (de forma voluntária ou involuntária), então o prazo para

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

recebimento das ações será automaticamente antecipado de forma que os beneficiários recebam a totalidade das ações que fazem jus na data de ocorrência do evento extraordinário em questão, sendo que em caso de extinção da Companhia em decorrência do evento extraordinário, os beneficiários receberão o valor correspondente em moeda corrente nacional, nos termos dos Planos de Outorga de Ações.

Para os fins do disposto acima, "Evento Extraordinário" significa: (i) qualquer evento de *take-over* da Companhia, entendido como a aquisição, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, de: participação direta ou indireta igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações; ou de outros direitos de sócio, inclusive usufruto, quando adquiridos de forma onerosa, que lhe atribuam o direito de voto, sobre ações que representem mais de 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia; (ii) realização de qualquer reorganização societária, como fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, alienações, dentre outras, que resultem em uma diminuição de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido da Companhia; ou (iii) dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Companhia.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado. Caso a Companhia venha a ter seu registro de companhia aberta cancelado ou deixe de integrar o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado e ainda existam outorgas de Ações em aberto nos termos dos Planos de Outorga de Ações e dos respectivos contratos e outorga, então tais outorgas serão automaticamente antecipadas de forma que os beneficiários em questão terão direito ao recebimento proporcional das ações em aberto (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos dos Planos de Outorga de Ações e observado o cumprimento das respectivas metas de performance), com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário até o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou saída do Novo Mercado, conforme caso, as quais serão entregues ao beneficiário imediatamente antes do cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou saída do Novo Mercado, conforme o caso.

18º Plano SOP:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário do 18º Plano SOP por: (i) por iniciativa da Companhia, com justa causa nos termos da legislação trabalhista vigente, ou de forma motivada (no caso de beneficiários 18º Plano SOP que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa nos termos da legislação trabalhista vigente, ou de forma

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

imotivada (no caso de beneficiários do 18º Plano SOP que não tenham vínculo empregatício com a Companhia): (a) as Opções exercíveis e ainda não exercidas na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de seu desligamento, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento (resguardando-se, nestas duas referidas hipóteses das alíneas "a" e "b" supra, excepcional ajuste contrário prévia e expressamente avençado entre a Companhia e o beneficiário do 18º Plano SOP); (iii) por iniciativa do Beneficiário 18º Plano SOP, de forma imotivada (pedido de demissão voluntária, no caso funcionários com vínculo empregatício, ou rescisão imotivada no caso de beneficiários do 18º Plano SOP que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (iv) em comum acordo entre o beneficiário do 18º Plano SOP e a Companhia (na forma da legislação trabalhista aplicável, no caso funcionários com vínculo empregatício, ou mediante distrato amigável, no caso de beneficiários do 18º Plano SOP que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus períodos de *vesting* na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário 18º do Plano SOP em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos períodos de *vesting* ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e as opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos deste plano e do contrato de opção do 18º Plano SOP. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo beneficiário do 18º Plano SOP ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 (doze) meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário do 18º Plano SOP: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de sua aposentadoria. Após tal prazo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária. Caso o beneficiário do 18º Plano SOP exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 1 (um) ano, as opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o beneficiário do 18º Plano SOP: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os períodos de *vesting* e prazo máximo de exercício (conforme definido no contrato de opção do 18º Plano SOP) serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento. Qualquer licença não-remunerada voluntária com prazo superior a 1 (um) ano fará com que o direito do beneficiário do 18º Plano SOP de exercer as opções fique automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário do 18º Plano SOP, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP.

OPA. Caso ocorra uma Oferta Pública de Aquisição de Ações – OPA, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, todas as Opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos períodos de *vesting* na data da OPA, de acordo com o respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia. Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar os períodos de *vesting*, de forma que todas as opções cujos períodos de *vesting* ainda não tenham sido completados serão antecipadas e todas as opções poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus do

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano que mantenha substancialmente as mesmas condições deste plano, ocasião na qual os beneficiários do 18º Plano SOP serão automaticamente considerados como beneficiários do novo plano.

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia. Nos casos de fusão, cisão, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este plano ou ao respectivo contrato de opção do 18º Plano SOP.

Dissolução/Liquidação. Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, os períodos de *vesting* serão automaticamente antecipados e os beneficiários do 18º Plano SOP terão 30 dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao beneficiário do 18º Plano SOP, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

Não obstante o disposto nos itens acima, o Comitê de Recursos Humanos da Companhia poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar referidas regras e estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados beneficiários ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, estabelecendo critérios específicos relacionados à manutenção ou não das opções, conforme o caso, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário do 18º Plano SOP ou situação.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado. Caso a Companhia venha a ter seu registro de companhia aberta cancelado ou deixe de integrar o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado, as opções exercíveis e ainda não exercidas, nos termos do contrato de opção do 18º Plano SOP, na data da deliberação da Companhia acerca do cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, poderão ser exercidas no prazo de até 5 dias contados da data da referida deliberação, após o que tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

2º Plano de Ações Restritas:

Desligamento. Na hipótese de desligamento do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas: (i) por iniciativa da Companhia, com justa causa nos termos da legislação

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

trabalhista vigente, ou de forma motivada (no caso de beneficiários do 2º Plano Ações Restritas que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), o eventual direito ao recebimento de ações em aberto na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas, ficará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa nos termos da legislação trabalhista vigente, ou de forma imotivada (no caso de beneficiários do 2º Plano Ações Restritas que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas terá direito ao recebimento proporcional das ações em aberto, com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas até a data de seu desligamento, as quais serão entregues ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas de acordo com o cronograma e condições previstas em seu contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas (inclusive atingimento das metas de performance, caso aplicável) e independentemente do fato do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas eventualmente não integrar mais o quadro de colaboradores da Companhia no momento do recebimento das ações; (iii) por iniciativa do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas, de forma imotivada (pedido de demissão voluntária no caso funcionários com vínculo empregatício, ou rescisão imotivada no caso de beneficiários do 2º Plano Ações Restritas que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), o direito ao recebimento das ações em aberto, com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas até a data de seu desligamento, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; (iv) em comum acordo entre o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas e a Companhia (na forma da legislação trabalhista aplicável, no caso funcionários com vínculo empregatício, ou mediante distrato amigável, no caso de beneficiários do 2º Plano Ações Restritas que não tenham vínculo empregatício com a Companhia), o direito ao recebimento das ações em aberto, com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas até a data de seu desligamento, de acordo com o respectivo contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas, ficará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

Licença Não-Remunerada por Invalidez. Durante uma licença não-remunerada do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, o prazo para recebimento das ações previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas ficará suspenso pelo correspondente período da licença legal. Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis (i.e., invalidez permanente), o direito ao recebimento das ações continuará vigente e aplicável e será automaticamente antecipado, sendo que as ações (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos do 2º Plano Ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Restritas) serão entregues, proporcionalmente a quantia que o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas fazia jus na data de ocorrência da declaração oficial de invalidez permanente (observado o cumprimento proporcional das metas de performance aplicáveis, caso assim previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restrita).

Licença Não-Remunerada Voluntária. Não obstante o disposto neste item, caso o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas exerça uma licença não-remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 1 (um) ano, o direito ao recebimento das ações não será extinto. Após esse período, caso o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas: **(a)** retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que o prazo para recebimento das ações previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas será prorrogado automaticamente pelo prazo correspondente ao período da licença não-remunerada voluntária; ou **(b)** não retorne ao seu cargo, o direito ao recebimento de ações ficará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia. Qualquer licença não- remunerada voluntária com prazo superior a 1 (um) ano fará com que o direito do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas de receber as ações fique automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

Aposentadoria. No caso da aposentadoria do beneficiário doo 2º Plano Ações Restritas, o direito ao recebimento de ações continuará vigente e aplicável e será automaticamente antecipado, sendo que as ações (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos acima) serão entregues, proporcionalmente a quantia que o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas fazia jus na data da aposentadoria (observado o cumprimento proporcional das metas de performance aplicáveis, caso assim previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas).

Falecimento. Diante do falecimento do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas, o direito ao recebimento de ações continuará vigente e aplicável e será automaticamente antecipado, sendo que as ações (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos acima) serão entregues, proporcionalmente a quantia que o beneficiário do 2º Plano Ações Restritas fazia jus na data de ocorrência de seu falecimento (observado o cumprimento proporcional das metas de performance aplicáveis, caso assim previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas), ao seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do falecimento do beneficiário do 2º Plano Ações Restritas.

OPA. Caso ocorra uma Oferta Pública de Aquisição de Ações – OPA, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, o direito

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

ao recebimento de ações por parte de cada beneficiário do 2º Plano Ações Restritas ficará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento pela Companhia.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia. Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que resulte em sua extinção, caberá à sociedade sucessora da Companhia, optar por: (i) antecipar o direito ao recebimento de ações por cada beneficiário do 2º Plano Ações Restritas (observado o cumprimento das metas de performance aplicáveis, caso assim previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas) em até 30 (trinta) dias contados da deliberação que aprovou a referida reestruturação societária, devendo o ônus da entrega das ações ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável; ou (ii) instituir um novo plano que mantenha substancialmente as mesmas condições deste plano, ocasião na qual os beneficiários do 2º Plano Ações Restritas serão automaticamente considerados como beneficiários do novo plano.

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia. Nos casos de fusão, cisão, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este plano ou ao respectivo contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas.

Dissolução/Liquidação. Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, o direito ao recebimento das ações por cada beneficiário do 2º Plano Ações Restritas será automaticamente antecipado (observado o cumprimento das metas de performance aplicáveis, caso assim previsto no contrato de outorga do 2º Plano Ações Restritas) e os beneficiários do 2º Plano Ações Restritas terão 30 (trinta) dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para receberem todas as suas ações e poderem participar da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 (trinta) dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste específico sentido pela Companhia ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas, tal direito estará automaticamente extinto.

Exceção aos Efeitos das Hipótese de Desligamento do Beneficiário. Não obstante o disposto acima, o Comitê de Recursos Humanos da Companhia poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas no 2º Plano Ações Restritas e estipular condições específicas ou adicionais no caso de desligamento de determinados beneficiários do 2º Plano Ações Restritas ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, estabelecendo critérios específicos relacionados à manutenção ou não do direito ao recebimento de ações, conforme o caso, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário do 2º Plano Ações Restritas ou situação.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado. Caso a Companhia venha a ter seu registro de companhia aberta cancelado ou deixe de integrar o segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado e ainda existam outorgas de ações em aberto nos termos deste plano e dos respectivos contratos de outorga do 2º Plano Ações Restritas, então tais outorgas serão automaticamente antecipadas de forma que os beneficiários do 2º Plano Ações Restritas em questão terão direito ao recebimento proporcional das ações em aberto (ou montante correspondente em moeda corrente nacional, nos termos acima), com base no período compreendido entre a data da outorga do direito ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas até o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou saída do Novo Mercado, conforme caso, as quais serão entregues ao beneficiário do 2º Plano Ações Restritas imediatamente antes do cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou saída do Novo Mercado, conforme o caso.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7,58		15,58
Nº de membros remunerados	0	7,58		7,58
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	162,800%		0,00
Esclarecimento	N/A			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	3,11		3,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8		16,00
Nº de membros remunerados	0	8		8,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	162,800%		0,00
Esclarecimento	N/A			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	1,95		1,95
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	1,75		1,75

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	9		17,00
Nº de membros remunerados	3,58	8,33		11,91
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,1%	1,5%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	2,71	1,94		4,65
Perdidas e expiradas durante o exercício social	2,73	1,75		4,48
Exercidas durante o exercício social	2,77	1,95		4,72

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7,33		15,33
Nº de membros remunerados	4	7,33		11,33
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,7%	1,7%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	2,84	2,05		4,89
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	2,74		2,74
Exercidas durante o exercício social	4,31	2,59		6,90

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

OUTORGA PREVISTA PARA 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,17
N° de membros remunerados	N/A	5,00
Data de outorga	N/A	N/A **
Quantidade de opções outorgadas	N/A	2.200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 4.928.000,00

** Data de Outorga a ser definida

PLANO 16 - Série S	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	5,00
N° de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	11/08/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	225.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% em 11/06/2021 25% em 11/06/2022 25% em 11/06/2023 25% em 11/06/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2026

8.6 Outorga de opções de compra de ações

PLANO 16 - Série S	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 236.250,00

PLANO 17 - Série T	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	5,00
N° de membros remunerados	N/A	2,00
Data de outorga	N/A	11/08/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	78.400
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	25% em 11/08/2021 25% em 11/08/2022 25% em 11/08/2023 25% em 11/08/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2026
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 10,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 790.272,00

PLANO 18 - Série U	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	4,00
Data de outorga	N/A	02/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	3.500.000

8.6 Outorga de opções de compra de ações

PLANO 18 - Série U	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga.
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,40
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 8.400.000,00

PLANO 18 - Série W	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,17
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	19/02/2024 *
Quantidade de opções outorgadas	N/A	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.792.000,00

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 11º Plano de Outorga de 01 de julho de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	25% - 01.06.2019 25% - 01.06.2020 25% - 01.06.2021 25% - 01.06.2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/07/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	1,75
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	2,26
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	100.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	-

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 14º Plano de Outorga de 04 de dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8	8,00
Nº de membros remunerados	1	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	25% - 01/08/2020 25% - 01/08/2021 25% - 01/08/2022 25% - 01/08/2023	25% - 01/08/2020 25% - 01/08/2021 25% - 01/08/2022 25% - 01/08/2023
Prazo máximo para exercício das opções	01/01/2026	01/01/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	1,75	1,75
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,12	2,12
Opções exercíveis		
Quantidade	420.000	5.674.872
Prazo máximo para exercício das opções	-	-

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 15º Plano de Outorga de 04 de dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,00	N/A
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	200.000	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	25% - 11/06/2021 25% - 11/06/2022 25% - 11/06/2023 25% - 11/06/2024	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	11/08/2026	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	4,31	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1,09	N/A

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Opções exercíveis		
Quantidade	200.000	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 16º Plano de Outorga de 11 de agosto de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	125.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	25% - 11/08/2021 25% - 11/08/2022 25% - 11/08/2023 25% - 11/08/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,31
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,05
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	250.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 17º Plano de Outorga de 11 de agosto de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	19.600
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	25% - 11/08/2021 25% - 11/08/2022 25% - 11/08/2023 25% - 01/08/2024

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	6,37
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	10,08
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	52.200
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 relativos ao 18º Plano de Outorga de 02 de maio de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	4,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	3.500.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	20% - 02/05/2024

8.7 Opções em aberto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
		40% - 02/05/2025 40% - 02/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	02/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	5,16
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	2,4
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	-
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Número de ações	N/A	1.175.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 1,85
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas ¹	N/A	R\$ 6,38
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	-R\$ 5.322.750,00

¹ Preço Médio Ponderado das ações ON ajustado por proventos

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00
Número de ações	1.060.000	141.600
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,28	R\$ 2,02
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 8,24	R\$ 8,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 6.317.600,00	-R\$ 880.752,00

¹ Preço Médio Ponderado das ações ON ajustado por proventos

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2021²		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	7,33
Nº de membros remunerados	4,00	5,00
Número de ações	1.700.000	4.024.588
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,82	R\$ 2,13
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 23,06	R\$ 23,06
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 34.408.250,00	-R\$ 84.234.626,84

² Preço Médio Ponderado das ações ON ajustado por proventos já considerando o split das ações em fev/21

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Previsto para o Exercício Social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,17
N° de membros remunerados	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,042%

Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	1,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,006%

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 07/01/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	9,00
N° de membros remunerados	N/A	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,006%

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 18/05/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	9,00
N° de membros remunerados	N/A	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,105%

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	N/A
N° de membros remunerados	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 (prevista)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,17
N° de membros remunerados	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	4
Data de outorga	N/A	02/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	250.373
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	02/05/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$6,07
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$1.519.764,11

8.10 Outorga de ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	02/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	35.000
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	02/05/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 5,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 184.100,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 07/01/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	9,00
N° de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	07/01/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	35.000
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	07/01/2025
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 11,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 386.750,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 18/05/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	9,00
N° de membros remunerados	N/A	8,00
Data de outorga	N/A	18/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	N/A	625.674
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	18/05/2025
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 7,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4.942.824,60

8.10 Outorga de ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	7,33
N° de membros remunerados	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	8,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Para o exercício de 2023 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	Para o exercício de 2023 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	9,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Para o exercício de 2022 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	Para o exercício de 2022 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,00	7,33	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Para o exercício de 2021 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	Para o exercício de 2021 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O Plano de Performance da LWSA é precificado pelo método de Simulação de Monte Carlo para abranger as variáveis que compõem o modelo definido pela LWSA de TSR (*Total Shareholder Return*) Relativo. A condição de performance propõe comparar o TSR Relativo da LWSA contra o "IBRX-100".

No caso do Plano de Ações Restritas da LWSA, este é precificado com base no valor de fechamento da ação LWSA3 no dia anterior à data de outorga ("Último Pregão").

Já nos Planos de Opção de Compra de Ações da LWSA, a precificação é realizada através do Modelo *Black & Scholes*, a ser melhor descrito abaixo.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço da ação: cotação do último pregão disponível na data da outorga.

Preço de exercício (para outorga de Opções): obtido através da média ponderada por volume dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de outorga ou conforme valor definido pela Diretoria da Companhia.

Dividendos esperados: valor percentual definido pela Diretoria com base nas projeções do período. Não segue necessariamente o padrão apresentado historicamente.

Tempo: definido em anos como a diferença entre a data de *vesting* de cada lote e a data de outorga (início do programa).

Taxa de juros livre de risco: é a projeção da taxa de juros da data da outorga em período futuro.

Volatilidade: é a variação do histórico do preço da ação em período equivalente ao tempo de *vesting* de cada tranche.

Tais premissas são *inputs* do cálculo de *fair value* unitário nos Modelos de Monte Carlo e *Black & Scholes*.

8.12 Precificação das ações/opções

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações é mensurado mediante a aplicação do modelo *Black & Scholes* de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções.

O modelo *Black & Scholes* considera em seu racional matemático as seguintes premissas: (i) preço de compra da opção, (ii) preço de venda da opção, (iii) preço da ação no momento atual, (iv) preço do exercício, (v) taxa de juros livre de risco, (vi) tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e (vii) volatilidade do preço da ação.

Exceto se de outra forma determinado nos respectivos contratos de opções, qualquer opção apenas poderá ser exercida na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido. O pagamento será efetuado à vista mediante o exercício das opções, com fundos de disponibilidade imediata.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada é realizada por meio da avaliação da volatilidade dos preços de fechamentos da ação da Companhia em períodos de tempo históricos equivalentes aos tempos de carência.

O cálculo padrão de volatilidade de preço é obtido através da equação:

$$\sqrt[2]{252} * \text{desvio padrão} \left(\text{quociente dos logaritmos neperianos de } \frac{P(0)}{P(1)}, \frac{P(1)}{P(2)}, \frac{P(2)}{P(3)}, \dots, \frac{P(n-1)}{P(n)} \right),$$

sendo:

P(0) = preço da ação no primeiro pregão considerado (data da outorga); e

P(n) = preço da ação no Último Pregão considerado.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções estão descritos acima.

8.13 Participações detidas por órgão**8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.**

31/12/2023	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração	Companhia	Ações ON	128.816.428	21,58%
Diretoria Executiva	Companhia	Ações ON	3.878.100	0,65%
Conselho Fiscal	Companhia	Ações ON	0	0,00%
Total	-	Ações ON	132.694.528	22,23%

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não conferimos planos de previdência aos nossos membros do Conselho de Administração e aos nossos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	8	9	7,33	8	8	8	1	3	3
Nº de membros remunerados	8	9	7,33	7	8	8	1	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	4.079.149,00	2.636.008,00	5.121.008,30	603.649,00	522.508,00	513.225,31	88.341,00	88.341,00	51.532,00
Valor da menor remuneraçãoReal	879.428,00	649.693,00	290.102,95	133.231,00	139.639,00	118.856,15	88.341,00	58.894,00	51.532,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.021.403,00	1.667.527,00	2.503.117,00	270.725,00	252.165,00	302.407,00	88.341,00	78.525,00	51.560,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2022	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2021	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2022	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2021	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2022	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	
31/12/2021	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2024 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Na data deste Formulário de Referência não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

Órgão	Previsto para o exercício corrente (2024)
Conselho de Administração	40,58%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2023
Conselho de Administração	35,74%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2022
Conselho de Administração	33,36%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2021
Conselho de Administração	28,20%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, pois não houve administradores da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, remunerados por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum ou por controladas da Companhia, bem como não há tal previsão para o exercício social corrente (2024).

8.20 Outras informações relevantes**8.20 Outras Informações Relevantes****Informação adicional – Encargos Sociais sobre a Remuneração da Administração de Responsabilidade da Companhia**

Apresentamos abaixo os valores dos encargos sociais de responsabilidade da Companhia incidentes sobre a remuneração da administração da Companhia, que foram desconsiderados das tabelas constantes dos itens 8.1, 8.2 e 8.11 deste Formulário, em linha com a diretriz da CVM constante do Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP e a remuneração total da administração considerando tais encargos.

Remuneração total prevista para o Exercício Social a se encerrar em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,17	0,00	16,17
Nº de membros remunerados	7,00	8,17	0,00	15,17
Encargos Sociais	218.880,00	2.153.356,00	0,00	2.372.236,00
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.279.685,00	25.472.215,44	0,00	27.751.900,44

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	1,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	1,00	16,00
Encargos Sociais	213.292,00	2.200.598,00	35.336,00	2.449.226
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.108.369,00	18.371.822,18	123.677,00	20.603.868,18

8.20 Outras informações relevantes

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	9,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	8,00	9,00	3,00	20,00
Encargos Sociais	238.879,00	2.147.926,00	35.336,00	2.422.141
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.256.199,26	17.155.671,18	270.911,00	19.682.781,44

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,33	3,00	18,33
Nº de membros remunerados	8,00	7,33	3,00	18,33
Encargos Sociais	528.053,34	2.133.634,26	0,00	2.661.687,60
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.947.312,01	20.481.486,60	154.680,24	23.583.478,85

Desvinculação da Remuneração:

As concessões das opções de compras de ações outorgadas nos termos dos nossos Planos de Opções descritos no item 8.4 deste Formulário, bem como seus exercícios pelos Beneficiários, não possuem qualquer relação, nem tampouco estão vinculados à remuneração, salário, bônus, dividendos e/ou qualquer outro tipo de compensação e/ou participação nos nossos lucros/resultados.

No entanto, a concessão do direito ao recebimento de ações nos termos dos Planos de Outorga de Ações, também descritos no item 8.4 deste Formulário, possuem relação e estão vinculados à remuneração de seus respectivos Beneficiários.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
23/04/2021	23/04/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços profissionais relativos à: (i) auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas para os períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total de remuneração dos auditores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.366.965,78 Sendo: (i) R\$ 366.078,24 valores pagos em 2023 referente auditoria de 2022 e (ii) R\$ 1.000.887,54 referente auditoria de 2023.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia segue as orientações contidas na Resolução CVM nº 23/2021 para determinação da independência dos auditores independentes. Além disso, informa que os auditores independentes não prestam nenhum outro tipo de serviço aos relacionados no item 9.1/9.2.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	225	372	0	0	0
Não-liderança	1302	1947	0	0	0
TOTAL = 3.846	1527	2319	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	15	492	20	70	0	0	0
Não-liderança	38	2228	283	689	9	0	2
TOTAL = 3.846	53	2720	303	759	9	0	2

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	98	472	27
Não-liderança	1755	1456	38
TOTAL = 3.846	1853	1928	65

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança			
Não Liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	8	3	418	168	0
Não-liderança	19	138	53	2023	1015	1
TOTAL = 3.846	19	146	56	2441	1183	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	4	15	0	0	0
Nordeste	44	102	0	0	0
Centro-Oeste	13	43	0	0	0
Sudeste	1004	1437	0	0	0
Sul	461	722	0	0	0
Exterior	1	0	0	0	0
TOTAL = 3.846	1527	2319	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	11	3	5	0	0	0
Nordeste	0	73	20	52	1	0	0
Centro-Oeste	0	30	5	21	0	0	0
Sudeste	48	1589	212	584	6	0	2
Sul	5	1016	63	97	2	0	0
Exterior	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.846	53	2720	303	759	9	0	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	9	9	1
Nordeste	81	64	1
Centro-Oeste	25	31	0
Sudeste	1093	1295	53
Sul	644	529	10
Exterior	1	0	0
TOTAL = 3.846	1853	1928	65

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir ilustra a distribuição dos empregados da Locaweb S.A. por localidade e área de operação nos exercícios sociais indicados.

Empregados por grupos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Empregados efetivos	3.735	1.031	830
Estagiários	78	20	3
Trabalhadores temporários	33	14	1
Total de empregados	3.846	1.065	834

Empregados por localização geográfica	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Norte	19	4	7
Nordeste	146	43	16
Sul	1.183	41	19
Sudeste	2.441	959	783
Centro-Oeste	56	18	9
Exterior	1	0	0
Total de empregados	3.846	1.065	834

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de empregados por grupos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Limpeza	24	24	13
Segurança	17	11	11
Total de terceirizados	41	35	24

10.1 Descrição dos recursos humanos

Número de empregados por localização geográfica	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Sul	8	0	0
Sudeste	33	35	24
Centro-Oeste	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total de terceirizados	41	35	24

c. índice de rotatividade

31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
24,78% acum. ano	31,41% acum. ano	37,65% acum. ano

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
4.789.138,94	89.461,15	53,53
Esclarecimento		

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. *política de salários e remuneração variável*

Nosso plano de carreira foi desenvolvido para todos os nossos profissionais com o intuito de estimular o desenvolvimento do profissional e alinhá-lo às estratégias de negócio, oferecendo oportunidade de crescimento e valorizando/reconhecendo o potencial interno.

A base para formação de nossas práticas da remuneração é comparada com o mercado através da participação da pesquisa anual da *Towers Watson*, que disponibiliza um painel de cerca de 200 empresas com foco no mercado de TI. Neste estudo todos os cargos são comparados com o mercado e as distorções são apontadas para futura correção. Esta base valida como está a tabela salarial com os valores praticados no grupo de empresas que compõem o mercado.

No processo de validação dos aumentos dos salários é analisado tempo da última movimentação com reajuste salarial ou admissão (mínimo de 6 meses). Os aumentos por mérito (aumento horizontal na tabela salarial) são calculados considerando o percentual de até 20% sobre o salário fixo e os aumentos por promoção de cargo (aumento vertical na tabela salarial que envolve alteração de cargo e salário) são calculados considerando o aumento de até 30% de aumento sobre o salário fixo. Os aumentos que eventualmente excederem os percentuais acima estipulados, devem ser aprovados por meio de um processo de escalonamento solicitado e validado pelo gestor imediato do profissional promovido, que inclui a análise de viabilidade orçamentária e em alguns casos, a aprovação de nosso Diretor Presidente.

A descrição dos cargos foi elaborada com o objetivo de atender às expectativas das áreas e a estrutura está padronizada em níveis, por níveis de responsabilidade e hierarquia. No intuito de viabilizar oportunidades para os profissionais com perfil mais técnico, praticamos o modelo a carreira em "Y", que tem por objetivo estimular o desenvolvimento dos especialistas técnicos oferecendo remuneração e benefícios compatíveis com os cargos gerenciais, sem que tal profissional não tenha responsabilidade de gestão de pessoas.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante, pago na folha de pagamentos, que visa a remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido. Por sua vez, a remuneração variável é praticada mensalmente, através de comissão para a área comercial e foi elaborada considerando o atingimento de metas estabelecidas, e proporcionando a cada profissional receber uma parcela variável de sua remuneração baseada em seus próprios resultados.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

b. política de benefícios

Nosso programa de benefícios foi desenvolvido com o objetivo de oferecer aos profissionais da empresa um pacote de benefícios atrativo e competitivo em relação ao mercado como forma de atrair e reter os profissionais.

Oferecemos auxílio nos setores de educação, saúde, alimentação e bem-estar, e acreditamos que o nosso diferencial é a oferta de produtos e serviços de primeira linha com pequenos impactos na folha de pagamento do colaborador.

Como adotamos uma política de igualdade e transparência, o pacote de benefícios contempla: assistência médica, plano odontológico, seguro de vida em grupo, vale refeição, parceria com academias de todo território nacional através de contrato com fornecedor, estacionamento ou vale transporte, vans para facilitar o acesso ao terminal de ônibus e metrô, contemplando todos os funcionários. Para os cargos de gerentes e diretores a assistência médica e odontológica contempla os dependentes. O incentivo a educação refere-se as modalidades de MBA, Pós Graduação/Extensão, Graduação e Idiomas. O curso subsidiado deverá estar atrelado ao desenvolvimento de suas atividades profissionais.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para informações sobre nossos planos de remuneração baseados em ações, consultar a Seção 8 - item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A proporção entre a maior remuneração individual (R\$ 4.789.138,94) e a mediana da remuneração individual (R\$ 89.461,15) é de 53,5. Para esse cálculo consideramos salário base anual mais benefícios.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Reconhecemos a importância da função dos sindicatos, respeitando suas iniciativas e práticas.

No curso regular de nossa atividade sempre buscamos encontrar soluções que atendam a todos os envolvidos, tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e respeito mútuos, observância da legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, garantindo assim, a liberdade sindical, a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva e livre funcionamento, sem qualquer intervenção.

Entendemos que o relacionamento com os sindicatos deverá estar pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus funcionários, mas também na busca em fortalecer o segmento por meio dos sindicatos patronais, com o intuito de agregar valor ao seu negócio.

Além disso, desde a data de nossa constituição, não houve nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossa atividade.

Nós, nossas controladas e nossos empregados estamos afiliados nos sindicatos abaixo relacionados:

Sindicato dos Empregados:

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo - SINDIESP

Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD/SP.

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana – SITEPD.

Sindicato Patronal:

Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo.

Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo.

Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços Técnicos e de Informática do Estado do Paraná.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

A Companhia entende que não existem outras informações relevantes que já não foram abordadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Em 04 de dezembro de 2019, nosso Conselho de Administração aprovou a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). A nossa Política tem por objetivo de atender às exigências da legislação vigente, em especial ao dever de transparência, lealdade e idoneidade dos Administradores e dos Colaboradores, exigindo que os interesses da Companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão.

Nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de Partes Relacionadas deveremos utilizar as mesmas normas e critérios de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e observar as condições de mercado. Nesse sentido, temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, o acionista ou administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Para os efeitos da nossa Política, definimos conflito de interesse como o envolvimento de uma Parte Relacionada em processo decisório no qual não esteja em condições de comutatividade e independência, tendo ela o poder de influenciar o seu resultado final e assegurar ganho para si, algum familiar ou terceiro com o qual esteja envolvida, ou ainda qualquer outra situação que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. As decisões em que os objetivos pessoais dos tomadores de decisão da Companhia, por qualquer razão, não estejam alinhados aos nossos objetivos também serão consideradas como conflitos de interesse.

Desta forma, caso seja identificada uma matéria que envolva Partes Relacionadas, nossos Administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das

11.1 Regras, políticas e práticas

discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os Administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar mais informações sobre a Transação com Partes Relacionadas e as próprias Partes Relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum Administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Anualmente, os Administradores e os colaboradores devem assinar uma declaração, atestando a observância do disposto na nossa Política e confirmando a inexistência de participação em transação objeto de conflito de interesse.

Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração também poderá aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, nossos acionistas ou diretores ou partes a eles relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, nós ou nossas controladas.

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (ri.locaweb.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Transações entre Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MG4 Participações Ltda.	28/04/2010	1.019.536,49	61.525.765,70	1.019.536,49	26/04/2030	0,000000
Relação com o emissor	A MG4 Participações Ltda. é uma sociedade que possui como sócios os Sr(a)s. Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen atuais acionistas controladores da nossa Companhia, que detém em conjunto participação correspondente a totalidade do capital social da MG4 Participações Ltda.					
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapaiúna, nº 2.434, Vila Andrade, registrado no 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, matrícula sob nº 265.814. O valor de R\$1.019.536,49 corresponde ao valor mensal do aluguel, previsto no contrato (conforme repactuado em 01 de setembro de 2015, nos termos da cláusula 2.5.3 do aditamento), devidamente atualizado e ajustado pelo IGPM. O valor informado no campo "Saldo Existente" corresponde ao valor total de pagamento devido até o final da vigência do contrato (daqui a 10 anos), trazido a valor presente, calculado de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2).					
Garantia e seguros	Seguro predial					
Rescisão ou extinção	A rescisão ocorrerá na data de vencimento do contrato, salvo na hipótese de inobservância, pela locatária de qualquer das obrigações estipuladas no contrato, o que ensejará seu vencimento antecipado. Adicionalmente, a Companhia também poderá, a qualquer tempo, rescindir o contrato unilateralmente, sem incorrer em qualquer multa, indenização ou penalidade, desde que comunique sua intenção, por escrito à locadora com 90 (noventa) dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Locação do imóvel em que está instalada a sede da nossa Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
WW Marques Intermediação De Negócios Ltda. / Willians Cristiano Marques	26/12/2012	89.794,32	3.588.013,82	89.794,32	01/12/2028	0,000000
Relação com o emissor	Willians Cristiano Marques, administrador da Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda., empresa controlada pela Companhia.					
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Avenida Alcides Lajes Magalhães, nº 130, Sala 01, Bairro Jardim Acapulco, registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Marília, matrículas sob nsº 11.544 e 11.545. Em janeiro de 2022 foi celebrado um novo contrato de imóvel pela controlada Tray Tecnologia com aumento da área ocupada. O valor informado no campo "Saldo Existente" corresponde ao valor total de pagamento devido até o final da vigência do contrato, trazido a valor presente, calculado de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2).					
Garantia e seguros	Seguro predial					
Rescisão ou extinção	Os contrato foram celebrados por prazo 60 meses, podendo ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante simples comunicação por escrito com 90 dias de antecedência da data em que pretender efetivar a extinção do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Além da Política de Transações com Partes Relacionadas adotada pela Companhia, para tratar transações com partes relacionadas e eventuais conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado. De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, havendo conflito de interesses, as partes, ou qualquer terceiro que tenha conhecimento de tal conflito, deverão se manifestar imediatamente ao seu conhecimento. As partes em posição de conflito deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre o mesmo. Caso solicitado pelos órgãos aprovadores, as partes poderão participar parcialmente das discussões, com o objetivo de subsidiá-las com maiores informações sobre a transação e as partes envolvidas, no entanto, deverão retirar-se da discussão final, inclusive do processo de votação do tema.

As questões referentes as situações de conflito de interesses deverão ser encaminhadas ao departamento jurídico da Companhia, que será responsável pela verificação do cumprimento dos aspectos estritamente formais e legais atinentes a aplicação da política prevista no item 11.1 deste Formulário de Referência, enquanto o departamento envolvido na operação em questão será responsável pela verificação das condições negociais.

A formalização da existência do conflito de interesse e o subsequente afastamento das partes envolvidas nas discussões deverão constar na ata da reunião no qual o assunto for apreciado.

o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado (*arm's length basis*).

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

De acordo com o artigo 20, inciso XXV do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

MG4 Participações

O imóvel onde localiza-se nossa sede administrativa e nosso *data center*, na Rua Itapaiúna, nº 2434, Vila Andrade, CEP 05707-001, São Paulo/SP, pertence a MG4 Participações Ltda., empresa detida nesta data integralmente pelos quotistas os Srs. (i) Michel Gora (619.273 quotas); (ii) Ricardo Gora (619.272 quotas); (iii) Claudio Gora (619.272 quotas); (iv) Gilberto Mautner (619.272 quotas); e (v) Andrea Gora Cohen (275.232 quotas), nossos acionistas controladores.

Possuímos um contrato de locação e aditamentos subsequentes com a MG4 Participações Ltda. cujos principais termos seguem descritos abaixo.

(i) Contrato de Locação de Imóvel firmado com MG4 Participações

Em 28 de abril de 2010 firmamos com a MG4 Participações um Contrato de Locação de imóvel com prazo de 10 anos. Como a locadora e a locatária pertencem ao mesmo grupo econômico o Contrato de Locação não conta com garantia.

Anteriormente à celebração desse Contrato de Locação, a MG4 Participações e o Banco Itaú celebraram Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças, no valor de R\$15,8 milhões, a ser pago em 120 vezes, com custo efetivo total de 10,30% ao ano. Com os recursos recebidos, o imóvel foi comprado de nós pela MG4 Participações e alienado fiduciariamente ao Banco Itaú S.A.

Em 8 de fevereiro de 2011, celebramos um Contrato de Sublocação com nossa então controlada Locaweb IDC Ltda. para sublocar uma área de 500m² do referido imóvel, mediante originário pagamento inicial de R\$20 mil mensais, com prazo de vigência que perdurou até a data da efetiva incorporação da Locaweb IDC Ltda. pela nossa Companhia, em 30 de setembro de 2018.

O Aditamento também prevê que em caso de alienação do imóvel a terceiros, o Contrato de Locação deverá permanecer vigente em todos seus termos, cláusula e condições, sendo obrigação da MG4 Participações Ltda impor tais condições ao adquirente.

No mesmo Aditamento, o prazo do Contrato de Locação foi aumentado para 20 anos, com término previsto para 26 de abril de 2030.

Em 16 de setembro de 2010, o Contrato de Locação foi aditado para nos garantir, nos casos de venda, promessa de venda, cessão de direitos, promessa de cessão de direitos ou qualquer outra forma de alienação do imóvel, direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições com terceiros.

Em 01 de setembro de 2015 foi celebrado o aditamento mais recente para reajustar o valor do aluguel, por estar abaixo do valor apurado na avaliação, e, com as devidas correções pelo IGPM, atualmente é de aproximadamente R\$ 1.019.536,49. Esse valor se justifica com respaldo no laudo elaborado, em maio de 2015, por empresa de engenharia especializada na avaliação de imóveis, que apurou que o valor justo e realda locação do imóvel, conforme descrição no item 11.2.

11.3 Outras informações relevantes

Sociedade Subsidiária	Data de Celebração	Vigência	Local do imóvel objeto do Contrato
Locaweb Telecom Telecomunicações Ltda.	16/07/2010	16/07/2020	Parte II – 2º andar
Melhor Envio Ltda.	07/03/2022	07/03/2027	Sala 01 – Térreo
Yapay Pagamentos Online Ltda.	20/09/2018	20/09/2023	Sala 02 – 1º andar
Wake Commerce Ltda.	02/03/2018	20/04/2028	Sala 06 – 1º andar
Samurai Experts Desenvolvimento de Software Ltda.	02/03/2021	02/03/2026	Parte I – Sala 10 – 1ª andar
Samurai Experts Holding Ltda.	02/03/2021	02/03/2026	Sala 10 – 1ª andar
Credisfera Serviços Financeiros Ltda.	18/02/2021	18/02/2026	Sala 08 – 1º andar
Octadesk Desenvolvimento de Software Ltda.	17/01/2023	Indeterminado	Sala 16 – Térreo
Locaweb Commerce Holding Ltda.	21/11/2022	Indeterminado	Sala 03 – 1º andar
ItCapital Serviços de Tecnologia Ltda.	31/08/2021	Indeterminado	Sala 06 – 2º andar
LwK Hosting Participações Ltda.	03/05/2019	03/05/2024	Parte I – 2º andar

11.3 Outras informações relevantes

Outros Assuntos Relacionados à MG4 Participações e à Companhia

a. Em 04 de dezembro de 2019, certos contratos firmados entre MG4 Participações, seus quotistas, a Companhia e demais partes de tais contratos, que outorgavam o direito de a Companhia adquirir as quotas da MG4 Participações e/ou o imóvel, sujeito a determinadas condições e ocorrência de certos eventos, foram distratados, não produzindo mais efeitos com relação à MG4 Participações, à Companhia e aos quotistas da MG4 Participações.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		2.944.491.711,29	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
562.886.478	0	562.886.478	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		2.944.491.711,29	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
562.886.478	0	562.886.478	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2024		2.944.491.711,29	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
562.886.478	0	562.886.478	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
26/01/2021		5.000.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência não possuímos títulos emitidos no exterior.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de nossa emissão estão listadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "LWSA3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência não possuímos títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de Ações, que ocorreu em 06 de fevereiro de 2020 e da Oferta Subsequente de Ações (Follow-on) que aconteceu em fevereiro de 2021, foram destinados para os seguintes objetivos: (i) potenciais aquisições de empresas; (ii) pré-pagamento de empréstimos e financiamentos; e (iii) capital de giro.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes - Valores Mobiliários

Desdobramento de Ações

Em 26 de janeiro de 2021, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, dentre outras matérias, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social ("Desdobramento das Ações") e a reforma do Estatuto Social da Companhia para refletir o Desdobramento das Ações.

No âmbito do Desdobramento das Ações, as ações ordinárias de emissão da Companhia passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir do dia 1º de fevereiro de 2021 (inclusive), conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 26 de janeiro de 2021.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	Diretor Presidente	Substituído	
ANDRÉ KINJO KUBOTA	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	Alteracao - Alteração de CFO e DRI

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Fernando Biancardi Cirne**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 22.693.914-5 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 169.278.538-98, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de SP, com endereço comercial Rua Itapaiúna, nº 2434, Bairro do Jardim Morumbi, CEP 05.707-001, na qualidade de Diretor Presidente da LWSA S/A (“Companhia”), declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:
Fernando Biancardi Cirne
2B1D518AD5324AE...

Fernando Biancardi Cirne

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 - Declaração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eu, **Andre Kinjo Kubota**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30970743-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 335148858-00, com endereço comercial Rua Itapaiúna, nº 2434, Bairro Vila Andrade, CEP 05.707-001, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da LWSA S/A ("Companhia"), declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Assinado por:

André Kubota

32AF160CDD974D3

Andre Kinjo Kubota

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Rafael Chamas Alves	Diretor Presidente

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	Diretor Presidente	V1 - V8
RAFAEL CHAMAS ALVES	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V3
ANDRÉ KINJO KUBOTA	Diretor de Relações com Investidores	V4 - V9
Rafael Chamas Alves	Diretor Presidente	V9 - V9

13.2 Declaração do diretor presidente

13.2 - Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Declaração de Diretor Presidente

Eu, **Rafael Chamas Alves**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade nº43.667.009-4 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 327.106.788-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de SP, com endereço comercial Rua Itapaiúna, nº 2434, Bairro do Jardim Morumbi, CEP 05.707-001, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da LWSA S/A (“Companhia”), declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Assinado por:

Rafael Chamas

1A6E76428ADD4F2...

Rafael Chamas Alves



ri.lwsa.tech

ri@lwsa.tech

@lwsa.tech



lwsa